Diário de Lisboa

2.ª Edição

Abril 1980
Sexta-feira

25

ANO 60.º
N.º 20 240
12$50

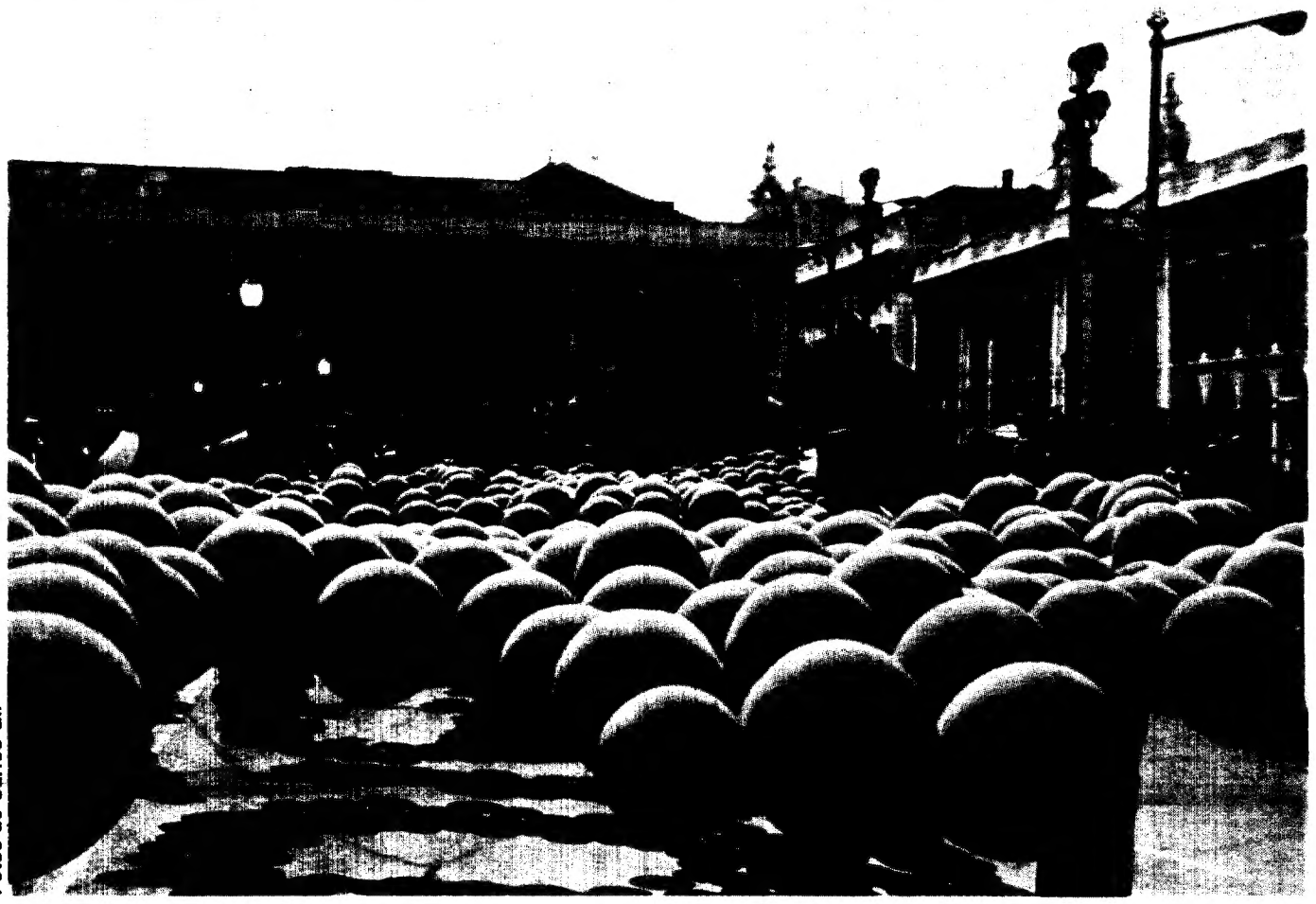
Fundador **Joaquim Manso**

Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

25 DE ABRIL SEMPRE

Entrevistas em exclusivo:

Vasco Gonçalves
Lurdes Pintasilgo
Costa Neves
António Reis
Carlos Carvalhas



Fotos de Carlos Gil

Oito mortos no raid falhado

Carter anula tentativa para libertar pela força os reféns de Teerão

Pág.24

O "Diário de Lisboa" está presente no combate

Esta edição do «Diário de Lisboa», sendo uma iniciativa dos trabalhadores do jornal, pretende ser um acto político.

Não nos limitamos a descer à rua para comemorar, cidadãos com cidadãos, trabalhadores com trabalhadores, povo com povo, o «Dia da Liberdade». Queremos levar aos leitores que nos acompanham num combate quotidiano pela informação livre e pela livre crítica, combate que não descurámos nos anos da opressão e do silêncio, que o «Diário de Lisboa», como órgão independente de esquerda, como voz democrática, entende que é seu dever saudar a acção revolucionária dos Capitães de Abril e o pronunciamento popular, espontâneo e significativo, que constituiu o apoio e consagração da Revolução democrática, antifascista e anticolonialista, de 25 de Abril de 1974.

Esta presença nas ruas, nas praças, nos lugares de manifestação e de festejos, em vossas casas, deverá ser entendida como uma expressão de solidariedade e de agradecimento aos revolucionários de Abril. Mas, também, importa dizê-lo, com a necessária clareza, expressão de solidariedade e de respeito por todos que, ao longo de meio século de governação ditatorial ou de fraudes à democracia, se mantiveram fiéis aos ideais da Liberdade e resistiram.

O 25 de Abril veio coroar uma longa Resistência. O herói desta Resistência, sem pretender diminuir os que nela se distinguiram, nem esquecer os que resistindo pereceram, foi o Povo de Portugal, esse construtor da Pátria e da História.

Comemorando o 25 de Abril, o «Diário de Lisboa» reafirma a sua apreciação positiva de um acontecimento que pertence já à História do Portugal contemporâneo.

Trabalhadores de um jornal, sujeitos que fomos à afrontosa actuação da Censura, o 25 de Abril restituiu-nos a liberdade profissional com a liberdade de cidadãos. Somos, hoje, cidadãos livres, trabalhadores livres, jornalistas livres.

É nosso dever – dever que conscientemente assumimos – usar a nossa liberdade profissional, a nossa liberdade como jornalistas, para defendermos a nossa liberdade política, a nossa e a vossa liberdade como cidadãos.

Diariamente, lutando pela liberdade de Informação, pelo direito à crítica, em defesa das instituições democráticas e da Constituição da República, travamos um combate que é a maneira que se nos oferece de cumprirmos o nosso dever como cidadãos e de procurarmos merecer a confiança dos leitores.

Esta edição do «Diário de Lisboa», quase totalmente dedicada ao 25 de Abril e à leitura da Revolução que fazem os nossos redactores e os nossos leitores, é uma iniciativa dos trabalhadores da «Renascença Gráfica» e é o produto do seu trabalho voluntário.

Esta é uma razão suplementar para que os democratas e os trabalhadores deste País, do Minho ao Algarve, onde o jornal chegar com a sua mensagem de confiança no 25 de Abril, o acolham com simpatia e nele reconheçam a expressão de uma solidariedade actuante, uma afirmação de consciência democrática, um gesto de apoio ao 25 de Abril. Esta é uma razão para que vejam, nesta edição do «Diário de Lisboa», a continuidade, conscientemente assumida, de um longo combate político e cultural.

E com os leitores, e enquanto os leitores nos derem o seu apoio e nos honrarem com a sua confiança, o «Diário de Lisboa» prosseguirá o combate pela Liberdade.

Pela Liberdade. Pela Democracia. Por Portugal livre e democrático.

A escrita do silêncio

I

Todos os anos, e ao longo destes anos todos, muitos e muitos de nós se sentaram a estas secretárias, e foram à rua em busca de notícias, e voltaram com a rotina ou com o desastre, ora secos de sol, ora molhados de chuva, e lentos e rápidos escreveram até ao desespero, viram as provas, emendaram as gralhas, sentiram na boca o azul da censura – e confessaram-se impotentes para modificar o que quer que fosse, indo-se embora para casa, para a reforma, para longe... Muitos não voltaram mais, começaram a sentir a morte por aqui, caíram mesmo nesta sala – e deles, folheando agora as colecções, surpreende-nos a sua habilidade de escrita para que constasse lá fora o que o regime de então não permitia.

Esse esforço de comunicação, esse saber jogar com as palavras, as entrelinhas, a pontuação, foi a arma da dignidade ultrajada, da inteligência saqueada, do diálogo isento de vogais sonoras. Foi, enfim, um murmúrio. Mas um murmúrio que, na infinidade dos dias, lentamente foi criando um corpo no espaço em direcção aos tempos ainda por chegar. Era, fragmentada, a história de uma **ideia** generosa, letra a letra, vírgula a vírgula, ponto a ponto. E também era aquela sábia resistência que, num tempo de opressão, reside no mais fundo de cada homem: essa flor de verdade que, assentando na raiz da terra e subindo pelo corpo, irrompe um dia pelas cinco pétalas dos dedos da mão.

II

Uma flor, portanto. Mas até que essa **ideia** se viesse a concretizar num cravo, e, assim concretizada, dissesse das aspirações que alimentávamos, e que eram as da Liberdade por todos partilhada, quantos casos tivemos de calar, o silêncio, enfim, que tivemos de escrever, a leitura plena de hiatos que de nós saiu para a rua!

Sim: muitos de nós, durante muitos e muitos anos, **escrevemos o silêncio** que nos era imposto, não explicando por quem eram abatidos a tiro homens na via pública, a razão de certos suicídios, a sem razão da guerra colonial, os motivos da emigração, a causa das fomes alentejanas... Era como se do aparo das canetas a tinta não saísse e das teclas das máquinas as letras não subissem até ao branco do papel. Mas essa **escrita do silêncio,** hora a hora, ano a ano, ia-se imprimindo cá muito dentro de nós – e tão nítida, tão precisa, tão gráfica, que, muitas vezes, em conversa ou em monólogo, nos descobríamos como jornais em «stock», por distribuir, armazenados.

De autoria de Stuart Carvalhais, este desenho, motivo de azulejos ainda existentes no «Diário de Lisboa», exibe a «Lei de Imprensa» que sustentou o regime de Salazar e Caetano: a Censura, aqui simbolizada pelos «cortes» da faca e da tesoura, bem como pela rolha na boca daqueles que se atreviam a falar

Ansiávamos, assim com tantas páginas escritas no íntimo, títulos sublinhados a sangue, fotografias decepadas, por uma rotativa que imprimisse a realidade escondida do povo português, e a denunciasse ao mundo, com exílios e prisões, falta de pão, aluguer não cumprido no fim do mês, idas envergonhadas aos penhores, o acesso só à quarta classe, o fato apertado dos domingos quadrados. Uma rotativa tilintada que nos libertasse, e por todos nós distribuísse em notícias, «então isto», «então aquilo», «isto ainda» – e por fim nos desse o título de homens livres.

III

Esse título, no entanto, demorava. A **escrita do silêncio** teve de ser cumprida durante muitos anos, engravidando-nos a todos, a todos nos transformando em edições urgentes, em edições da última hora, à espera sempre do dia em que pudessemos dar à luz a verdade saqueada.

Hoje, que em tempos escuros sempre nos dirigíamos para o futuro, não é sem uma certa comoção que nos apercebemos que em muitos dias 25 de Abril anteriores ao 25 de Abril de 74 fomos obrigados a calar esse subtil movimento da História que, com mortes, prisões, exílios, acabaria por culminar na «Revolução dos Cravos». Quantas vezes, pois, num dia 25 de um Abril qualquer, situado nas décadas de 40, 50 ou 60, tantos e tantos de nós tiveram de escrever o silêncio, deixando na gaveta o que afectava ignominiosamente o País, um imposto estatuto de isolamento que, contrariamente ao pensamento do regime, só quebrava a nossa verticalidade e fragmentava o nosso orgulho... Éramos anões por ordens superiores, mas gigantes na paciência, no saber estar no tempo mau, confiantes na rotação da Terra e na circulação de ideias que, dia após dia, iam dando uma nova feição ao mundo. Sabíamos, em suma, que a nossa escrita teria de utilizar, mais tarde ou mais cedo, as letras todas do alfabeto.

E tal, efectivamente, aconteceu. Não como uma explosão qualquer ao acaso, à semelhança, por exemplo, de um abalo sísmico. Foi antes o parto que não podia deixar de verificar-se: cumprido o tempo – nasceu um novo modo de encarar as coisas e os homens. Uma outra harmonia, enfim, tomou-nos no seu ritmo e no seu movimento – e eis que somos hoje portadores de uma «Carteira Profissional de Jornalista» que preconiza, entre outros princípios, «a liberdade de criação, expressão e divulgação; a liberdade de acesso às fontes oficiais de informação; a garantia do sigilo profissional; a garantia da independência; a participação na vida do respectivo órgão de comunicação social...» É, em certa medida, o fim da **escrita do silêncio.** E em certa medida porque, devido ao Governo antidemocrático que ora nos rege, uma contra-informação multiforme tenta silenciar, como um polvo, a escrita viva e sonora que sai das nossas mãos. Mas...

Mas quem um dia saboreou o gosto da liberdade, esse perfume da dignidade inteira que veste um homem da cabeça aos pés e rejeita qualquer remendo, saberá respeitar sempre as consoantes e as vogais – e até na própria escrita do seu nome haverá, traço a traço, os tijolos com que se constroem as fortalezas que a Democracia exige. Outros, na verdade, são os tempos: o «a», «e», «i», «o», «u» da escola primária converteu-se na maturidade de outros dizeres. Findou a **escrita do silêncio:** ouve-se o silêncio dos tempos obscuros derrubados.

Pedro Alvim

Amarrar o leão

Seriedade era a palavra. Olhava-se para ele e logo nos ocorria. Seriedade. Claro que há pessoas para quem a idade conta muito e que não podem por isso tomar a sério uma pessoazinha de quatro anos. E ele tinha quatro anos. Mas isso são criaturas com ideias preconcebidas. São os orgulhosos adultos. Os humanos que atingem o seu máximo (às vezes tão insignificante) e se julgam senhores do mundo – do seu pequeno mundo – e, claro está, detentores das verdades essenciais.

Seriedade portanto. Ouvia o que lhe diziam, reflectia, só depois, quando tal era necessário, dava a sua resposta. Se não, ficava calado. Falar por falar não era com ele. A mãe saía às vezes porque nesta terra, naquele tempo, só se podia lutar em silêncio, e alguns grupos reuniam-se discretamente aqui e além. Ele, o menino, perguntava de vez em quando: «Onde vais?» E a mãe respondia à pressa: «A uma reunião.»

Uma noite o avô apareceu inesperadamente e deu com o menino na sua caminha mas ainda acordado. «A tua mãe onde foi?», quis saber. E ficou num grande espanto quando ele lhe explicou com o seu ar mais sério e a maior das tranquilidades, que ela tinha ido «amarrar o leão».

O avô julgou não ter ouvido bem. Mas logo lhe foi aconselhado que não se afligisse porque ela voltava sempre e nunca lhe tinha acontecido mal nenhum.

Quando a mãe soube daquela conversa ficou pensativa e preocupada. Porque achou que lhe ia ser muito difícil mostrar-se pela vida fora à altura de uma tal imagem.

Maria Judite de Carvalho

O 25 de Abril na bandeja do pequeno-almoço

Desde Abril de 74 que sinto o irreversível desgosto de não ter vivido os primeiros momentos da Revolução.

Não era exilada nem emigrada, mas tão-somente turista no Funchal. Ali chegara com a angústia e o tédio e com eles por lá me passeava, enquanto consolava os olhos nas paisagens madeirenses.

Na manhã do dia 25, a empregada da pensão entrou, como nos dois dias anteriores, no quarto, trazendo a bandeja do pequeno-almoço. Mas nessa manhã já tão longínqua (e sempre presente) ela trazia, qual cravo vermelho, uma notícia.

«Então já sabe que houve uma Revolução em Lisboa?»

Eu não sabia. Não encontrava sequer, no momento, um conteúdo – um qualquer – para a palavra Revolução. Nada e criada na ditadura, revolução era para mim termo vazio de dicionário, de enciclopédia, título de capítulo da «História Universal» de Mattoso, mal decorada em vésperas de exame.

De onde viria esta Revolução assim deposta entre o café e o pão com manteiga, na bandeja do pequeno-almoço?

E seria mesmo uma Revolução? Não seria antes um golpe? Lembrava-me que se falava em Lisboa num golpe de direita; por outro lado, lembrava-me da saída das tropas das Caldas da Rainha, a 16 de Março. E lembrava-me da multidão emocionada cantando de braço dado «Grândola Vila Morena», numa festa no Coliseu; e lembrava-me ainda da multidão emocionada aplaudindo vibrantemente Roberto Rosselini, no final da projecção, na Gulbenkian, dessa história da resistência italiana conhecida por «Roma cidade aberta».

«Eu não sei mais nada» dizia a empregada, enquanto colocava na mesa o conteúdo incompleto da bandeja. «Só sei que o meu namorado não pôde sair do quartel e dois hóspedes que iam apanhar o avião esta manhã, tiveram que voltar para trás porque o aeroporto está fechado devido à Revolução».

Bom, o que se seguiu deu-me a noção, que também nunca mais me esqueceria do peso tremendo da insularidade.

A todo o lado a que corri, encontrei a mesma confusão, a mesma ausência de notícias. As linhas telefónicas estavam saturadas de pedidos de chamadas para o continente até altas horas da noite. E para lá de cada rua, de cada telhado, de cada hotel, o mar. A imensa massa líquida que me coarctava o conhecimento do que se estava a passar. Já tarde – pelo menos muito tarde para a minha ansiedade – eu ouvi, tomada pela emoção e o deslumbramento, parte do programa do MFA, numa telefonia de automóvel: «(...) O Governo provisório lançará os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista (...)»; «(...) uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses (...)».

Falava-se também no Programa do MFA, da amnistia imediata para todos os presos políticos, da abolição da Censura e do Exame Prévio; da liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma; de permissão para a constituição de associações políticas...

Recordo-me que atónita, lacrimejante, eu perguntava a quem passava: «Mas isto será na minha terra?»

Três dias depois pude voltar de avião a Lisboa. Cheguei de madrugada a uma Lisboa adormecida, mas onde a liberdade deixara a sua marca, gritada a vermelho em tudo quanto era parede, estátua, muro. Depois vivi a euforia do Primeiro de Maio de 74. Um ano e pouco depois tive uma filha. Foi a minha única realização de maternidade, a minha total e imediata aposta no futuro.

Alguns anos decorreram e no seu decurso, a Revolução tem ganho sentido.

... Desde Abril de 74 que trazia esta história para contar. Demasiado do pessoal, pensava, e assim a fui guardando. E se hoje a trouxe aqui é porque penso que hoje todas as formas são boas para apoiar o significado da mudança. Para acentuar o que se tinha e o que se quer ter. Para que se possa dizer: Vinte e Cinco de Abril Sempre! Na bandeja de todas as refeições.

Manuela Alves.

José Magalhães Pedroso, leitor do «DL», correspondendo ao nosso apelo, enviou-nos esta fotografia

1

A data de 25 de Abril de 1974 está já inscrita na História de Portugal. É uma data histórica. E, nesta frase, o adejectivo não expressa um juízo de valor, não força uma valorização, não é um efeito retórico. Constata um acontecimento e as suas consequências. Consequências que abrangem aspectos políticos, socioeconómicos, culturais. A data de 25 de Abril assinala o início de **um novo curso** na vida portuguesa. Não é só – o que já mereceria registo e preito – o dia em que ocorreu o acto da libertação.

Em 25 de Abril de 1974, despertado o País aos acordes de «Grândola, vila morena», o Governo fascista foi expulso do poder pelo **acto revolucionário planeado, decidido e executado pelo «Movimento das Forças Armadas» (MFA). O acto militar** de libertação nacional foi militar e breve. Aqueles que exerciam o Poder, que tinham o monopólio do Poder e representavam o poder dos monopólios, estavam isolados do «país real», do povo, das forças do Trabalho e da Cultura, impondo à Nação o seu domínio económico e político, o terror policial, o obscurantismo cultural e a guerra sem fim e sem sentido, enquanto apoiados em polícias e Forças Armadas que eram a sua «guarda pretoriana».

Quando o Movimento dos Capitães, a breve prazo transformado em MFA e alargado a todos os ramos das Forças Armadas, converte uma movimentação sociocorporativa em constestação política do regime, este sem apoio militar prestante, dilacerado pelas próprias contradições, envolvido numa absurda política de guerra que lhe acarretava dificuldades internas e o isolamento internacional, fica inerme perante a audácia revolucionária dos Capitães de Abril.

O colosso fascista tinha pés de barro. Ao assalto do MFA não resistiu. E a adesão popular ao **acto revolucionário** constituiu – é, talvez, a ocasião de o lembrar – um plebiscito espectacular e entusiástico, uma afirmação impressionante, maciça e forte da consciência antifascista, da vontade de rotura e de mudança. De **mudança democrática.**

Contrariando as próprias indicações que o MFA dava pela Rádio, o povo saiu para as ruas, confraternizou com os militares, manifestou-lhes sincero aplauso, político apoio. A presença popular, as manifestações populares, a atitude das classes trabalhadoras, marcam logo nas primeiras horas da libertação o sentido e o conteúdo do curso político que se iniciava. O «Movimento das Forças Armadas» surgia, no plano da acção militar contra o regime, como **uma vanguarda**. Revolucionária? Política? A resposta implica mais profunda análise. Não cabe nesta memória de uma data histórica. Mas é legítimo afirmar que essa **vanguarda operacional** desencadeando a **acção militar** contra o regime não demonstrou apenas que, sem «guarda pretoriana», sem a vassalização das Forças Armadas ao **poder político** e ao **poder económico**, o «Estado forte» – o «Estado **fascista**» fundamentado na opressão de classe, no terror policial, no obscurantismo cultural, na mordaça da Censura – era um fraco Estado porque não podia contar com o apoio popular; demonstrou, igualmente, que o Povo Português queria viver em Democracia.

A Revolução de Abril deve-se – nunca será excessivo acentuá-lo – à capacidade de organização e de acção dos militares do MFA. Mas o **acto militar** converteu-se em **Revolução** – Revolução antifascista e anticolonialista – pela adesão espontânea e pela movimentação voluntariosa das massas populares. O povo nas ruas – o povo das fábricas, dos campos, os empregados, os funcionários, os quadros, os intelectuais, a juventude das escolas – abraçaram os militares com o calor de uma decisão que enraizava e extraía a sua força determinante do património moral e político de uma longa e digna **resistência antifascista**.

Foi o apoio das massas populares que potencializou o **acto revolucionário**. Esta conclusão é, também, um facto histórico.

2

Em Portugal houve **fascismo.**

O que define o **fascismo** não é a «glorificação irracional da violência, dos instintos e do sangue», mas o conteúdo de classe da ditadura. Não devemos reduzir a avaliação de uma forma ditatorial de «poder de Estado», com um conteúdo de classe específico em relação a cada situação nacional concreta, pela teatralidade burlesca do comportamento do **Duce**, ou do **Fuhrer**, ou pela ausência dessa teatralidade, do exibicionismo burlesco, da fúria romântica, num qualquer **chefe.**

António de Oliveira Salazar, o seminarista de Viseu, o catedrático de Coimbra, não correspondia à imagem teatral do **chefe fascista**. Mas chamado ao Governo pelos militares, logo se converteu na figura central do **poder ditatorial.**

Ainda ministro das Finanças, em Julho de 1930, dá a sua caução de doutrinador político à **ditadura militar**, afirmando: «Na nossa triste história contemporânea parece que nunca puderam coexistir os dois Poderes devidamente equilibrados: ora é o Legislativo que domina, subordinando os Governos; ora o Executivo que reage, substituindo-se àquele inteiramente. E o que é pior é ter a experiência demonstrado que para trabalhar no Governo pelo País é preciso pôr de lado a Constituição.»

«... pôr de lado a Constituição». Fala-se, hoje, mais moderadamente em **rever a Constituição**, mas o objectivo é claro: trata-se de modificar um texto constitucional que, por reflectir a mentalidade democrática, o ímpeto transformador, que inspirou a Revolução de 25 de Abril, não serve os interesses de classe que se reagruparam, adquiriram expressão política, e se projectam na vida pública com força de contenção, restauradora de posições, privilégios e hierarquias.

A revisão da Constituição, para além das regras constitucionais, eventualmente apoiada numa consulta referendária para lhe dar a aparência da legitimidade, é uma maneira de realizar o propósito a que Oliveira Salazar se referia: «... pôr de lado a Constituição».

E esta nossa Constituição é a carta das liberdades reconquistadas pelo **acto revolucionário** de 25 de Abril.

3

Em Portugal houve **fascismo.**

O ditador, ao definir o lugar do «partido único» na dinâmica do sistema, afirmou: «Não há Estado forte onde o Poder Executivo o não é, e o enfraquecimento deste é característica geral dos regimes políticos dominados pelo liberalismo individualista ou socialista, pelo espírito partidário e pelos excessos e desordens do parlamentarismo.»

Mais tarde declararia: «Nós temos uma doutrina e somos uma força. Como força compete-nos governar...; como adeptos de uma doutrina, importa-nos ser intransigentes na defesa e na realização dos princípios que a constituem. Nestas circunstâncias não há acordos, nem transições, nem transigências possíveis».

Não era **bipolarização** para conquistar o Poder. Era o Poder instituindo a **bipolarização**. Estabelecendo a divisão entre «adeptos do Governo» e «oposição», cindindo a nação em dois campos: opressores e oprimidos, perseguidores e perseguidos.

Em 1926, nos primeiros dias do mês de Março, discorrendo acerca do regime fascista italiano, Raul Proença escrevera: «Que admira, pois, que à ideologia fascista corresponda o terrorismo mais violento e a supressão de todas as liberdades? As mais elementares garantias desapareceram. Não existe o direito de associação – senão para os fascistas. Não há o direito de Imprensa – senão para os fascistas. Os funcionários públicos têm de se declarar fascistas...»

Resultaram proféticas as palavras de Raul Proença. Também, no nosso Portugal, durante os arrastados anos do regime que teve como figuras tutelares Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, o ditador e o sucessor, a **liberdade** só existiu para os salazaristas, só os salazaristas tiveram direito ao exercício das funções públicas, maiores e menores, ao próprio exercício da cidadania. Velava a «polícia política» pela segurança do «Estado forte», as Forças Armadas desempenhavam o lamentável papel de «guarda pretoriana» do «poder de classe», a Censura era uma arma política, como a PIDE.

Era o «Estado forte».

Já Sidónio Pais, o precursor do «regime de ordem», afirmara: «Sem autoridade é impossível uma organização social perfeita. Essa autoridade é a base da ordem. Mas a ordem tem origem no cumprimento das leis. Portanto, um povo que se submete à lei deseja a ordem, sem a qual não há trabalho útil e portanto vida própria».

De António de Oliveira Salazar é a frase que, aprovada por decreto, andou divulgada nos livros de leitura para a quarta classe do ensino primário: «A vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar».

Se no discurso político contemporâneo encontrarmos reflexos desta mentalidade: a do **fascismo português** representativa; se no discurso político contemporâneo ressurgir a apologia da «obediência» e da «ordem»; se regressar à praça pública, entre outros espectros de meio século de apagada e vil tristeza da nossa vida cívica, a mitologia do «Estado forte» – poderemos afirmar que esse revivalismo nada tem que ver com o 25 de Abril, com a patriótica acção militar que restituiu às Forças Armadas a sua dignidade como instituição e uma missão nacional.

4

Aos portugueses do seu tempo, com uma lucidez luminosa, Raul Proença advertia que era necessário actuar em defesa da Democracia e recomendava: «Não nos prendendo assim com vãs palavras – República, Revolução – atrás das quais se pode pôr tudo, até o **contrário** da República, até o **contrário** da Revolução – procuremos atingir as próprias realidades.»–

Ao comemorarmos o 25 de Abril, a seis anos de distância da alvorada libertadora, quando a grande festa da Liberdade de 25 de Abril a 1 de Maio de 1974, é já por alguns recordada com o travo amargo das desilusões, não devemos esquecer a

Continua na pág. 30

VASCO GONÇALVES:

A defesa do regime da unidade entre

«A defesa do nosso regime democrático depende, em grande parte, de que sejam feitos todos os esforços, honestos, por mais difíceis e custosos, no sentido de unir todos os democratas portugueses, qualquer que seja o quadrante político a que pertençam e, muito particularmente, unir os socialistas e os comunistas» – assim concluiu Vasco Gonçalves a extensa entrevista que concedeu ao «DL» do 25 de Abril. Sereno, confiante, rigoroso, o Primeiro-Ministro que assinou os decretos da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, da Lei de Imprensa, não parece afectado com a ausência de uma vida política ou militar mais activa. «Cada cidadão – sublinha – qualquer que seja o lugar que ocupa, qualquer que seja a situação em que se encontra, se tiver um mínimo de consciência política, pode desempenhar um papel, pode cumprir um dever no processo de desenvolvimento histórico-social do seu povo e da sua Pátria». Evitando responder se «aceitaria ser candidato a Belém pela APU», Vasco falou, entretanto, das presidenciais, da importância política da componente militar, da atitude dos nossos artistas e intelectuais para com Abril, do papel da Informação, do «gonçalvismo», da tentativa de promoção de Spínola a marechal, etc.

DL – **A expressão «gonçalvismo» caiu, aparentemente, em desuso. Porquê? A que atribui a sua utilização permanente nos três anos posteriores a 1975?**

V.G. – De tanto se ter utilizado o anti-«gonçalvismo» para justificar a política de restauração do domínio do capital, posterior à queda do V Governo Provisório; política desenvolvida com base na deterioração do nível de vida dos trabalhadores, no restabelecimento de relações patronais típicas do fascismo, na inversão da repartição do produto nacional entre trabalho e capital, na destruição da Reforma Agrária, em atentados diários contra os direitos dos trabalhadores e direitos sindicais, contra o movimento associativo-popular e na subordinação aos interesses imperialista, política que teve como passo importante a contra-reforma legislativa de 1977, na Assembleia da República, acabou por resultar a identificação do «gonçalvismo» com as conquistas da Revolução.

«As pessoas foram compreendendo, cada vez mais, que os males de que sofriam não eram do «gonçalvismo» mas, ao contrário, do anti-«gonçalvismo». Compreenderam que era um álibi para a política de restauração capitalista considerar a crise do país como resultante do «gonçalvismo». Vale a pena, aliás, recordar as declarações em Dezembro de 1975, de três conceituados economistas americanos, Doubush, Taylor e Eckhaus, da Universidade de Massachusetts de que a economia portuguesa estava surpreendentemente sã. Em fins de 1975!...

«Aquando da aprovação, em 1977, das leis que constituíram a contra-reforma legislativa, a qual tinha por finalidade criar a base jurídico-institucional da política de recuperação agrária, capitalista e imperialista, foi proclamado que se tinha posto fim ao «gonçalvismo». Foram as forças que aprovaram a Lei Barreto, a lei do Arrendamento Rural, a lei dos despedimentos, a lei de separação entre os sectores público e privado, o código de investimento estrangeiro, etc., que proclamaram estar a pôr um ponto final no «gonçalvismo». Foram esses que, assim, e contraditoriamente, identificaram, do modo mais claro, o «gonçalvismo» com as profundas transformações operadas na sociedade portuguesa depois do 25 de Abril.

DL – Acha que essas transformações não sofreram com a política de recuperção anti-«gonçalvista»?

V.G. – De facto, sofreram. Contudo, no fundamental, penso que ainda se encontram de pé, defendidas palmo a palmo, numa luta quotidiana, mobilizadora, unitária e lúcida dos trabalhadores e democratas portugueses, dentro do quadro constitucional.

Mas, voltando ao «gonçalvismo», o uso permanente, nos três anos posteriores a 1975, do termo, ao nível da guerra psicológica visou, por outro lado, desviar a discussão do campo político e ideológico, carregá-lo de um significado primário, como ditadura pessoal, ou um período culpado de todos os males, um período para esquecer como o do fascismo. Chegou-se mesmo, ao falar das causas anteriores da crise a pôr no mesmo plano, o período fascista e o chamado período «gonçalvista».

«Mas a realidade e a verdade, são mais fortes que a mentira. Número crescente de cidadãos começou a compreender que a crise não era motivada pelo «gonçalvismo». Aliás, que fizeram os governos posteriores ao V Governo Provisório? Não tiveram tempo de «endireitar» isto? Tantas e tantas promessas fizeram, e, para mais, no dizer de grandes economistas do mundo capitálista não estava a nossa economia surpreendentemente sã em fins de 1975?

«Como a verdade vem sempre ao de cima – leva mais ou menos tempo – a expressão acabou por cair em desuso por duas razões fundamentais:

– porque a prática demonstou que a crise que o país atravessa não foi provocada pelo «gonçalvismo»;

– porque a prática identificou «gonçalvismo» com as conquistas da Revolução, as quais a classe operária, os trabalhadores, os democratas continuam a defender denodadamente.

DL – Que pensa da posição portuguesa actual na cena internacional, à luz das perspectivas abertas pelo 25 de Abril? E qual a via que, no seu entender, melhor poderá defender os interesses do País e do nosso Povo: a integração na CEE? O chamado «terceiro mundismo»? Há (ou haverá) outra alternativa?

V.G. – O 25 de Abril abriu largas perspectivas nesse campo. Portugal venceu o isolamento em que se encontrava e procurou desenvolver uma política externa independente, de interesse nacional. Podemos afirmar que até uma fase adiantada do processo democrático-revolucionário, até à queda do V Governo Provisório, essa política foi prosseguida.

«As pessoas foram compreendendo, cada vez mais, que os males de que sofriam não eram do «gonçalvismo» mas, ao contrário, do anti-«gonçalvismo...»

«Uma política externa independente compreende relações com todos os países do Mundo, tendo por base os preceitos consignados na Constituição Portuguesa de 1976. Ela deve levar à prática de acordo com esses preceitos as relações com os países capitalistas, com os países socialistas, com os países do chamado Terceiro Mundo, com os países em vias de desenvolvimento nacional, não capitalista.

«Estreitar cada vez mais as relações, em especial as económicas e militares com os países desenvolvidos do sistema capitalista, com o imperialismo, é limitar as possibilidades de fazer uma

política de independência nacional. Não é pelo facto de nos tornarmos num dócil elemento da política imperialista que seremos mais respeitados ou influenciaremos mais o processo de relações internacionais ou salvaguardaremos melhor os nossos interesses nacionais.

«O que melhor poderá sevir os interesses do nosso Povo será uma política internacional baseada, repito, nos termos consagrados na Constituição portuguesa; uma política que parta da realidade portuguesa pós-25 de Abril, de aproveitamento das potencialidades oferecidas pelas grandes transformações políticas, económicas, sociais e culturais consagradas na Constituição.

«Uma política conduzida nesses termos não pode ter por fim a integração na CEE, mas sim à aproximação com todos os países do Mundo, na base do interesse mútuo, vantagens mútuas, e de não-ingerência. Necessitamos de uma política de aproximação e entendimento e cooperação mútua entre Portugal e os novos Estados surgidos das antigas colónias. Uma estreita e honesta política de cooperação e vantagens mútuas com esses Estados oferece a Portugal um largo contributo para o nosso desenvolvimento nacional independente, um largo contributo para desenvolver, no cenário mundial, uma política de defesa do direito dos pequenos povos ao desenvolvimento nacional e independente, face às pressões do imperialismo e do neo-colonialismo. Uma política de abertura aos países árabes e aos países socialistas em condições de não-ingerência nos assuntos internos, e em condições mutuamente compensatórias é um factor necessário de uma política de desenvolvimento nacional independente.

«A prática tem mostrado a verdade de tudo quanto venho referindo. **A política externa actual, conduzida pelo Governo AD, é uma política alinhada pelos interesses do imperialismo e do neocolonialismo, uma política que tem por objectivo último a restauração do domínio dos monopólios e dos latifúndios em Porugal, sob a protecção, o apoio e a subordinação aos círculos imperialistas, às multinacionais, aos círculos internacionais mais reaccionários e belicistas. É uma política anti-nacional e antipopular. O caso das relações com o Irão é bem demonstrativo do que acabo de dizer.**

«**Finalmente, para o nosso próprio desenvolvimento nós necessitamos de uma política de distensão e desanuviamento que conduza à distensão militar, uma política de paz, de progressivo e mutuamente garantido equilíbrio, e de desmantelamento dos blocos militares que hoje se enfrentam**».

DL – Surgiu, recentemente, uma proposta de promoção do general Spínola a marechal? Que pensa da iniciativa?

V.G. – Segundo julgo, essa iniciativa política de promoção de Spínola a marechal parte de um grupo político, de escassa representatividade nacional, que pouco, ou nada, mostra compreender da problemática militar.

Nestas condições, não faço mais comentários.

DL – O que tem feito o sr. general nestes últimos anos? Como tem «suportado» a ausência de uma vida política ou militar mais activa?

V.G. – Penso que todo o homem, como dizia Aristóteles, é um animal político, em sentido lato, quer as pessoas tenham, ou não, consciência disso.

Cada cidadão, qualquer que seja o lugar que ocupa, qualquer que seja a situação em que se encontra, se tiver um mínimo de consciência política, pode desempenhar um papel, pode cumprir um dever no processo de desenvolvimento histórico-social do seu povo e da sua Pátria, por mais modesta que seja essa contribuição. Nesse sentido a participação do cidadão está sempre presente em qualquer momento da sua vida adulta.

Não posso esquecer ter um dia, por mero acaso, observado numa reunião de mulheres do MDM, cerca da meia-noite, quando passava por Aljustrel, a participação nessa reunião de mulheres idosas, muito idosas mesmo, ao lado de raparigas novas. Também não posso deixar de lembrar, como exemplo muito recente, a memória de um jovem intelectual de Coimbra, Carlos Amorim, que, sabendo estar doente de leucemia, trabalhou devotada e estoicamente até ao seu último momento de vida, sobre as questões jurídico-laborais porque entendia que era esse o seu dever de cidadão interessado no futuro dos trabalhadores da sua Pátria.

Quanto a mim, procuro ser esse cidadão, que qualquer que seja o seu cargo ou a sua situação, enquanto tem vida, se interessa, se identifica e trabalha com os outros cidadãos, com os seus compatriotas, pelo futuro do povo e da Pátria a que pertence.

DL – O sr. general teve uma intervenção inesquecível, no Congresso dos Escritores, em 1975, onde sublinhou a importância da Cultura, e particularmente da Literatura, na vida dos povos. Pensa que os nossos escritores e poetas, o nosso teatro, o cinema, as artes plásticas, etc., têm participado e reflectido as transformações operadas na sociedade portuguesa com o 25 de Abril?

«Não é pelo facto de nos tornarmos num dócil elemento da política imperialista que seremos mais respeitados...»

V.G. – «Julgo que não se pode dar uma resposta de um só sentido à pergunta sobre os nossos escritores e poetas, o nosso teatro, as artes plásticas, etc.

«Antes do 25 de Abril é inegável que o traço mais característico dos nossos artistas e, em particular, dos escritores foi o de oposição ao fascismo.

«Depois do 25 de Abril, com o desenvolvimento de um intenso, agudo e complexo processo de luta entre as diversas classes e camadas sociais do nosso país, foi-se desenvolvendo também de modo complicado, e em correlação com aquele processo, a definição das posições políticas dos nossos artistas, condicionada, como não podia deixar de ser, pela sua origem de classe, posição social, tipo de trabalho, ideologia, atitude em relação ao seu trabalho, à sua função e aos outros outros homens, pelo modo de angariação e volume de rendimentos, etc., numa palavra, condicionada pela sua consciência social, por sua vez influenciada pelo que se desenrolava ao nível das relações estruturais económico-sociais, ao nível das profundas transformações socioeconómicas, políticas e mesmo culturais (num sentido lato) por que a nossa sociedade estava passando.

«Uns participaram e reflectiram positivamente as transformações operadas na nossa sociedade, outros não. Mais em certos ramos artísticos que noutros.

«Temos ainda de nos dar bem conta que muitos artistas e intelectuais dos mais conscientes têm participado activamente como cidadãos, empenhados no dia-a-dia, na luta social, o que, necessariamente, lhes terá limitado a actividade criativa.

«Por outro lado, é preciso, sempre, um tempo de maturação para que os acontecimentos como os que temos vivido tenham expressões artísticas que verdadeiramente lhes correspondam, isto é, que, do quotidiano pontual extraiam as grandes linhas de força da História, que reflitam a correlação indissociável entre a pequena e a grande História.

«Mas isto não quer dizer que não tenham já surgido depois do 25 de Abril obras notáveis que não só reflectem a realidade da sociedade portuguesa como sobre ela exercem uma acção esclarecedora e estimulante, contribuindo para a formação de uma correcta consciência social no seio do nosso povo.»

DL – Que pensa da Informação actualmente e, em particular, da estatizada? Que paralelo estabeleceria relativamente ao período em que foi Primeiro-Ministro?

V.G. – «O traço dominante da Informação produzida pelos órgãos estatizados (jornais, rádio e TV) é o damanipulação da Informação ao serviço da propaganda do Governo da AD, como ao serviço da mistificação, confusão, desinformação, obscurantismo do povo português, com fins de restauração do domínio do capitalismo e fins eleitoralistas AD, os quais se indentificam, são os mesmos.

«A actuação, por omissão, dadas as deficientes formação e informação políticas de que dispõem largas camadas da população é particularmente tenebrosa, no sentido literal do termo: trevas, escuridão, obscurantismo.

«A actuação por omissão é, ao mesmo tempo enganadora. Por exemplo, as pessoas mal informadas podem dizer: «Mas a TV falou da Conferência da Reforma Agrária, mostrou imagens.» A questão, contudo é mais funda: mostrou a essência, a verdadeira natureza da Conferência da Reforma Agrária ou mostrou aspectos de menor significado?

«Dado o carácter limitado dos tempos de Informação deve-se mostrar as relações profundas dos fenómenos, as causas e efeitos essenciais, para que as pessoas possam compreender o fundamental e não dispersar a sua atenção com o acessório.

«Note-se que emprego a expressão «traço dominante» para não cometer injustiças, nomeadamente em relação àqueles casos em que se verifica existir um profisionalismo honesto que não só não se deixa manipular, como luta activamente contra o actual estado de coisas.

«Um outro aspecto a salientar é a actuação autoritária e prepotente do Governo e da AD, nesse domínio, desrespeitando as mais elementares regras da democracia política, e mostrando quanto descaramento lhe falta civismo. É o caso dos boicotes e sabotagens à actuação dos Conselhos de Informação para a Rádio e para a TV, a falta de respeito pela participação institucionalizada dos trabalhadores na definição da orientação a seguir pelos meios de Comunicação Social, etc.

«É evidente que tal estado de coisas só é possível pela existência, hoje, de uma correlação de forças políticas, civis e militares, favorável a um tal desrespeito das mais elementares regras democráticas.

«Para o Governo AD e seus apoiantes, o voto serve apenas para, uma vez chegado ao poder, o vencedor fazer a política de seus interesses, como entender, e não a política de acordo com o que é estabelecido na Lei Fundamental, que deve presidir às relações entre todos os portugueses, e ao abrigo da qual esse mesmo governo chegou ao poder.

DL – E em relação ao período em que foi Primeiro-Ministro? Não foram os seus Governos igualmente acusados de controlar a Informação?

V.G. – «Ao contrário do que verificamos hoje, ao

democrático depende muito socialistas e comunistas

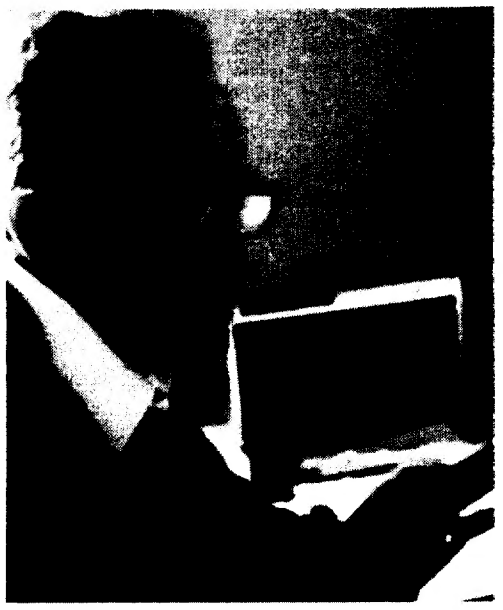
contrário do que tantas vezes, caluniosamente, tem sido dito, no período em que fui Primeiro-Ministro, no respeitante às actuações e directivas do Governo quanto à Informação, houve sempre a maior preocupação de liberdade, de isenção, pluralismo e esclarecimento.

«Creio poder afirmar que depois do 25 de Abril nunca houve um período tão livre em matéria de Comunicação Social, como esse.»

DL – O 25 de Abril: como o viveu, como participou nele? Quais foram para si os efeitos mais importantes e profundos da queda do fascismo em Portugal?

V.G. – A minha participação no 25 de Abril resultou da adesão ao movimento dos jovens capitães cujas reivindicações considerava justas. Os desenvolvimentos desse movimento mostravam que não se tratava de uma mera questão corporativo-profissional, mas sim de uma expressão do profundo descontentamento que se expandia entre os jovens militares devido à consciencialização que se estava operando da verdadeira essência da guerra colonial, como prolongamento, pela violência armada, e utilizando as Forças Armadas Portuguesas, da política de exploração e opressão dos povos das colónias portuguesas, de par com a cruel exploração e opressão do povo português. O nosso inimigo era comum: o fascismo e o colonialismo.

«A consciencialização progressiva de certos sectores das forças militares, através da sua própria prática quotidiana, da sua observação do que



eram o colonialismo e o fascismo impostos pelos grupos político-económicos dominantes ao nosso povo e aos povos das colónias, bem como a compreensão da justeza da lua dos movimentos de libertação nacional, conduziram à conclusão de que só pela via de uma acção violenta era possível derrubar o governo fascista português.

«A minha participação no movimento esteve ligada à elaboração, discussão e aprovação do Programa do Movimento das Forças Armadas.»

DL – E quais foram, no seu entender, os efeitos mais significativos da acção desencadeada, há seis anos, pelo MFA?

V.G. – «Os efeitos da queda do fascismo em Portugal assumiram, pela sua importância, carácter nacional e universal. No plano nacional, a destruição do poder dos monopólios permitiu a instauração de um regime democrático constitucional caracterizado por amplas liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, por notáveis direitos cívicos e sindicais, por uma Constituição política, por uma constituição económica, tudo sendo produto, fundamentalmente, das profundas transformações ocorridas nas relações entre as classes e camadas sociais, nas estruturas económicas, no regime de propriedade, nas relações de produção, etc.

«Paralelamente ao processo democrático-revolucionário que se desenrolou em Portugal depois do 25 de Abril, operou-se a descolonização das antigas colónias portuguesas, impulsionada pela acção dos movimentos de libertação nacional das antigas colónias e por uma política honesta, não neocolonialista por parte das forças democráticas portuguesas, militares e civis, o que deu origem à formação de novos Estados africanos nos territórios das antigas colónias, Estados que têm prosseguido uma política nacional, independente, por uma via não capitalista, e cuja acção tem apoiado fortemente o movimento libertador nacional do continente africano, introduzindo-o numa nova fase. Esta acção, pelo seu exemplo, repercute-se em todo o mundo.

«Penso que estas razões chegam para dar uma ideia do profundo significado nacional e universal do 25 de Abril.»

DL – Uma última pergunta: como aprecia a actual situação político-militar tendo em conta também a questão das eleições presidenciais e a controvérsia entre as forças políticas acerca do problema da subordinação do poder militar ao poder político?

V.G. – «A actual situação político-militar é caracterizada, essencialmente, pela questão, mais propriamente, pela falsa questão da subordinação do poder militar ao poder político, que por vezes é chamado de poder civil.

«Essa questão é hoje candente porque está ligada à subversão, à destruição da Constituição política de 1976.

«Ela não pode ser entendida sem se compreender a natureza e a essência do Estado, e das suas relações com as Forças Armadas.

«Não há Estado sem Forças Armadas, não há poder político sem Forças Armadas.

«As Forças Armadas têm um papel muito importante no estabelecimento da correlação global de forças políticas e sociais, civis e militares.

«Ora as Forças Armadas são uma componente relevante do poder político tal como os Tribunais, a Administração, etc.

«Quer se queira ou não queira, quer se tenha disso a noção ou não se tenha (mas a verdade é que a própria sabedoria popular tem disso consciência), as Forças Armadas têm sido uma componente indispensável do poder político em qualquer Estado, até à fase actual do processo histórico universal, qualquer que seja o sistema económico-social considerado, e tendo em vista os condicionamentos, as inter-relações totais.

«A nossa Constituição transparentemente, lealmente, assim trata a questão, estabelecendo, sem ambiguidades, as missões, os objectivos, as funções das Forças Armadas como garantes do regime democrático-constitucional surgido do 25 de Abril.

«Não será possível haver democracia em Portugal sem a institucionalização da influência/intervenção das Forças Armadas na vida política...»

«A expressão institucional dessa componente relevante do Poder político que são as Forças Armadas é expressa a nível de órgãos de soberania na existência do Conselho da Revolução.

«A influência/intervenção das Forças Armadas portuguesas não é atavismo do nosso povo. Ela exerce-se em Portugal, de modo peculiar, nas condições do nosso próprio desenvolvimento histórico.

«Mas ela também se exerce, nos outros países democráticos, nos países da democracia política, tão citados entre nós, como exemplo de subordinação do Poder militar ao Poder político.

«Basta lembrar a democrática e civilizada França.

«O que foi a intervenção das FAs em Maio de 1958, em Argel e Ajaccio, que conduziu De Gaulle ao Poder? A sublevação de Argel de 1960? A demonstração militar de Maio de 1968?

«O que acontece é que nos países capitalistas altamente industrializados (que afinal são pouco mais que uma dezena em todo o mundo) a burguesia detentora do Poder do capital tem sido suficientemente forte para, de par com grandes lucros (que lhe advêm em grande parte da exploração dos países subdesenvolvidos) poder satisfazer certas reivindicações dos trabalhadores desses países, quer pelo pagamento de salários relativamente elevados, quer pelo fornecimento de serviços do Estado, quer em certa medida complementam o salário.

«Mas, hoje, dada a crise do sistema capitalista, é cada vez mais aparente a intervenção das FAs na política desses países, com a crescente militarização da economia, com o crescente peso do valor das exportações de material de guerra na balança de pagamentos, com a constituição dos complexos militar-industriais, estreitamente ligados ao grande capital monopolista, que tanta influência exercem na política dos Estados. Em Portugal, para só falar a partir de 1820, as classes dominantes recorrem frequentemente à intervenção militar directa, porque dado o atraso do nosso processo produtivo, da organização das empresas e da produção, o baixo nível tecnológico e o da produtividade, não é possível à burguesia dominante satisfazer as mais elementares reivindicações dos trabalhadores. Assim, sofremos o fascismo, sistema político através do qual era possível operar uma intensa acumulação, concentração e centralização do capital nas mãos de uma restrita oligarquia, graças a uma cruel exploração dos trabalhadores portugueses e dos povos das ex-colónias, garantida pela repressão, tendo por último suporte, as FA's.

«Quer dizer, as FA's no tempo do fascismo constituíram a componente militar do Poder político dos monopolistas e dos latifundiários.

«Simplesmente isso não aparecia na Constituição de 1933. Salazar e os seus apaniguados diziam que os militares se encontravam nos quartéis. Mas essa componente militar do Poder político do fascismo tinha uma determinado sinal. «Ora, das tentativas de destruição da actual Constituição faz parte retirar as referências à componente militar do Poder político, garante do sistema democrático, do espírito de Abril, do espírito do Movimento das Forças Armadas, da transição pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo.

«Isto é, é necessário retirar a componente militar que garante o sistema democrático-constitucional. Mas retirar da Constituição, procurar ocultar das vistas do povo, a componente militar do Poder político, não significa que ela desapareça da realidade. O que significa é que essa componente passará a mover-se fora das vistas dos portugueses.

«Não será possível haver democracia em Portugal sem a institucionalização da influência/intervenção das Forças Armadas na vida política, como componente real que é, e relevante, do Poder político.

«Nas condições da nossa Constituição essa participação não é escamoteada, está institucionalizada, obedece a regras estabelecidas transparentemente, sem ambiguidades, tem regras essa participação, regras que o povo conhece, regras para serem cumpridas, regras por cujo cumprimento são responsáveis os órgãos de soberania. O Poder das FA's como componente do poder político é claramente limitado dentro dos preceitos constitucionais e só dentro desses preceitos pode ser exercido. Ora nós, hoje vemos exemplificado tudo o que venho dizendo. Basta olharmos para o que se passa quanto às próximas eleições presidenciais.

«São precisamente os paladinos da subordinação do Poder militar ao Poder político (que muitos chamam de civil) que procuram o apoio das FAs para o seu candidato.

«Quer dizer, eles querem as Forças Armadas nos quartéis mas não as retiram dos gabinetes e dos bastidores da política.

DL – Que evolução prevê?

V.G. – «Essa evolução depende da capacidade e do saber das forças políticas e sociais, civis e militares, na defesa da Constituição de 1976, na defesa do novo Portugal surgido do 25 de Abril.

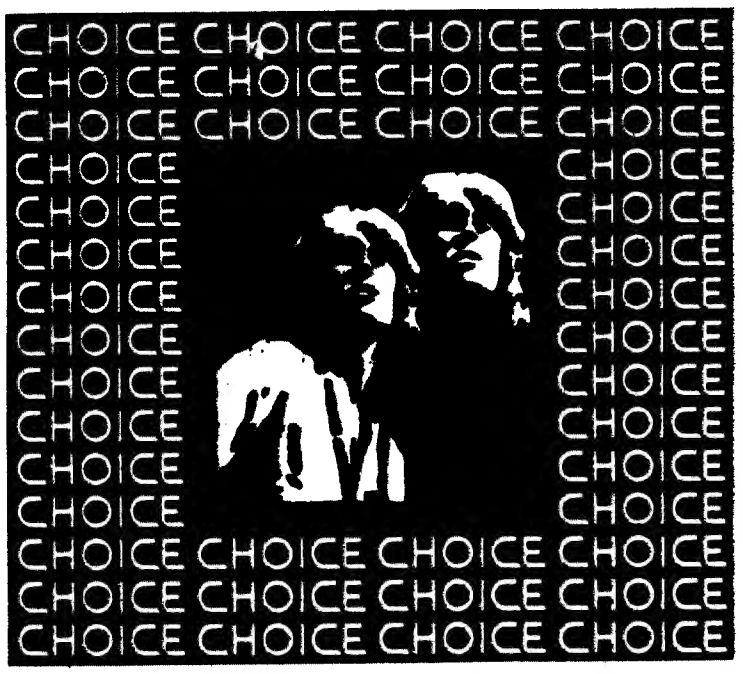
«Tenho confiança em que as forças democráticas, como o têm demonstrado até hoje, serão capazes de defender o nosso regime democrático-constitucional e portanto continuará consagrado na Constituição portuguesa o relevante papel da componente militar do Poder político, quando oportunamente, e dentro dos seus limites materiais, a próxima Assembleia da República se ocupar da revisão da Constituição.»

DL – Não acha, entretanto, que as dificuldades actuais de entendimento entre as principais forças democráticas prejudica a defesa eficaz e consequente do regime democrático-constitucional?

V.G. – «Acho que sim. A defesa do nosso regime democrático depende em grande parte de que sejam feitos todos os esforços, honestos, por mais difíceis e custosos, no sentido de unir todos os democratas portugueses, qualquer que seja o quadrante político a que pertençam, e muito particularmente, unir os socialistas e os comunistas.

Entrevista de Eugénio Alves
Fotos de Luísa Casanovas

CHOICE
A MELHOR ESCOLHA



CHOICE
a camisa do momento
CHOICE JÚNIOR
para o homem do futuro
LADY CHOICE
a camisa + feminina !!

Lurdes Pintasilgo ao "DL"

"O que conta é Abril-por-haver, o devolver ao povo a sua sabedoria"

Passam hoje seis anos sobre o 25 de Abril libertador e tal como no tempo do fascismo começa a crescer o número de cidadãos que são impedidos de trabalhar por motivos políticos. O impedimento é subtil e aparentemente inexistente, mas a verdade é que ele existe. A alguns desses cidadãos são inegavelmente reconhecidas extraordinárias qualidades técnicas e humanas. Isso, porém, parece não importar a quem procura outros dividendos que não a valorização do País a níveis em que é possível enriquecê-lo com a nossa própria força. Com a força criadora deste povo que teima, e teimará sempre, em não perder o que Abril lhe deu.

Maria de Lurdes Pintasilgo, que em Dezembro de 1979 manifestou ao «DL» o seu receio de que o povo português viesse a ser «encurralado» e perdesse a sua força criadora, está há meses parada em Lisboa. Segundo a voz oficial: está «retida por motivos de serviço.

Mero expediente que não consegue esconder a verdade: as qualidades da ex-primeiro não interessam aos acuais governantes. Só porque maria de Lurdes Pintasilgo não gosta de certa utilização descolorida das cores laranja, preto e azul...

Estamos perante um governo que tendo mais olfacto que rosto lavado, não consegue ver-se ao espelho das suas próprias contradições: ao mesmo tempo que não se cansa de atacar a fixação de residência de Sakarov em Gorki, retém (como fez notar o conselheiro Melo Antunes) M. L. Pintasilgo em Lisboa.

Desde que foi impedida de retomar o seu lugar de embaixadora na UNESCO a ex-primeiro-ministro tem-se remetido a um quase completo silêncio.

Que a esperança não se apagou nem pode apagar-se, di-lo Maria de Lurdes Pintasilgo, ao falar-nos «do Abril por haver».

Hoje, porém, comemora-se a arrancada vitoriosa dos capitães de Abril. Maria de Lurdes Pintasilgo não quis deixar o acontecimento sem dizer algo do muito que sempre tem para dizer, acedendo em responder às questões postas pelo «DL», por escrito.

Pergunta:

Abril hoje, amanhã. O que está vivo do espírito do Movimento dos Capitães? Acha que Portugal continuará no caminho de Abril?

Resposta:

Mais do que o Abril de uma madrugada-surpresa, mais do que o Abril de horizonte encoberto que hoje vivemos, o que para mim conta é Abril-por-haver, é o Abril futuro-inédito.

Muitos farão o balanço das promessas e dos fracassos, das conquistas e das demissões, dos riscos assumidos e das cobardias transformadas em fanfarronadas. E virá um dia em que todos esses balanços, despidos da ganga das pequenas histórias individuais, farão, à distância, um quadro de recortes nítidos, de zonas de sombra e luz bem delimitadas.

Para mim, esse dia ainda não chegou. Pela simples razão de que, para além da agitação superficial dos epifenómenos institucionais, o que me interessa é a movimentação em profundidade de toda a sociedade. E essa não é num espaço de seis anos que se pode medir.

Mais do que um conjunto de realizações que se avaliam, o 25 de Abril é, a meu ver, a contínua e renovada devolução ao povo da sua capacidade inventiva e criadora. Não é, assim, por mero saudosismo que cantamos hoje «Grândola, vila morena...». No canto lento, no tom surdo vindo do fundo da alma, tão intensamente português, dizemos uma imensa verdade: «o povo é quem mais ordena».

Que outro padrão usar então para «julgar» Abril, senão o da vontade do povo?

Poderia supor-se que, estabelecidas as instituições democráticas (e admitindo, como seria óbvio, que funcionassem no respeito escrupuloso dos direitos dos indivíduos, dos grupos e dos povos) estaria assegurada a expresão da vontade colectiva.

Poderia julgar-se que, afirmada no direito fundamental e repetida em todos os planos e programas de Governo a preocupação pelos «mais desfavorecidos», estaria garantida a base de subsistência que permite a um povo assumir-se como tal e fazer livremente as suas escolhas.

Poderia esperar-se que, restabelecidas as relações de convivência que desde há longos séculos nos uniram aos povos de todos os continentes, o povo português estaria hoje em condições de ser, como sempre foi, traço de união entre civilizações e modos diferentes de ver e pensar.

Falo afinal de coisas simples. Da liberdade de expressão e de pensamento, do pão e do tecto, da cultura nacional e da independência. Tudo já garantido na Constituição que nos rege, é certo, mas tudo ainda incipiente, mais aspirações do que satisfações, mais intenção do que realização. Tudo isso, afinal, à espera de projecto, da expressão política, que nos unifique e nos restitua a identidade ainda não encontrada.

Continua na pág. 7

25 DE ABRIL SEMPRE!

6.º ANIVERSÁRIO

BARREIRO

1980

PROGRAMA DIA 25 ABRIL

08.00 H – Lançamento de Morteiros e Foguetes em todas as Freguesias do Concelho.

09.30 H – Hastear das Bandeiras na Câmara Municipal. Convidam-se as autarquias, as organizações populares e a População em geral a assistirem ao acto. Estarão presentes as Fanfarras dos Bombeiros da Salvação Pública e do Sul e Sueste.
– Actividades infantis no Parque Catarina Eufémia (oferta de berlindes; desenhos; plantação de árvores; pioneiros; venda de cravos e balões, etc.).

10.00 H – Torneio de Futebol e almoço, no Bairro da Liberdade, em Cabeço Verde.

11.00 H – Desfile dos Atletas dos Jogos Populares do Barreiro, a partir do Campo do Luso, com Fanfarras, para o Parque Catarina Eufémia, junto do qual haverá provas desportivas.
– Torneio Popular de Futebol em St.º António da Charneca.
– Torneio de Atletismo, no Bairro da Liberdade, em Cabeço Verde.

14.00 H – Início da Tarde Festiva, Cultural e Recreativa no Parque Catarina Eufémia e ruas limítrofes:

Digo projecto e logo me arrependo do vocábulo usado. Porque não se trata de uma planificação ideológica ou tecnocrática. Trata-se, sim, da articulação entre si de todas as aspirações que nascem do povo e hoje o habitam, do legítimo desejo dos que querem ver a sua vida melhorada, a sua iniciativa acarinhada, o seu futuro garantido, o seu jeito próprio respeitado, a sua perseverança no esforço recompensada.

Trata-se, sim, do pulsar do coração do povo em todas as suas manifestações de vida e de cultura – no campo e na cidade, nas fábricas e nas escolas, nos aparelhos das instituições públicas e nas estruturas das organizações privadas, na expressão individual que emerge do todo e no coro comum em que as dissonâncias particulares se diluem.

Trata-se, sim, da coerência histórica de um povo que leva, para o concerto das nações um passado e um presente em que o grande valor de troca é, para além ou para aquém de alianças de ocasião, a própria ética do relacionamento com outros povos, fruto da consciência de que todo o problema singular é expressão de problemas planetários perante os quais somos solidariamente responsáveis.

São, assim, caminhos ainda por trilhar os do 25-de-Abril-a-haver. Caminhos esboçados logo na aurora de Abril pelo programa do MFA (quantos se lembrarão dele?). Caminhos percorridos intermitentemente ao longo destes anos. Caminhos desviados muitas vezes por análises incompletas ou unilaterais. Mas caminhos que se adivinham com nitidez nas palavras que o povo português diz, no que foi já capaz de criar e inovar, no que redescobriu na sua própria tradição e história, nos laços que com outros foi tecendo.

Tornar o povo sujeito da sua história, devolver ao povo o direito de revelar a sua sabedoria, colher nas fontes a pureza dos princípios. E recomeçar. Uma vez e outra e outra. Sem fantasmas, sem terrores, sem servidões. Com a verdade, o desassombro, a liberdade responsável. Até que chegue o dia. Até que se abra, num presente pleno e feliz o futuro-inédito. Até que Portugal seja o País de Abril.

Entrevista de Luís Humberto

José Magalhães Godinho:

25 de Abril é o redimir da desonra do 28 de Maio

O 25 de Abril foi o redimir da desonra que em 28 de Maio de 1926 a parte mais reaccionária do Exército tinha levado às Forças Armadas. Esta uma das afirmações do Provedor de Justiça, dr. José Magalhães Godinho, no depoimento que prestou ao «Diário de Lisboa» a propósito da comemoração de mais um aniversário da Revolução dos Cravos.

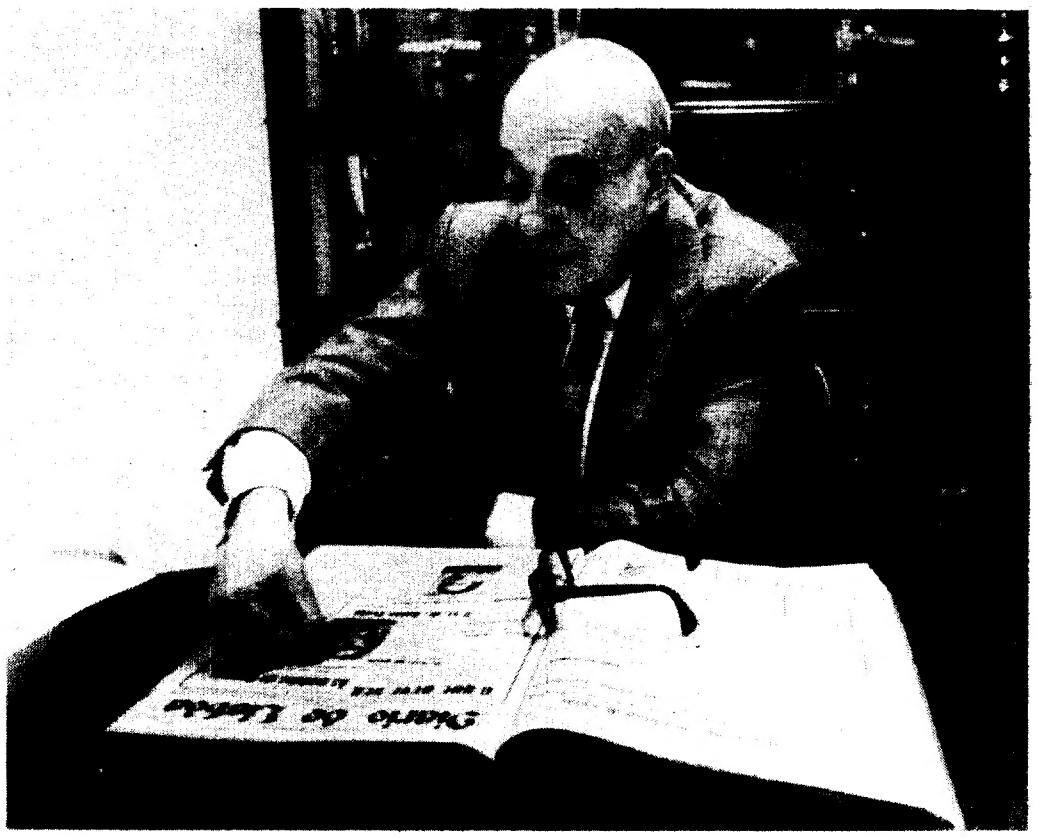
«Considero o 25 de Abril como o terminar do longo pesadelo de 48 anos de opressão, violência, perseguição e desrespeito total pela cidadania dos portugueses.

«Ao mesmo tempo, foi o redimir da desonra que em 28 de Maio de 1926 a parte mais reaccionária do Exército tinha levado às Forças Armadas.

«Foi ainda a resultante de 48 anos de incessável luta do povo de Portugal, que nunca aceitou a 'ocupação' militar, a que estava sujeito e o fascismo, que lhe foi imposto.

«Se as pessoas, apesar de terem fraca memória, não se esqueceram ainda de como se vivia, do ponto de vista político, social e económico, neste País, antes do 25 de Abril, devem no dia de hoje sentir que, quaisquer que tenham sido os incidentes do percurso, o 25 de Abril foi a reconquista da liberdade, o advento duma democracia pluralista, actual e progressiva e tem que ser o golpe de misericórdia definitivo no fascismo e a derrota, definitiva também, daqueles que parecem não estar interessados na defesa da dignidade humana e já começam a pensar num possível regresso ao passado.

«O 25 de Abril trouxe conquistas irreversíveis em todos os campos e não quero deixar de salientar o facto de que uma das mais importantes foi a instituição do Provedor de Justiça, como órgão independente a que cabe velar pela bondade da Administração na defesa da legalidade, e contra a injustiça e, ainda, na salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.»



ALMADA DE ABRIL

25 DE ABRIL SEMPRE

A madrugada do 25 de Abril trouxe-nos os cravos da liberdade. Trouxe-nos a possibilidade de sermos um país digno, que não mais explorasse outros povos, que nos deixasse sentir a alegria de sermos Portugueses, num Portugal livre e democrático, o Portugal que muitos haviam sonhado, e que só por isso, foram mortos. Abril dos cravos vermelhos, como o vermelho do sangue que nos corre nas veias, que nos dá a vida. Abril dos cravos vermelhos, da vida digna e do futuro para os nossos filhos. Abril Festa da Liberdade e do Portugal reencontrado.

FREGUESIAS DE:
ALMADA, COVA DA PIEDADE, TRAFARIA, CAPARICA

TEATRO, DESPORTO, MUSICA, CONVÍVIO

AUTARQUIAS DO CONCELHO DE ALMADA

DELEGAÇÃO EM PORTUGAL

AV. DA LIBERDADE 259-1.°
— 1200 LISBOA
TEL. 575899-575918 — TELEX 18475

LOJA DE VENDA

AV. DA LIBERDADE 259
TEL. 531825—575899

AEROPORTO DE LISBOA

SERVIÇO ESCALA
SALA 452-2.°
— TEL. 896173-803533

Carlos Carvalhas ao "DL"

"Não vamos ficar a meio da ponte: o 25 de Abril triunfará!"

«O que caracteriza a situação política actual é que a contra-revolução, a subversão que visa, a curto e médio prazo, a destruição das conquistas da Revolução, parte hoje do próprio Governo. A vida comprova o que afirmamos desde o início: este Governo tem por objectivo central a reconstituição dos privilégios, a reconstituição do poder económico e político do grande capital» – afirmou, no decorrer de uma vigorosa entrevista ao «DL», o deputado comunista Carlos Carvalhas, membro do Comité Central do PCP.

Carvalhas, que foi secretário de Estado do Trabalho nos I, II, III, IV e V governos provisórios e actualmente é vice-presidente do Conselho Nacional do Plano, membro da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros, representante do PCP no Conselho da Europa e director da revista «Economia – questões económicas e sociais», analisa a actual situação política e económica, comenta a política externa do Governo AD, aponta saídas para a situação, fala da revolução portuguesa à luz do marxismo-leninismo, debruça-se sobre o que foi o «gonçalvismo» e refere as técnicas de propaganda e manipulação de massas utilizadas pela direita para fazer esquecer ao povo português a fase mais bela e rica do nosso processo revolucionário.

Mas Carlos Carvalhas mostra-se particularmente duro nas expressões que utiliza sempre que se refere ao Executivo AD: «governo de mofatrões» (vigaristas), «fora de lei», «governo com uma política irresponsável e aventureira», «política externa reaccionária, provinciana e contrária aos interesses de Portugal».

Revoluções não se copiam

A revolução dos capitães trouxe de novo a liberdade ao povo português. Por isso mesmo é possível que, no momento em que festejamos o sexto aniversário da noite gloriosa e inesquecível do 25 de Abril, no nosso país se festeje também, publicamente, o 110.º aniversário do nascimento de Lenine.

Carlos Carvalhas começou por falar da revolução portuguesa à luz do marxismo-leninismo:

«O caso português confirmou, mais uma vez, que há leis objectivas de desenvolvimento e traços comuns nos processos revolucionários em países com o mesmo sistema económico» – lembrou o deputado comunista.

«As teses do marxismo-leninismo relativas à acção determinante das massas populares nas transformações revolucionárias, ao papel de vanguarda da classe operária, à resistência das classes dominantes logo que vêem os seus privilégios ameaçados, à importância da questão do Estado e do Poder encontraram plena comprovação no nosso caso. Por outro lado, o processo revolucionário português confirmou que as revoluções não se copiam, pois, na verdade, há na nossa revolução numerosas particularidades resultantes de vários factores de natureza objectiva e subjectiva próprios da nossa história.»

«Simultaneamente, no plano das relações internacionais» – acentuou Carlos Carvalhas – «a Revolução portuguesa foi também mais um exemplo a testemunhar que a coexistência pacífica não significa a travagem do processo revolucionário, como dizem os esquerdistas, mas sim que cria condições favoráveis para o desenvolvimento da luta dos povos.»

A fase mais bela

Sempre que se fala da Revolução portuguesa a questão «gonçalvismo» é inevitável. Tema ainda hoje quente, período que a direita ainda hoje teme só de ouvir falar, o «gonçalvismo» ficará na história da revolução como um dos seus pontos simultaneamente mais amados e mais odiados. Daí que nunca possa ser esquecido. Carlos Carvalhas, que desempenhou cargos governativos durante esse período, falou também do «gonçalvismo». Longamente e apresentando a força dos números:

«Diz-se, por vezes, que a direita portuguesa é estúpida. Talvez não seja exactamente assim. Que na ânsia de galgar terreno, assuma atitudes que possam parecer como tal, admitimo-lo. Mas ela sabe bem o que quer e não desconhece, antes pelo contrário, as melhores técnicas de propaganda, de manipulação das massas. Veja-se, por exemplo, o que se passa em relação ao que chamam o período «gonçalvista» da Revolução de Abril. Terá sido, sem dúvida, uma das suas melhores montagens de propaganda, de intoxicação do povo português tentando fazer esquecer a fase mais rica (e bela) do nosso processo revolucionário, na qual mais se avançou na destruição das forças do passado, do poder dos grandes senhores da banca, dos monopólios, dos latifúndios. Afinal os únicos exploradores do povo português durante meio século. A fase, em que os governos mais se identificaram com os interesses das massas populares, em que mais se fez para melhorar efectivamente as condições de vida dos trabalhadores, dos camponeses, das classes intermédias não monopolistas, é para esses senhores um período terrífico, de desgraças. E é-o, de facto, para eles.

A fase em que mais se avançou na criação de condições para a economia nacional ser relançada e se tornar independente dos monopólios internacionais, é para esses senhores um túnel escuro para as suas sensibilidades. E é-o, de facto, mas é para os seus privilégios de uma minoria bem instalada que tudo faz e fez para os recuperar.»

Chegado aqui, o ex-secretário de Estado do Trabalho de cinco dos seis governos provisórios apresentou números e factos de tão «terrífico» período:

«Com o estabelecimento do salário mínimo nacional e seus ajustamentos sucessivos e a contenção dos preços, foram milhares de trabalhadores beneficiados. Por isso, os salários reais subiram 5% em 1974 e 7% em 1975. Agora, em 1979, os salários reais desceram 9%, não esquecer... Por exemplo, os funcionários públicos tiveram, em 1974, aumentos globais da ordem dos 37,5%. Agora querem-lhes impor um aumento de 11%, quando a inflação de 1979 foi da ordem dos 24%. Também é para não esquecer... As taxas de inflação, apesar da subida real dos salários reais, note-se, desceram, em 1974 e 1975; agora, mesmo com a queda dos salários reais, não param de subir.

Em resultado destas medidas, cresceu a quota de participação dos trabalhadores no rendimento nacional (de 48,0% em 1973 para 56,9% em 1975). Em prejuízo, naturalmente, dos lucros dos grandes capitalistas. E é isto que esses senhores não perdoam.

No respeitante à produção nacional também nesse domínio em 1974 e 1975 se registaram saltos espectaculares nomeadamente na indústria de produtos alimentares que subiram 13% em 1974 e 27% em 1975. Hoje, com a descida brutal do poder de compra dos portugueses, essa é das indústrias em maior recessão. Que o digam os industriais.

Isto para não falarmos na redução do número de emigrantes (de 120 000 em 1973 passaram para 45 000 em 1975), como resultante da melhoria das condições económicas e sociais.

Isto para não falarmos na diminuição do défice da balança comercial da ordem dos 20%.

Mas estes senhores passam e os factos objectivos ficam, para demonstrar como o povo português melhorou as suas condições de existência durante o tal período dos governos provisórios em que o general Vasco Gonçalves foi Primeiro-Ministro».

Um Governo de mofatrões

Hoje, no entanto, a situação é bem diferente. As condições de vida do povo português têm-se vindo a deteriorar, as manifestações populares contra o Governo generalizam-se e, tudo o indica, vão ainda aumentar.

Falamos então da actual situação política. Disse, a propósito, Carlos Carvalhas:

«O que caracteriza a situação política actual é que a contra-revolução, a subversão que visa, a curto e a médio prazo, a destruição das conquistas da Revolução, parte hoje do próprio Governo. A vida comprova o que afirmámos desde o início: este Governo tem por objectivo central a reconstituição dos privilégios, a reconstituição do poder económico e político do grande capital.

É um governo fascizante que fala em democracia, mas vai mostrando as unhas e os desejos de instalar uma nova ditadura. É um Governo fora de lei. Não cumpre descaradamente a lei das Comissões Consulares de Emigrantes, a Lei das Finanças Locais (subtraindo às autarquias 25 milhões de contos), não cumpre a Lei das Comissões de Trabalhadores (não permite a entrada em exercício dos gestores eleitos pelos trabalhadores), não cumpre, sequer, a Lei Barreto e, muito menos, a Constituição. E, ano entanto, continua hipocritamente a falar em Estado de direito, afirmando-se cada vez mais como um governo de direita.

Na Assembleia da República já tive ocasião de lhes chamar solenemente da tribuna um governo de mofatrões (vigaristas) e não tive contestação, nem protestos... A não ser que não tenham entendido a palavra... Mas, um governo destes, um governo minoritário que age abertamente contra o povo, tem os dias contados. Os sentimentos de indignação e revolta aumentam em todo o País. E o movimento de massas, que será decisivo, tem-lhe dado a resposta que merece.»

Carlos Carvalhas, que é um reputado economista, dá particular atenção a tudo o que se passa neste sector. Caracterizou assim a actual situação económica:

«Para além dos objectivos centrais, a reconstituição dos monopólios e dos latifúndios e da política demagógica com vista às eleições, a política deste Governo é também uma política irresponsável e aventureira.

O ministro do Comércio, por exemplo, informou a Comissão Parlamentar do Comércio que o défice da balança de transacções correntes, neste primeiro trimestre, é já de 300 milhões de dólares (!!!), que há uma forte tendência altista, o que mais uma vez põe a ridículo o ministro das Finanças, que garantia a pés juntos que os preços iam descer...

Por outro lado, o abastecimento de produtos essenciais não é assegurado (batata, peixe congelado), o Produto Interno previsto para este ano desmente toda a propaganda da política desenvolvimentista que a AD apregoava e a inflação ultrapassará os 20% prometidos pelo Governo.

Mas há mais: a criação de novos postos de trabalho não vai além dos 18 000 (chegam todos os anos ao mercado do trabalho mais de 24 000 jovens). As falências e o agravamento da situação financeira dos pequenos e médios empresários aumentam e aceleram-se. Nenhum projecto de desenvolvimento significativo avança (Plano Siderúrgico Nacional, Beterraba Sacarina, Barragem do Alqueva, etc., etc.).

O agravamento da situação financeira e económica do País é um facto indesmentível, o que mais uma vez confirma o que vale e a quem serve a direita no poder.»

Reaccionários e provincianos

Como membro da Comissão Parlamentar dos Negócios Es-

Continua na pág. 30

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA: PROSSEGUIR A REVOLUÇÃO DE ABRIL!

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, raiou uma nova aurora na vida do Povo Português!

Os quase 50 anos da abnegada luta dos Trabalhadores e do Povo Português contra a tirania fascista de Salazar e Caetano, culminaram naquela gloriosa madrugada, em aliança com os Capitães de Abril, com o derrube do fascismo. Daqui, e porque os Trabalhadores e o Povo Português têm o seu pensamento virado para o futuro, a palavra de ordem que por toda a parte ecoa neste momento: «25 DE ABRIL SEMPRE — FASCISMO NUNCA MAIS».

A democracia alcançada com o 25 de Abril está hoje profundamente alicerçada na vida do Povo Português. Mas a sua consolidação não tem sido fácil.

O Programa do MFA contemplava, no geral, os aspectos mais importantes das profundas alterações a realizar no âmbito social, económico e político. Nesse sentido apontava para o «... lançamento dos fundamentos de uma política económica posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população mais desfavorecidas, o que necessariamente implicará uma política antimonopolista...»

Mas, na medida em que os dias iam passando, as contradições verificadas no seio dos sucessivos Governos provisórios, iam-se sobrepondo às intenções consignadas no Programa. E desta incapacidade do Poder para concretizar, por via legislativa, as alterações necessárias, resultou toda uma dinâmica social, fruto do sentir e da vontade de um Povo largamente explorado, que acabou por se impor.

Ao boicote dos grandes latifundiários, responderam os Trabalhadores do Alentejo com a sua luta para verem garantido o direito ao trabalho; avançaram com as ocupações; iniciaram assim a Reforma Agrária, uma das mais belas conquistas de Abril, que depois é concretizada nos Decretos-Leis 406-A/75 e 407-A/75, que mais não fizeram do que legitimar no plano jurídico, uma situação que os Trabalhadores haviam já efectivado, e cuja legitimidade tinha razízes na luta desses Trabalhadores.

Também à sabotagem dos grandes capitalistas e monopólios, no campo dos serviços, do comércio e da indústria, responderam os Trabalhadores com as suas lutas, que conseguiram ver legitimadas no plano jurídico, com as NACIONALIZAÇÕES: a Banca, os Seguros, os Transportes, as grandes indústrias.

É depois a progressiva intervenção do Povo e dos Trabalhadores na gestão de toda a vida do seu País, desde as organizações populares (Comissões de Moradores, etc.), até ao Controlo Operário.

E a Democracia que a Revolução de Abril trouxe ao Povo Português, é o somatório de tudo isso: a Reforma Agrária

as Nacionalizações, o Controlo Operário, as Liberdades, Direitos e Garantias dos Trabalhadores (no plano sindical e laboral), e de todo o Povo Português (no plano político mais geral). Frequentemente se fala nas conquistas de Abril. É que, de facto, nada disto foi oferecido: foram as grandes lutas dos Trabalhadores e do Povo que as conquistaram. E foram ainda as grandes lutas, o empenhamento denodado dos Trabalhadores e do Povo Português, que consolidaram essas conquistas.

A partir do último Governo Provisório, a direita reaccionária começou a reorganizar-se. O seu afastamento dos órgãos do Poder não tinha plena correspondência no campo económico.

Ao longo dos dois primeiros Governos Constitucionais, a recuperação capitalista, latifundiária e monopolista, vai-se desencadeando, permitida aqui, facilitada além, por esses próprios Governos.

Às desintervenções, aos ataques à Reforma Agrária, às empresas nacionalizadas, ao Controlo Operário, sempre os Trabalhadores souberam erguer a sua luta e a sua unidade na defesa das conquistas alcançadas.

Na situação de crise permanente em que se foi vivendo, no meio das contradições internas existentes, com o fomentar da divisão dos Trabalhadores por certos agrupamentos políticos, a reacção foi levantando cabeça; a sua sinfluência, que no campo económico não tinha sido completamente anulada, vai crescendo no plano político, acabando por desembocar no quarto Governo de Mota Pinto/PPD/CDS.

Os grandes capitalistas e latifundiários, a CIP e a CAP, toda a direita reaccionária, em suma, os grandes inimigos de Abril, que já antes manobravam o poder político, aparecem à luz do dia no Governo Mota Pinto.

Mas, à experiência que as forças reaccionárias adquiriram ao longo de 50 anos do fascismo, no efectivo exercício do poder político, responderam os Trabalhadores e o Povo Português, com a experiência adquirida na luta travada nesses 50 anos, com as ricas experiências de vivência democrática assumida depois da Revolução, com a esperança duma nova dinâmica, com a esperança de novas perspectivas que viram abrir-se-lhes na gloriosa madrugada de 25 de Abril.

E, a reacção não passou!

E, o Governo Mota Pinto/PPD/CDS foi derrubado pelos Trabalhadores e pelo Povo Português.

No período de tréguas que se viveu com o Governo Pintasilgo, mas em que as contradições se mantiveram e em que a situação económica e social (custo de vida, desemprego, etc.) criada pelos governos anteiores e a que o V Governo não podia dar resposta, já por razões políticas decorrentes da sua própria composição, já pela sua vigência limitada no tempo, avançou a direita, consubstanciada na AD, com todas as promessas (cuja falsidade está agora largamente provada), com as quais enganou largas camadas da população portuguesa, nomeadamente na área dos pequenos e médios comerciantes e industriais e até mesmo alguns trabalhadores.

Mas porque os objectivos da AD, do PPD e CDS, são bastante claros, não puderam continuar a enganar por muito tempo aqueles que ao darem-lhes o seu voto em 2 de Dezembro, proporcionaram à direita fascizante o controlo do aparelho de Estado nomeadamente dos órgãos de soberania, Assembleia da República e Governo.

Mas de novo os Trabalhadores e o Povo Português mostraram ter bem arreigado o seu amor ao espírito do 25 de Abril. E manifestaram-no nas grandes acções de massas que têm ocorrido nos últimos 2 meses. E os resultados dessas acções estão concretizados na perda de força, de influência e de autoridade política da AD e do seu Governo.

O isolamento crescente dos partidos reaccionários que integram o Governo e a Assembleia da República, é o reflexo da não correspondência entre estes órgãos e a sua verdadeira base eleitoral. Este isolamento tornar-se-á mais claro com o 25 de Abril de 1980.

Para a AD, para o seu Governo Carneiro/Amaral, comemorar Abril é proceder a inaugurações, descerrar lápides, cortar fitas; é, enfim, retomar toda uma tradição da maneira de fazer comemorações; era assim que nos tempos tristes e silenciosos do fascismo, se comemorava.

Mas, para os Trabalhadores e para o Povo Português, comemorar Abril é participar, é descer à rua, é viver uma festa popular e nacional; mas viver uma festa que é também de luta, prenhe de vontade de defender as conquistas da Revolução de as consolidar, de PROSSEGUIR ABRIL.

O movimento de massas iniciou já os preparativos para o enterro do Governo da reacção. A força e a unidade dos trabalhadores brevemente o concretizarão.

Hoje, o 25 de Abril; amanhã, o 1.º de Maio, são dois caudais imparáveis em que os Trabalhadores e o Povo Português manifestarão a sua força, a sua vontade, ao gritarem bem alto:

«25 DE ABRIL SEMPRE! FASCISMO NUNCA MAIS!»
mas em que também dirão que isso só é possível, com outra palavra de ordem:
«A LUTA CONTINUA, CARNEIRO/AMARAL PARA A RUA!»

Lisboa, 25 de Abril de 1980

A DIRECÇÃO

A descolonização do processo

«Os acontecimentos de Lisboa arrancaram uma das pernas do banco racial no qual há tanto tempo estavam confortavelmente sentados a África do Sul, a Rodésia e Portugal» – eis como o jornal queniano «East African Standard» comentava a 26 de Abril de 1974 a revolução dos cravos. Com uma rapidez surpreendente, a queda da «primeira perna do banco racial» completava-se a 11 de Novembro de 1975, com a independência de Angola, derradeira colónia portuguesa em África. Uma segunda perna do mesmo banco ruia no dia 18 de Abril de 1980 com o acesso da Frente Patriótica ao poder no novo Estado do Zimbabwe. A magnitude do acontecimento histórico que foi o 25 de Abril pode medir-se por este facto: seis anos após a eclosão da revolução portuguesa, ela continua a produzir frutos de importância decisiva para o futuro da humanidade. Daqui a alguns anos (poucos) quando a Namíbia sacudir o jugo de Pretória, daqui a alguns anos (bastante mais) quando os negros sul-africanos conquistarem a emancipação, ainda o 25 de Abril será um ponto de referência obrigatório para situar historicamente esses acontecimentos. Daí que possamos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a descolonização é a consequência historicamente mais relevante do 25 de Abril. E mais: é a chave do próprio processo revolucionário português. Mais que uma consequência do 25 de Abril, a descolonização é a sua causa. E é sob o signo dela que se percorrem as várias etapas do processo revolucionário em Portugal.

Um objectivo nacional

Quando um general do exército colonial, considerado um dos mais brilhantes condutores da contraguerrilha, publica um livro negando a viabilidade de uma solução militar para a questão colonial, o regime que tal fenómeno produz está moribundo. Ao fim de treze anos de massacre da juventude portuguesa e africana, ao fim de treze anos de sangria dos recursos de um país pobre, ao fim de treze anos de isolamento internacional, Portugal chegava necessariamente ao fim da sua «gesta colonial». A não ser os monopolistas com interesses nas colónias, todos em Portugal ansiavam pelo fim da guerra. Foi nisso que os «capitães de Abril» apostaram ao desencadear a revolução. Por mais que os nostálgicos do passado hoje nos tentem convencer do contrário, nenhuma voz se ergueu contra o fim da guerra colonial. Podemos dizer que esse era em 25 de Abril de 1974 o imperativo nacional número 1. E que foi sobretudo à volta desse objectivo que se estabeleceu o núcleo inicial da aliança Povo-MFA.

A situação no campo da batalha, quando eclodiu a revolução, era a seguinte: a guerra da Guiné estava praticamente perdida, em Angola a situação era complicada para os nacionalistas do MPLA, em luta contra o exército colonial português e contra a UNITA e a FNLA, e a braços com divergências internas; em Moçambique, a FRELIMO, não vitoriosa ainda, tinha grandes potencialidades como o demonstrou a abertura da frente da Zambézia já depois do 25 de Abril.

Mas em Portugal as tropas não estavam dispostas a combater até chegarem em Angola ou Moçambique ao estado de derrota em que se haviam afundado na Guiné. Por isso a descolonização se pôde processar também em relação a Moçambique e a Angola.

Podemos distinguir três etapas na descolonização: até ao 28 de Setembro, entre essa data e o 11 de Março, o post-11 de Março até ao 15 de Setembro de 1975.

Embora a República da Guiné-Bissau tivesse já declarado a sua independência e fosse um Estado reconhecido por muitos países (inclusivamente ocidentais) e com assento em instâncias internacionais, Spínola tenta impor ainda em Bissau a sua concepção referendário-federalista de descolonização. Os seus intentos foram gorados, quer porque o MFA da Guiné imediatamente tomou conta da situação, quer porque as condições do terreno não propiciavam quaisquer manobras. As negociações para a independência conheceram alguns reveses, decorrentes sobretudo do facto de a Guiné-Bissau exigir uma política global de descolonização e a solução do problema de Cabo Verde. Mostrando uma solidariedade a toda a prova com os restantes movimentos nacionalistas, o PAIGC aproveitou a sua situação favorecida nas negociações para pressionar Portugal.

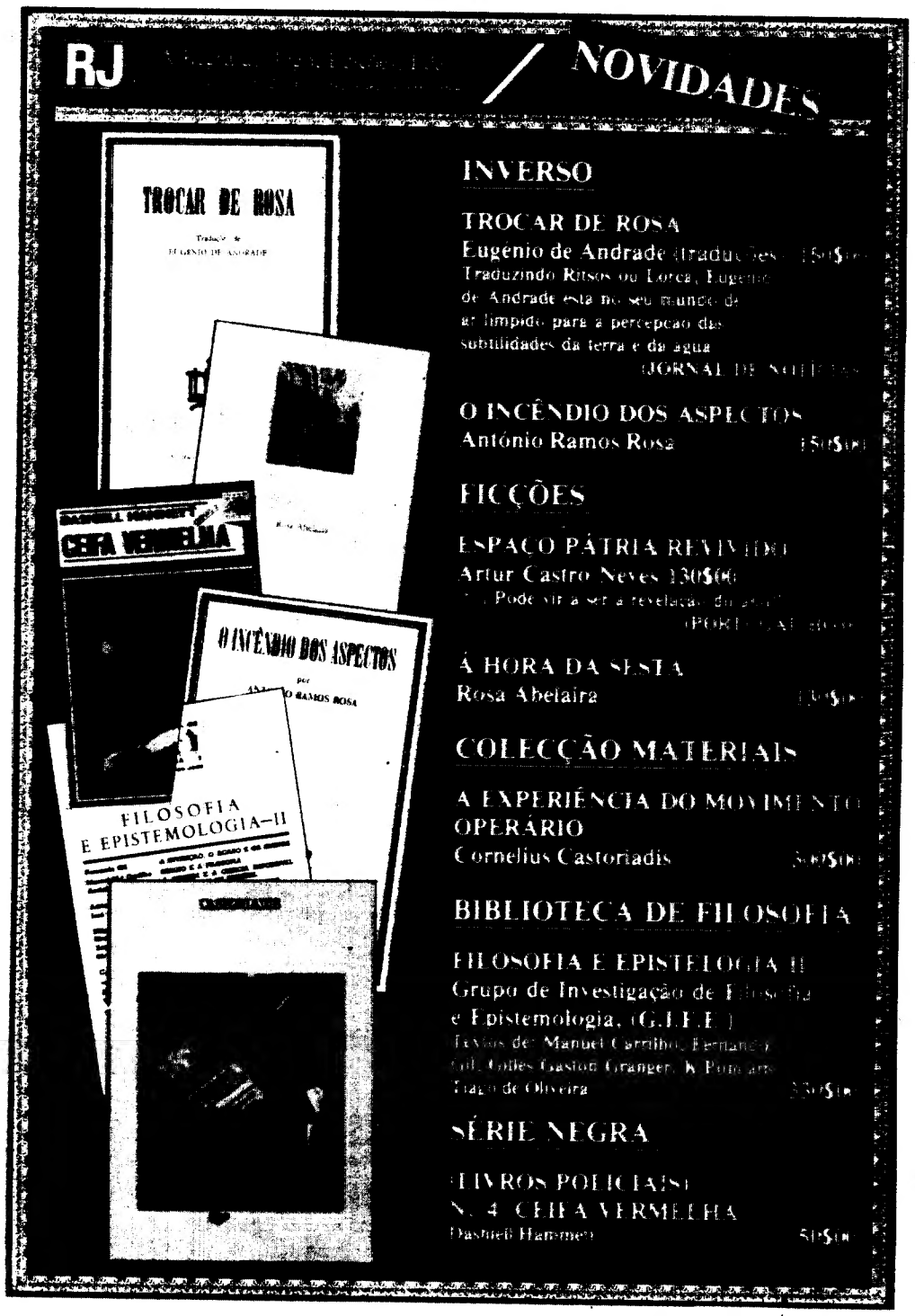
Por outro lado, tornou-se evidente para as tropas em combate nas colónias que o fim da guerra colonial só podia conseguir-se com o reconhecimento dos movimentos de libertação nacional, os quais insistiram desde a primeira hora em que só deporiam armas sob compromisso de transferência de poderes sem quaisquer equívocos ou formalidades prévias. Spínola sofre uma primeira derrota neste capítulo, quando é obrigado no dia 27 de Julho a aceitar uma correcção no programa do MFA: as vagas promessas de autonomia e as sugestões de condições prévias para a descolonização são substituídas pelo reconhecimento claro e inequívoco do direito das colónias à independência total. Desbloqueadas as negociações com o PAIGC, no dia 10 de Setembro, Spínola tem outra pílula amarga a engolir: o reconhecimento de jure da independência da Guiné-Bissau.

Convencido mas não vencido, Spínola trava uma verdadeira corrida contra o tempo, chamando a si o processo de descolonização de Angola, dando alma e vida a partidos criados ad hoc em Angola após o 25 de Abril, impondo travagens nas conversações com a FRELIMO, manobrando com organizações fantoches moçambicanas, avistando-se na ilha do Sal com o presidente do Zaire, Mobutu, arrancando promessas a um Nixon, alvejado já mortalmente pelo caso Watergate.

A resistência do MFA era contudo cada vez mais forte. Por todo o lado, nas frentes de combate ainda abertas, tinham-se estabelecido tréguas de facto, as tropas destacadas nas colónias mostravam-se cada vez mais impacientes pelo regresso.

Duas semanas após a independência da Guiné, Spínola tenta o golpe desesperado do 28 de Setembro. Foi derrotado. O seu papel no processo estava esgotado. Mais do que acalmar os sectores conservadores da sociedade portuguesa, mais do que dar garantias aos colonos brancos, mais do

MARQUISES
E CAIXILHARIA EM ALUMINO ANODIZADO
ORÇAMENTOS GRATIS
CAIXILUX
COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALUMÍNIOS, LDA.
DIVISÓRIAS
RESGUARDOS
PARA
BANHEIRAS
ESCRITÓRIO E SALÃO DE EXPOSIÇÃO
(Aberto das 9 às 21 h.)
Rua Francisco de Holanda, 28-A
Telef. 77 74 88 – 1100 Lisboa
FÁBRICA – Telefs. 92 07 00 - 92 12 03



foi a chave revolucionário

que apaziguar possíveis temores internacionais, urgia agora extirpar a ameaça das tropas coloniais exaustas da guerra.

Ironicamente são as forças fiéis a Spínola que provocam uma nova viragem no processo, após os meses de conversações morosas e arrastadas que se travaram com Angola e Moçambique. Ao desencadear o golpe do 11 de Março, a direita portuguesa deita por terra as últimas esperanças federalistas para as colónias. O processo de descolonização entra em fase acelerada depois do 11 de Março. De todos os processos (à excepção do angolano), foi o de Moçambique o mais doloroso. Os colonos brancos tentam um golpe desesperado em 7 de Setembro, mas a colaboração entre as FFAA portuguesas e a FRELIMO conseguem levar de vencida a mais grave de todas as erupções colonialistas-racistas surgidas em Moçambique Em Julho de 1975, novo Estado africano surgia das ruinas do colonialismo português: a República Popular de Moçambique.

Todas as conversações que se travaram antes da independência se concluiram com franco optimismo e foi com as melhores relações Lisboa-Maputo que o novo Estado iniciou a sua marcha.

No mês de Julho de 1975, mais duas independências: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

O 11 de Março

Entre o 28 de Setembro de 74 e o 26 de Junho de 1975 (independência de Moçambique) muita coisa mudara em Portugal. A derrota da direita no 11 de Março precipitou não só a descolonização mas também as outras conquistas revolucionárias. Com as nacionalizações, o controlo operário, o arranque da Reforma Agrária, estava delineada a opção socialista da revolução, confirmada pelo MFA, que entretanto se institucionalizara.

Rompia-se assim inevitavelmente o consenso nacional. As eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975 dão a vitória ao PS, que, aliado com o PPD, se lança numa campanha contra a «ameaça totalitária» em Portugal. Ao mesmo tempo, o Ocidente desperta do seu aparente letargo. Em Janeiro de 1975, os EUA mudam o seu embaixador em Lisboa, convencidos, enfim, de que Portugal merecia as atenções de um homem, mais tarde consagrado como o número 2 da CIA: Frank Carluci.

Embora desde o primeiro momento a revolução portuguesa tenha afirmado a sua fidelidade às alianças internacionais que herdara do passado, embora nunca tenha posto em dúvida sequer a continuação de Portugal na NATO, embora os dirigentes revolucionários tenham mesmo defendido o estreitamento dos laços com a CEE e nunca tenham descurado os contactos com o Ocidente, as pressões internacionais contra a «ameaça comunista» intensificam-se cada vez mais, caminhando de par com o cerco interno às forças pro-socialistas.

Em Agosto de 1975 dá-se a ruptura insanável dentro do MFA.

Faltam ainda três meses para a independência de Angola. Enquanto manobram dentro de Portugal, os imperialistas decidem, ao mesmo tempo, jogar a cartada angolana. Se não a jogarem mais a fundo, foi porque os EUA acabam de passar pelo vexame vietnamita, pela vergonha Watergate e esses dois traumas estão ainda muito frescos. A situação interna de Angola favorece-lhes, aliás, o jogo. Se o MPLA, é o único movimento verdadeiramente representativo e legítimo, e, como tal, reconhecido pelas forças progressistas mundiais, existem dois agrupamentos que também pegaram em armas (a UNITA e a FNLA) e que agora se aliam aos neocolonialistas, jogando, além disso, com as fracturas dentro do próprio MPLA.

Portugal, como potência colonizadora, toma em conta os três agrupamentos, procurando um entendimento comum entre eles e depois um acordo entre Lisboa, o MPLA, a UNITA e a FNLA. O primeiro passo é dado em Janeiro de 1975 com a cimeira do Alvor.

Mas logo desde o início é visível em Angola um fenómeno particularmente impressionante: o poder político de Lisboa é incapaz de impor as suas opções em Luanda. A esta distância no tempo, é visível que interesses mais altos se interpunham entre Portugal e Angola. O MPLA chega mesmo a ameaçar romper relações com Lisboa e sucedem-se as acusações contra os altos comissários, denunciados como favorecedores da UNITA e da FNLA. Angola parece ser, de facto, um peão de interesses que ultrapassam Lisboa e que esta é incapaz de controlar.

Novamente se assiste a uma corrida contra o tempo, a um jogo de escondidas entre a revolução portuguesa e a descolonização. Angola vive em estado constante de guerra, enquanto em Portugal a luta política atinge o rubro. Movimentos terroristas clandestinos incendeiam, assaltam, matam, lançam bombas, enquanto as divisões se agrevam no plano militar e os partidos hostis à opção socialista manobram dentro e agora de Portugal contra o governo.

A Assembleia de Tancos e a queda do V Governo assinalam o começo do movimento de refluxo da revolução. Angola enfrenta os tempos difíceis da agressão armada de tropas vindas do Zaire, de forças sul-africanas, de mercenários recrutados nos países ocidentais e nas tropas coloniais.

Alguns dos que defenderam a entrega sem reservas do poder ao PAIGC e à FRELIMO hesitam agora quanto ao MPLA, procuram travar a verdadeira independência de Angola. Mas o tempo é curto para manobras. A África ameaça romper com Portugal. O MPLA conquista audiência mundial. As antigas colónias portuguesas colocam-se intransigentemente ao lado do MPLA. A ONU pressiona Portugal.

E no dia 11 de Novembro de 1975, da descolonização exemplar conseguida com o 25 de Abril resta uma caricatura: o último alto comissário sai de Luanda em debandada. Nenhum representante do governo de Lisboa se encontra presente no acto de proclamação da independência. Mais tarde, seriamos o 88.° país do mundo a reconhecer o governo de Luanda e teriamos ainda longo caminho a percorrer para a troca de embaixadores.

Uma última coincidência neste jogo de luz e sombras entre o processo de descolonização e a revolução portuguesa: quinze dias depois da primeira independência surgira uma grave ameaça contra o 25 de Abril – o 28 de Setembro. Agora, 15 dias passados sobre a independência da última colónia em África, surgia o 25 de Novembro.

Diremos apenas, como conclusão, as mesmas palavras que um historiador do 25 de Abril, o tenente-coronel Luís Ataíde Banazol, encontrou para descrever todo este complicado entrelaçar de processos: «...o drama colonial é a vida por onde tudo se escoa, como torrente impetuosa que arrasta consigo vidas e haveres, convicções e esperanças, corpos e almas, num torvelinho catastrófico sem paralelo na história de Portugal...»

Alice Nicolau

Artesanato Artístico
— TAPETES DE ARRAIOLOS
— CERÂMICA, AZULEJARIA
— ESTANHOS E BORDADOS
CENTRO DE ARTESANATO ARTÍSTICO SASSETTI
Sassetti AV. VISCONDE VALMOR, 20-B — LISBOA

Opinião
Mais do que
LIVRARIA
DISCOTECA
GALERIA
BAR
UM LUGAR
DE CONVÍVIO

O DIA 25 DE ABRIL

DIÁRIO DA REVOLUÇÃO/1974
NUMA EDIÇÃO EM DISCO

NUCLEON
EQUIPAMENTOS PRECISÃO, LDA.
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 57-A
T. 77 02 37 — 77 03 51 — Telex. 16 691 — 1000 LISBOA

Na comemoração do seu 25.º aniversário, cumprimenta os seus clientes e amigos, lembrando os seus ramos de actividade, nos campos de:
— MATERIAL DIDÁCTICO
— APARELHAGEM CIENTÍFICA PARA QUÍMICA — FÍSICA
— BIOLOGIA
— ÓPTICA
— INSTRUMENTOS PRECISÃO, MEDIDA E CONTROLO
— APARELHOS METEOROLOGIA
— EQUIPAMENTOS PARA TOPOGRAFIA, GEODESIA, PROSPECÇÃO

O problema da Reforma Agrária é um problema histórico

De Severim de Faria e D. Luís da Cunha (séculos XVII e XVIII) a António Sérgio passando pela Revolução Liberal (século XIX)

«O problema da Reforma Agrária é um problema histórico. Coube à geração actual a capacidade, quase a felicidade, de ser a realizadora duma aspiração que se vinha acumulando há vários séculos. Mas o problema da Reforma Agrária, e, nomeadamente, o problema do próprio atraso agrário está neste país conexionado com aquilo que foi uma das grandezas históricas do povo português, que foram os Descobrimentos. A verdade é que já Camões, logo no seu poema, pôs a falar o Velho do Restelo advertindo para os perigos que adviriam da expansão portuguesa no Mundo pelo abandono da própria terra natal.

«Logo a partir do século XVI está clarissimamente posto o problema da Reforma Agrária por uma pessoa que conhecia perfeitamente o Alentejo, pois que era cónego de Évora, Manuel Severim de Faria. No ano de 1655, nas suas **Notícias de Portugal**, equacionava tal qual recentemente se punha o problema do abandono das terras do Alentejo e os prejuízos que advinham dos latifúndios. Punha claramente, portanto, o problema da equação da distribuição de terras no Alentejo, para o seu perfeito aproveitamento agrícola, no sentido de que o Alentejo pudesse alimentar o País daquilo que lhe faltava, que eram os cereais, e que o Alentejo com uma cultura correcta e com uma boa distribuição de riqueza, asseverava já nessa altura Severim de Faria, podia absolutamente garantir ao povo português

«Esse problema foi posto em pleno século XVII, e desde então nunca mais os pensadores mais reflectidos e aqueles que se foram especializando nos problemas económicos deixaram de, sucessivamente, quer no século XVII, quer no século XVIII quer no século XIX e no primeiro quartel do século XX, precisamente até 1925, nunca mais deixou de haver uma corrente de pensamento e de acção que defendia a necessidade de uma Reforma Agrária

«Logo a seguir a Severim de Faria, ainda no século XVII, foi outro alentejano, juiz de fora também em Évora, Duarte Ribeiro de Macedo, que pôs exactamente o mesmo problema constatando o abandono, o deserto a desertificação da região e a falta de produtividade (...) E logo a seguir, no século imediato, foi o sr. Dom Luís da Cunha autor do testamento político que recomendou ao novel rei D. José a escolha do Marquês de Pombal para primeiro-ministro. Ele punha aí o mesmo problema, também o problema do Alentejo, o problema da necessidade da cultura no Alentejo, de distribuição de terras não cultivadas. Ele punha exactamente o problema usando uma expressão latina – **Salus populi magna lex est** –, a salvação do povo que era o problema da fome, que era o problema da alimentação. Dizia ele, portanto na primeira metade do século XVIII, que essa Reforma era a salvação do povo, que a solução dos problemas da fome exigia, constituía a lei máxima que tinha de se sobrepor aos direitos, digamos, particulares dos donos das terras que, geralmente nessa altura, eram ainda essencialmente os senhores feudais, a fidalguia senhorial, as Ordens Religiosas e Militares.

(...) «Esses problemas foram permanentemente sendo adiados, o que não impediu que, na segunda metade do século XVIII, os primeiros académicos, isto é, os primeiros sábios portugueses que se agregaram na Academia Real das Ciências, todos eles geralmente fisiocratas, viessem igualmente reclamar a valorização da terra, pondo os problemas da necessidade da distribuição os problemas gerais comuns do País acima dos possíveis interesses particulares.

«Veio depois finalmente a Revolução Liberal (...) – e exactamente logo em 1821 foi criada no primeiro Parlamento português, que foram as Cortes Constituintes, uma Comissão Parlamentar incumbida de estudar o problema de melhoria do comércio em Lisboa (...) E logo aí se acentuou de um modo muito claro e inequívoco que uma das coisas necessárias era a repartição de terras, que as terras todas se cultivassem, para que exactamente uma melhoria de produção agrícola e consequentemente uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores agrícolas permitisse uma melhoria do próprio comércio na capital.

«Isto não teve sequência porque houve depois a contra-revolução em 1823, a Vilafrancada. Mas após, sim, após toda uma acção reaccionária, restauracionista e absolutista do antigo regime, das forças de D. Miguel, veio a necessidade de uma solução militar pela força através de D. Pedro, quando veio dos Açores para o continente. E foi esse o momento de uma primeira, uma outra tentativa de Reforma Agrária através da legislação de Mousinho da Silveira. Essa legislação de Mousinho da Silveira ocorreu numa altura em que as forças liberais não tinham ainda um território para aplicar a própria lei, de maneira que a Reforma Agrária liberal só veio depois de dois anos de guerra civil, com o triunfo das forças liberais. E então, isto é, em 1833, imediatamente após o desembarque das forças liberais em Lisboa (...) foi promulgada uma lei de Agostinho José Freire que atribuía aos responsáveis do antigo regime, aos miguelistas, a responsabilidade dos prejuízos sofridos pelos liberais (...) Essa lei (...) foi prosseguida por outras duas leis muito importantes. Foi, por um lado, a Lei da Extinção das Ordens Religiosas, e por outro lado a Lei de Venda dos Bens Nacionais. Por este sistema das três leis deu-se o que se pode chamar a Reforma Agrária Liberal. Consistiu em quê? Era uma reforma de carácter burguês e, portanto, limitou-se a ser, por um lado, a transferência para a nova burguesia liberal, para a burguesia que é hoje a burguesia latifundiária, ou que foi até 1975 a burguesia latifundiária, a transferência dos grandes bens, dos grandes territórios que anteriormente tinham pertencido às Ordens Religiosas e a outras instituições do antigo regime.

«Essa transferência de propriedade fez-se como? Fez-se exactamente pela expropriação (o nome não se usava então, mas é o nome que hoje correctamente se pode aplicar), pela nacionalização dos bens de mão-morta que reverteram para a Fazenda Pública. E como o Estado liberal não é de maneira nenhuma um Estado colectivista (...), os bens, os territórios de mão-morta não ficaram para o Estado, mas foram postos à venda para serem comprados. Por quem? Pelos vitoriosos, pelos liberais, por aqueles que tinham o capital, ou que, mesmo não tendo capital, se podiam apresentar com títulos de serviços prestados à Causa Liberal. E dessa maneira obtiveram por compra, em hasta pública, territórios imensos a preços baratíssimos (...) porque havia pouca gente que os pudesse comprar.

(...) É curioso, na I República, depois das grandes greves do Alentejo de 1911/1912 (...), e após os abalos sociais de 1917, foi apresentado um projecto que não foi senão um dos cinco projectos de Reforma Agrária tentados na vigência dessa I República, no sentido de fazer a expropriação dos terrenos incultos. Foi em 1917 o projecto de Lima Bastos, (...) que precipitou imediatamente a primeira ditadura de tendência fascista, que foi a ditadura de Sidónio Pais. Depois houve mais duas, mais três tentativas de Reforma Agrária muito menos profundas. Mas houve em 1924 e 1925 uma outra tentativa de Reforma Agrária já bastante mais profunda, prevendo exactamente a expropriação dos terrenos incultos no Alentejo, que foi o projecto de Ordenação Rural de Ezequiel de Campos. Foi apresentado em 1925, e, em 1926, rebentou a ditadura fascista. Portanto isto mostra como esta aspiração, que a partir de 1974 se concretizou, é uma aspiração que vem, é o eco das aspirações que vêm de há três séculos atrás, e que foi realizada pelos trabalhadores em 1975.

«E porquê? Isto não é apenas a satisfação duma aspiração, isto é também uma fatalidade histórica que resulta da grande transformação sofrida, na sequência do 25 de Abril que foi a descolonização (...) Muitos de nós somos grandes admiradores de António Sérgio (...) mas não se tem lido António Sérgio depois do 25 de Abril. Nós podemos compreender em António Sérgio, depois do 25 de Abril, coisas que não eram suficientemente claras para nós antes do 25 de Abril. É que António Sérgio, exactamente apoiado em toda esta experiência histórica de tentativas de Reformas Agrárias fracassadas, tinha posto em evidência a relação, a conexão que existe entre a necessidade de uma Reforma Agrária e a descolonização. E depois, relativamente à Reforma do liberalismo, às leis de Mousinho da Silveira, conexionou-as com a independência do Brasil, isto é, com a descolonização da América, que tinha sido a grande descolonização do século passado, como do nosso século foi agora a descolonização de África. Ora, Antonio Sérgio, que morreu em 1969, não raciocinou em função da situação actual, posterior, não a pôde sequer prever.

«Simplesmente hoje, com a nossa experiência histórica, vivida em Portugal depois de 1974, verificamos que houve duas grandes conquistas, para além da queda do Governo fascista, para além da institucionalização da Democracia em Portugal. Houve um processo irreversível que é a descolonização E, conexionado com isso será igualmente irreversível a Reforma Agrária que dela decorre fatalmente. Aos trabalhadores rurais que tiveram a grande coragem de a realizar a grande coragem e a grande lucidez patriótica de a realizar cabe-lhes exactamente o classificativo de herois desta Patria por terem sabido repor (...) o problema secular da posse da terra» (...)

Victor Sá

★ **Professor universitário na Faculdade de Letras do Porto e um dos intervenientes no Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária (Julho de 1979), cujo depoimento constitui o presente texto.**

O sal da terra em Casebres

Antes do 25 de Abril a povoação de Casebres, no concelho de Alcácer, estava praticamente parada no tempo. Perdura a identidade: com os homens a partirem para a guerra colonial e para os centros urbanos à procura do trabalho que as terras, nas mãos de agrários absentistas, não lhes davam. Havia, lá, somente a tristeza dos velhos e a saudade das mulheres. E ainda crianças, sem futuro, que percorriam os campos, aos pássaros, numa inventiva constante dos brinquedos que nunca tiveram.

Hoje a vida mudou muito em Casebres, graças à cooperativa de produção agrícola, nascida, em Março de 75, da ocupação de doze herdades. Avançou-se nas culturas, nas mentalidades, nas regalias sociais. Os trabalhadores aprenderam a organização, a gestão e a conversar em conjunto. Estes seis anos moldaram personalidades, atrofiadas pela falta de oportunidade.

Manuel Campos, membro da direcção da Cooperativa, um caso.

Antes do 25 de ABril trabalhava no Condado Palma, por um salário de 110 escudos, ao dia, que nem sequer era certo. Por vezes tinha de buscar trabalho em Sesimbra, Setúbal ou Lisboa, na construção civil. Ele, operário agrícola, normalmente tractorista, como sentiu o 25 de Abril?

«Eu não percebia nada de política. Pensei, apenas, que as guerras coloniais iam acabar e isso era bom par nós... Nunca tinha ouvido falar de Reforma Agrária. Aceitava a situação de uma forma resignada sem me debruçar sobre certas questões.»

Casado com Isalinda Maria da Silva (tmbém ela assalariada rural da cooperativa), pai de uma menina de dez anos, já aprendeu a raciocionar sobre o sentido das coisas, em termos políticos. Mesmo que um dia seja obrigado a voltar à construção civil ou a ir para a emigração fa-lo-á com outra lucidez. Aliás ele encara o futuro com uma certa preocupação.

«O nosso poder de compra está a diminuir, devido ao elevado custo de vida. Gostaria que a minha filha estudasse mas não sei se será possível aguentar as despesas. É o transporte para Alcácer, a comida fora de casa..»

Sal da terra

Dos 800 habitantes de Casebres, cerca de 250 trabalham na cooperativa que funciona, para a povoação, com o sal da terra. Produz arroz, tomate, cevada distica e pimentos. E até culturas um tanto inéditas, na zona, tais como bróculos, alho francês, mostarda, beterraba. Há ainda, culturas de estufa em fase de arranque e a esperança desfeita, em relação ao tabaco, pelo parecer «desfavorável do MAP»

«Pretendíamos introduzir aqui o tabaco mas o MAP disse que as terras da cooperativa não tinham condições propícias para essa cultura.»

Verdade, mentira? Com o MAP nunca se sabe.

Entretanto a cooperativa, de início com 4070 hectares, está reduzida, neste momento, a metade da área com que se formou. Quatro reservas e duas devoluções são o balanço da ofensiva do MAP, traduzida em acções armadas com a GNR a bater nos trabalhadores e a disparar fogo real e balas de borracha.

Incidentos graves registaram-se, já, em Casebres. Dois trabalhadores foram feridos e muitos outros espancados. Nestas operações criminosas ressaltam, no comando os nomes dos capitães Faria e Jerónimo Santos.

Repressão

Uma das vítimas, Jerónimo Jacinto de Almeida, de vinte anos, tirador de cortiça (na altura) narra os acontecimentos:

«Levei um tiro nas pernas. Depois de caído na estrada, os praças da GNR bateram-me até se fartarem. Mais tarde a radiografia mostrava o osso partido em grandes falhas, pelo que me tiveram de colocar uma placa de 18 centímetros e oito parafusos

Continua na pag 30

"FÉRIAS PARA TODOS"

UM NOME ANTIGO — UMA NOVA REALIDADE EM VIAGENS DE TURISMO!

GRÉCIA

UMA SEMANA EM ATENAS — 27 950$00 p/ pessoa
Partidas: 8/6; 13 e 20/7; 10 e 24/8; 7, 14 e 21/9; 5/10; 25/12
ATENAS E CIRCUITO DO PELOPONESO - 31 320$00 p/ pessoa
Partidas: 3, 17 e 31/8
ATENAS E A PARADÍSIACA ILHA DE MYKONOS -- 31 800$00 p/ pessoa
Partidas: 20/7; 10 e 24/8; 7 e 21/9

EGIPTO

CIRCUITO NA SENDA DOS FARAÓS — 52 850$00 p/ pessoa
Partidas: 8/6; 17/7; 7 e 21/8; 4 e 11/9
FANTÁSTICO CRUZEIRO NO NILO -- 58 750$00 p/ pessoa
Partidas: 24/7; 14 e 28/8; 18/9

TURQUIA

UMA SEMANA EM ISTAMBUL — 30 980$00 p/ pessoa
Partidas: 10/6; 22/7; 5 e 19/8; 2/9

TERRA SANTA

CIRCUITO A ROTA DOS LUGARES BÍBLICOS - 32 275$00 p/ pessoa
Partidas: 13/5; 3 e 24/6; 15/7, 5 e 19/8; 2 e 9/9; 7/10; 23/12

ITÁLIA

UMA SEMANA EM ROMA — 19 900$00 p/ pessoa
Partidas semanais de Maio a Outubro
ROMA E O SUL DE ITÁLIA — 26 500$00 p/ pessoa
Partidas semanais de Maio a Outubro
GRANDE CIRCUITO DE ITÁLIA — 29 900$00 p/ pessoa
Partidas semanais de Maio a Outubro

LESTE EUROPEU

UNIÃO SOVIÉTICA
Moscovo e Leninegrado -- 8 dias -- Partidas 10/6 e 1/7
Moscovo, Leninegrado, Kiev e Suzdal — 15 dias — Partida: 12/8
Moscovo, Leninegrado, Kiev e Repúblicas do Báltico — 22 dias — Partida 2/9
ROMÉNIA
Circuito do Imperador Trajano — Partidas todos os domingos de Maio a Outubro
Circuito Mosteiros da Moldávia — Partidas todos os domingos de Maio a Outubro
Praias do Mar Negro e Bucareste - Partidas todos os domingos de Maio a Outubro
ROMÉNIA E BULGÁRIA
Partidas todos os domingos de Maio a Outubro

GRANDES VIAGENS

QUÉNIA — Safari fotográfico e estadia numa maravilhosa praia
Partidas: 19/7, 2 e 16/8; 6 e 20/9 — 58 950$00 p pessoa
VOLTA AO MUNDO — 9 países e 4 continentes numa extraordinária viagem de 29 dias
Partida única: 3 de Agosto
U.S.A. (Nova Iorque, Miami, Washington, Disneyworld)
Partidas em Setembro e no Natal
ÁFRICA DO SUL
Partidas regulares durante o Verão
MÉXICO, BAHAMAS, MIAMI
Partidas em Agosto e Setembro
SEYCHELLES E MAURÍCIAS
Partidas durante o Verão
CUBA
Partidas durante o Verão

FASCINANTE ORIENTE

SINGAPURA, MALÁSIA E TAILÂNDIA
6 a 18 de Junho — Partida única
JAPÃO, HONG KONG, MACAU E TAILÂNDIA
30/7 a 16/8 — Partida única
JAPÃO, FILIPINAS, HONG KONG, MACAU E TAILÂNDIA
6 a 23 Outubro — Partida única
NEPAL E TAILÂNDIA
Partida: 10/5; 7/6; 13/8; 13/9
TAILÂNDIA, HONG KONG, MACAU E FILIPINAS
Partidas de Junho a Setembro
ÍNDIA, NEPAL E TAILÂNDIA
Partidas em Outubro 1980 e Janeiro 1981
ÍNDIA, NEPAL, CEILÃO E TAILÂNDIA
Partidas regulares de Junho a Setembro

MARROCOS

Circuito das Cidades Imperiais/ Estadias em Tânger
Circuito das Medinas/ Estadias em Casablanca
Preços desde 7 500$00 p/ pessoa

mr - 80

ILHAS DO ATLÂNTICO

MADEIRA
Partidas semanais em grupo e diárias para clientes individuais
Preços desde Esc. 7 420$00
AÇORES
Diversas hipóteses a escolha
Circuito Açoreano (Terceira-Faial-S. Miguel) — 7 ou 8 dias
Uma semana em S. Miguel -- 8 dias
Açores e Madeira — 10 dias

FÉRIAS NA PRAIA

ALGARVE
Estadias em hoteis e apartamentos
BENIDORME
Auto-férias e viagens em avião (uma ou duas semanas)
COSTA DEL SOL
Auto-férias, viagens em avião e autocarro (uma ou duas semanas)
PALMA DE MAIORCA
Viagens em avião (uma ou duas semanas)

EUROPA TRADICIONAL

FIORDES DA NORUEGA — 42 800$00 p/ pessoa
Partidas 6/6; 11/7; 1 e 22/8, 5/9
AGUARELA SICILIANA — 45 750$00 p/ pessoa
Partidas: 5/6; 17/7; 7 e 21/8; 4 e 18/9
SUIÇA E ÁUSTRIA — 28 300$00 p/ pessoa
Partidas todos os domingos de 6 Julho a 14 Setembro
BENELUX, PARIS E VALE DO RENO — 29 500$00 p/ pessoa
Partidas todas as 2.as feiras de 14 Julho a 15 Setembro
AMESTERDÃO — desde 18 400$00 p/ pessoa
Partidas todas as 3 as feiras de 8 Julho a 23 Setembro
AMESTERDÃO E LONDRES -- desde 18 850$00 p/ pessoa
Partidas todas as 3 as feiras de 8 Julho a 23 Setembro
AMESTERDÃO E BRUXELAS -- desde 18 600$00 p/ pessoa
Partidas todas as 4 as feiras de 8 Julho a 23 Setembro
BRUXELAS desde 17 300$00 p/ pessoa
Partidas todos os sábados de 12 Julho a 11 Setembro
UMA SEMANA EM GENÈVE
Partidas todos os domingos de 6 Julho a 14 Setembro
7 OU 8 DIAS EM PARIS - desde 11 300$00 p/ pessoa
Partidas: 18/5, 8/6; 8/7 5 e 19/8; 21/9; 5/10; 16/11, 26/12 e todas as 2.as feiras de 14 Julho a 15 Setembro
RIVIERA FRANCESA (Nice, Mónaco, Monte Carlo, San Remo, Menton, Cannes, Grasse)
Viagem de 7 dias — preços desde 18 900$00 p/ pessoa
Partidas: 9 e 15/6; 7 e 13/7; 18 e 24/8; 15 e 21/9
UMA SEMANA EM COPENHAGUE — desde 24 900$00 p/ pessoa
Partidas: 13/7; 10/8; 14/9
NO REINO DA DINAMARCA — desde 34 900$00 p/ pessoa
LONDRES — viagens de 4, 5 e 8 dias — desde 12 300$00 p/ pessoa
Partidas: aos domingos e 5.as feiras

e ainda uma vasta programação em VIAGENS DE AUTOCARRO em Portugal e pelo Estrangeiro, CRUZEIROS, VIAGENS IT, FEIRAS, SALÕES E CONGRESSOS INTERNACIONAIS

Consulte-nos desde já! Somos um dos mais antigos e experientes Operadores Turísticos Portugueses e estamos à sua total disposição!

Europeia

UM NOME ANTIGO COM UMA NOVA DINÂMICA

LISBOA • Avenida da Liberdade, 233. Tel. 536121
LISBOA • Avenida de Roma, 35-A. Tel. 778862
PORTIMÃO • Av. Tomaz Cabreira — Viv. Sant'Ana
Praia da Rocha. Tel. 23377

membro WATA em Portugal

Queiram enviar-me detalhes sobre os seguintes programas:

_____

_____

Nome: _____

Morada: _____

_____

Tenente-coronel Costa Neves, membro do CR

O 25 de Abril era indispensável à dignidade do povo português

«Continuo a pensar que o 25 de Abril era qualquer coisa de indispensável à dignidade do povo português. Hoje faria exactamente aquilo que fiz em 1974, independentemente das vicissitudes e dos erros do processo revolucionário. É evidente que, se pudesse voltar atrás muitos desses erros tentar-se-iam evitar mas sempre determinadamente na mira dos objectivos que nos propusemos: restabelecer as liberdades democráticas e trabalhar no sentido de criar condições para que se venha a estabelecer uma verdadeira justiça social, o que passa pelo desenvolvimento cultural do povo português para que cada vez mais concretamente possa participar na condução dos destinos do País, que é essencialmente do povo.»

São palavras do tenente-coronel Costa Neves, conselheiro da Revolução em representação da Força Aérea, um militar que em todos os momentos refelectiu sempre a pureza dos ideais de Abril que fez actuar naquela madrugada há seis anos, uma parte importante dos jovens oficiais.

Costa Neves foi um homem não da primeira hora do 25 de Abril, mas, de uma forma mais rigorosa, do primeiro minuto, pois foi ele que comandou o grupo de oficiais que tomou o Rádio Clube Português, através de cujos emissores foram difundidos os comunicados do MFA.

«O dia 24 de Abril de 1974 – diz-nos quando perguntámos o que havia feito nas horas que antecederam o golpe – foi um dia normal e até à hora de jantar fiz o que era de rotina fazer e até intencionalmente para não chamar a atenção para qualquer tipo de movimentação. À noite reunimos o grupo que ia tomar conta das instalações do RCP e a partir das dez horas começámos a fazer rondas por turnos à volta do quarteirão no sentido de nos inteirarmos se o nosso movimento era detectado. Às três da manhã, em simultâneo com a saída do BC 5 que estava aquartelado ao cimo do Parque Eduardo VII, entrámos calmamente no Rádio.»

Uma revolução para o futuro

Respondendo a uma pergunta sobre o eventual papel motivador que teriam exercido os jovens ou até os próprios filhos de muitos militares, condenados a uma vida sem futuro a menos que em Portugal algo de importante ocorresse, o tenente-coronel Costa Neves sublinhou que sempre estiveram convencidos que o 25 de Abril, como qualquer processo revolucionário iria provocar algumas convulsões na sociedade portuguesa e portanto os frutos so viriam a ser colhidos pelos filhos ou até pelos nossos netos mas que de qualquer modo «as revoluções não se fizeram com objectivos imediatos, mas sim com o altruísmo que caracetriza os revolucionários que pugnam pela justiça social, com objectivos a longo prazo e não com objectivos imediatistas, o que é utópico».

Pensou nos seus filhos e nos riscos que corria?

«Já tinha filhos na altura. Pensei no que poderia ser o futuro deles se as coisas corressem mal, mas pensei sobretudo que se corressem bem, as minhas e as outras crianças viriam a beneficiar do que ia acontecer na noite de 25 de Abril com o derrube da oligarquia. Portanto, o sacrifício, dos que arriscaram no 25 de Abril, deles e das suas famílias, seriam insignificantes face aos objectivos que nos propúnhamos realizar e aos grandes objectivos do povo português.»

Que mudanças?

Acha que muita coisa mudou em Portugal?

«Houve modificações profundas em todos os sectores e, sobretudo, das mentalidades e uso da liberdade, tão grata ao povo português, que hoje, apesar de algumas dificuldades, e de alguns retrocessos, não desanimou continuando determinado a defender as conquistas da Revolução. Neste momento e de uma forma que considero positiva, procura apenas encontrar vias que evitem grandes perturbações e grandes sacrifícios para a população em geral.»

O tenente-coronel Costa Neves mostra-se confiante na defesa do 25 de Abril e considera que há uma tomada de consciência nesse sentido.

«As pessoas nos últimos tempos têm detectado sintomas que eram característicos do regime derrubado em 24 de Abril. Isso traz à consciência um passado que efectivamente foi rejeitado pela esmagadora maioria do povo português e que alguns teimam em fazer regressar por acção de antidemocratas que querem voltar a um passado de má memória.»

Importa agora que tenham a determinação, a força moral, a consciencialização indispensáveis para, custo o que custar, defender as grandes conquistas de Abril, de que são fundamentais as liberdades cívicas, que por si só constituem a garantia de que o povo, coerentemente, escolherá a melhor solução para o seu destino.»

A situação militar

Como vê a situação militar e que influência pode ter no futuro?

«Neste momento, apesar de existir uma certa parcialidade na interpretação dos diversos fenómenos militares e outros, sempre em desfavor dos que porventura contribuíram activamente para o processo revolucionário ou apenas dele são simpatizantes, e dos critérios utilizados no preenchimento dos lugares de chefia importantes na estrutura militar, apesar disso, estou convencido de que as Forças Armadas não se submeterão jamais a qualquer tentativa que possa vir a ser feita, interna ou externamente, para as utilizar em acções antidemocráticas. As FA têm dado provas de respeitarem o jogo democrático, com excepções que não considero significativas, de alguns elementos isolados, muitos dos quais foram os que mais criticaram os «capitães de Abril» – têm dado provas de não entrarem nessas acções e de respeitarem as missões que lhe foram atribuídas pelo povo português através da Constituição da República.»

Isso significa que tem confiança no futuro da democracia portuguesa e confiança nas FA?

«Há dois aspectos a considerar. Um a longo prazo que não me preocupa porque não tenho qualquer dúvida de que os processos revolucionários dentro dos princípios de justiça social são irreversíveis. A curto prazo o povo português poderá vir a passar grandes dificuldades mas ultrapassá-las-á porque tem dado provas suficientes de consciência de que não é com o regresso a sistemas sociais do tipo daqueles que conheceu antes do 25 de Abril que resolverá de imediato os seus problemas. Tal como não foram resolvidos no passado muito menos o seriam no futuro. E com uma agravante: é que aquilo que tão caro é ao ser humano e que lhe é inerente – a liberdade – ficaria seriamente comprometida o que constituiria um preço demasiado caro a pagar por um eventual esmorecimento face às dificuldades que agora atravessamos. É evidente que a transformação de uma sociedade totalitária numa sociedade democrática pode até numa primeira fase ser acompanhada de dificuldades no quotidiano das pessoas mas a liberdade é o maior investimento que se poderá fazer no futuro porque ela é a garantia de que cada vez mais seremos nós próprios, povo português, os condutores do nosso destino.»

Os candidatos militares

Na sua opinião qual deve ser a atitude das FA perante as várias candidaturas militares? Parece-lhe que se correrá o risco de uma dinâmica de apoios e contestações prejudicial à estabilidade democrática?

«Limitar-me-ei a dar uma opinião pessoal por não me competir falar em nome das FA. No militar há dois aspectos distintos: um é cidadão com todos os direitos cívicos que a lei lhe confere. O outro é o aspecto profissional do militar como elemento de uma instituição. Dentro deste último aspecto os militares não podem nem devem, sob pena de ferirem não só a ética militar mas os próprios regulamentos, apoiar publicamente qualquer candidato utilizando a sua qualidade de militar no activo. Como cidadão qualquer militar tem o direito de utilizar a sua capacidade de voto no candidato ou candidatos que se apresentem ao povo português nos diferentes actos eleitorais, independentemente das ideologias ou dos programas defendidos.

«Quero com isto dizer que no caso dos candidatos à Presidência da República, se forem militares, e houver vários, que os cidadãos-militares votarão nuns ou outros conforme as suas convicções pessoais. Mas isso não põe em causa a estabilidade das FA nem tão, pouco o seu apartidarismo que se comprometeram a respeitar.

VISITE A CHECOSLOVÁQUIA

JULHO – 1 a 12 – Praga, Marianské Lázne, Lidice Plzeň
JULHO/AGOSTO – 22 a 2 – Praga, Jevany, Zelezná Ruda, Klatovy
JULHO/AGOSTO – 29 a 9 – Marianské Lázne, Zevany, Praga Plzeň
AGOSTO – 12 a 23 – Praga Bratislava, Zevany, Lidice, Konopiste
AGOSTO/SETEMBRO – 26 a 6 – Praga, Marianské Lázne, Karlovy Vary

TODAS AS DESPESAS INCLUÍDAS
Visitas sociais e programa cultural
Inscrições e informações na:

Associação Portugal-Checoslováquia
Rua Artilharia Um, 105, 4.º – Telef. 68 85 87 – 1000 Lisboa

Em colaboração com a Agência abreu

SAGITÁRIO
RESTAURANTE
Especialidade:
Fondeu Bourguinhonne
Rua de Belém, 10-12 — 1300 LISBOA
Telefone: 64 56 87
ENCERRADO AOS DOMINGOS

contacto 2000
DIVISÓRIAS AMOVÍVEIS
— TECTOS FALSOS
CAIXILHARIA
— PORTAS DE FOLE
Avª. ANTÓNIO SERPA, 23/A
— 1000 LISBOA
TELF. 73 02 87 — 73 55 74

PUB.
FESTIQFP
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICA E FARMACÊUTICA DE PORTUGAL

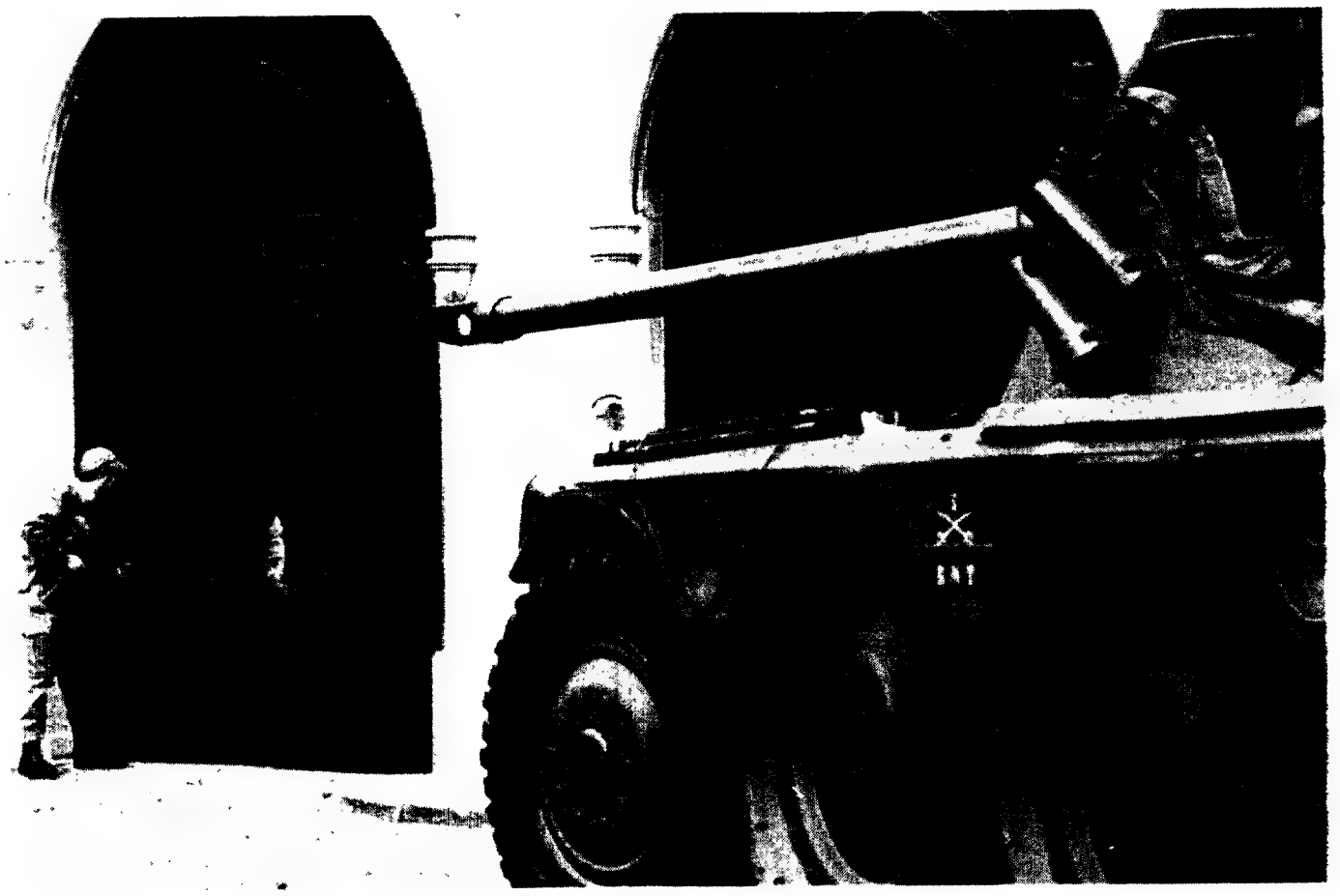
25 DE ABRIL SEMPRE

AO SER COMEMORADO O 6.º ANIVERSÁRIO DO GLORIOSO 25 DE ABRIL, ASSISTE-SE À MAIOR OFENSIVA JAMAIS VERIFICADA CONTRA AS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO, POR PARTE DO GOVERNO REACCIONÁRIO SÁ CARNEIRO/AMARAL.

HOJE, COMO SEMPRE, OS TRABALHADORES E O POVO PORTUGUÊS, UNIDOS EM TORNO DESTA GLORIOSA DATA, DEFENDEM COM FIRMEZA E ABNEGAÇÃO TUDO AQUILO QUE ESTE GOVERNO «FORA DE LEI» PRETENDE ANIQUILAR.

A FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICA E FARMACÊUTICA DE PORTUGAL, SAÚDA CALOROSA E FRATERNALMENTE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES E EM PARTICULAR OS TRABALHADORES DO SECTOR QUÍMICO E FARMACÊUTICO, NA CERTEZA DE QUE, NA UNIDADE DE TODOS, ABRIL CONTINUARÁ A SER UMA REALIDADE.

VIVA A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES!
VIVA O 25 DE ABRIL!
A LUTA CONTINUA!



O poder político-militar

Da Junta de Salvação Nacional ao Conselho da Revolução órgão de plena legitimidade

O Conselho da Revolução é actualmente, e nos termos constitucionais, o legítimo representante das Forças Armadas na sua expressão político-militar. E é nessa qualidade o órgão legislativo e político em matéria militar, fiscalizador da constitucionalidade das leis, bem como órgão de conselho do Presidente da República. Daí ser um órgão de soberania incómodo para quaisquer forças que pretendam actuar à margem da Constituição e das regras democráticas, que o contestam pela sua origem revolucionária esquecendo que foi da Revolução de Abril que nasceu a democracia portuguesa. Mas os poderes do Conselho da Revolução não se esgotam naquelas funções pois na eventualidade de conflitos institucionais entre o Governo e o Presidente da República, entre este e o Parlamento, ou mesmo mais simples, o Conselho da Revolução é de certa maneira o árbitro da situação.

De facto, o Presidente da República não pode dissolver o Parlamento sem parecer favorável do Conselho da Revolução, o mesmo sucedendo em relação aos órgãos das regiões autónomas.

Não pode também o Presidente da República declarar o estado de sítio ou de emergência sem autorização do Conselho da Revolução nem ausentar-se do território nacional.

Todas estas importantíssimas atribuições têm a ver com a sua função de garante da fidelidade ao espírito da Revolução portuguesa e do cumprimento da Constituição.

São poderes muito vastos e não é de estranhar que este órgão de soberania seja violentamente atacado pelas forças que querem desvirtuar quer a Revolução quer a Democracia.

Uma estratégia que vem de longe

As tentativas para anular o Conselho da Revolução já vêm de longe. A princípio não se contestava o órgão de soberania mas tentava-se alterar a sua composição de modo a torná-lo ineficaz, e toda a gente ainda se lembra das tentativas, aliás coroadas de êxito, de fazer com os membros do Conselho que ocupavam cargos de comandantes das regiões militares tivessem que optar por uma das funções. Foi na altura uma escolha difícil para alguns homens do 25 de Abril e que veio a ter como consequência imediata a redução da influência da componente de Abril do Conselho da Revolução no aparelho militar, estabelecendo uma contradição com as suas atribuições constitucionais em matéria legislativa e política militar.

O resultado de tudo isto foi o fortalecimento da influência dos chefes de Estado-Maior sobre as Forças Armadas, não só em matéria específica de comando militar como também no campo político, muito embora eles não fossem as pessoas mais indicadas para exercer essa influência visto não se lhes conhecerem acções directamente ligadas ao 25 de Abril ou à luta pela liberdade e pela democracia, sem prejuízo do mérito que no plano profissional possam ter.

Isto revela mais uma das grandes contradições do processo português e que é hoje bem clara: aos militares politicamente comprometidos com o acto libertador do 25 de Abril foi sucessivamente reduzida a influência sobre as Forças Armadas, enquanto os ditos profissionais, que pouco ou nada têm a ver com a libertação do povo português, e que nada têm a ver com a política – segundo dizem – dada a sua concepção apolítica das Forças Armadas foram os que maiores responsabilidades políticas vieram a assumir junto da instituição militar.

A partir destes dados é mais que justo salientar que o Conselho da Revolução, detentor de tantos e tão importantes poderes, e de uma legitimidade revolucionária que ninguém pode contestar já que a democracia em Portugal nasce de uma revolução, como havia morrido de um golpe militar 48 anos antes, apesar de ter atravessado muitas e complexas situações, tem-se revelado, ao contrário do que pretendem certas forças, um órgão estabilizador e moderador na vida política portuguesa e na vida das Forças Armadas.

É sempre difícil e arriscado fazer conjecturas mas vale a pena reflectir sobre o que se poderia ter passado em Portugal sem a capacidade moderadora e estabilizadora nos vários domínios de um órgão como o Conselho da Revolução.

Origens

O primeiro órgão de soberania saído do 25 de Abril foi a Junta de Salvação Nacional cuja composição não reflectia o Movimento das Forças Armadas. Dela faziam parte sete oficiais generais representando os três ramos das Forças Armadas.

E assim nascia a primeira situação bizarra desta Revolução: o MFA, que a tinha feito, estava completamente fora do poder.

A situação altera-se pouco tempo depois, António de Spínola, o então Presidente da República, forma o Conselho de Estado nele inserindo sete elementos da Comissão Coordenadora do MFA.

Deste Conselho de Estado faziam parte os sete elementos da Junta de Salvação Nacional mais sete personalidades de «reconhecido mérito» escolhidos pelo Presidente da República.

O MFA dispunha agora de uma presença na estrutura que ele próprio sustentava mas encontrava-se ainda longe de possuir o poder.

A partir do II Governo Provisório os homens do MFA entram em força na área do poder. É a dinâmica revolucionária que a isso conduz.

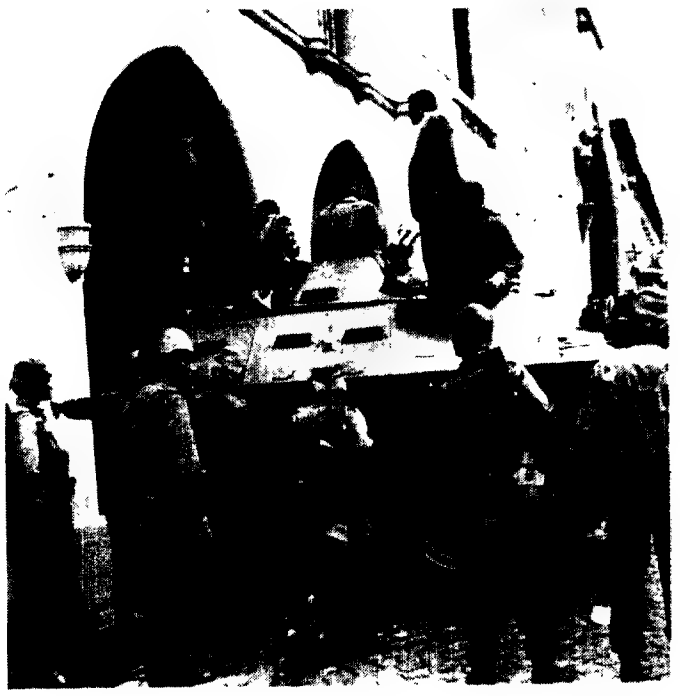
É todavia curioso notar que as tentativas de Spínola para tomar o poder e diluir o MFA numas Forças Armadas ainda não democratizadas, é justamente o que leva à organização e estruturação do MFA em termos mais claros do que os existentes até ao 25 de Abril.

Cria-se assim a Assembleia do MFA, englobando elementos dos três ramos das Forças Armadas. Com esta Assembleia reuniam a Junta de Salvação Nacional, o Presidente da República e os membros do Governo do MFA.

A Assembleia do MFA era de certa maneira o órgão onde se discutiam as directivas políticas para o processo revolucionário, embora não fosse um órgão institucionalizado.

Ainda antes do final de 1974 levanta-se a questão da institucionalização do MFA e da inserção dos seus órgãos quer no aparelho de Estado quer nas Forças Armadas.

Surge então a ideia de um Conselho da Revolução como órgão máximo do MFA e mais reduzido em número de elementos do que a Assembleia, problema que começa a ser discutido com os partidos, com vista à definição de todos estes órgãos, sem pôr em causa o papel, a função e a importância dos partidos na vida política portuguesa, antes como um órgão necessário no processo revolucionário que tinha tido origem nos militares, tornava-se absolutamente necessário dar uma estrutura transparente a esse poder político dos militares no interesse das próprias forças políticas nacionais.



Detenção de Marcelo Caetano no Carmo, pelo MFA

O 11 de Março acelera o processo

Era um passo absolutamente necessário o da institucionalização do MFA cujas linhas gerais e órgãos estavam praticamente definidos quando ocorreu o 11 de Março, pelo que a entrada em funcionamento do seu órgão máximo – o Conselho da Revolução – foi imediata. O CR reune assim, pela primeira vez, no dia 14 de Março de 1975.

Importa acrescentar que uma das estruturas mais importantes do MFA – a Assembleia – que já vinha funcionando anteriormente, passou também a ser órgão de soberania. O Conselho da Revolução mais não era do que a junção da Junta de Salvação Nacional, da Comissão Coordenadora do MFA e de mais alguns elementos eleitos pelo MFA, e sucede a um órgão informal – o Conselho dos Vinte – que vinha reunindo periodicamente mas que não tinha poderes institucionais como órgão, embora os seus membros os tivessem por pertencerem à Junta de Salvação Nacional, à Coordenadora do MFA e ao Governo.

Durante o ano de 1975 e princípios de 1976 foi elaborada a Constituição que viria a consagrar a existência do Conselho da Revolução como órgão de soberania, embora não tenha consagrado a existência da Assembleia do MFA, o que levou ao seu desaparecimento.

O Conselho da Revolução surge assim consagrado pela vontade dos representantes do povo português, mas as oscilações do processo revolucionário reproduzem-se na alteração da composição deste órgão.

A primeira alteração significativa dá-se após a célebre Assembleia de Tancos com a redução dos membros do CR para 19 elementos. Este número manteve-se inalterável mas houve uma profunda alteração após o 25 de Novembro, com a saída do major Pereira Pinto, do comandante Almada Contreiras e dos almirantes Rosa Coutinho e Filgueiras Soares.

São escolhidos pelos novos chefes de Estado-Maior os outros membros e é por esta via que entram Vítor Crespo, Almeida e Costa, Souto Cruz e Ramalho Eanes, os dois últimos por inerência de funções como CEMA e CEME. Quanto a Vítor Crespo não é relevante o facto de ter entrado nesta altura. Como um dos elementos da Armada mais ligados ao desencadear das operações do 25 de Abril poderia ter sido chamado para funções nos órgãos de soberania se entretanto não tivesse sido deslocado para Moçambique como Alto-Comissário, em condições particularmente difíceis.

O futuro do CR

As alterações que se verificaram mais tarde são de natureza pontual, como foi o caso da substituição de Pinho Freire por Ribeiro Cardoso, na Força Aérea. Mas nestas substituições merece destaque o processo desenvolvido no Verão de 1977 para levar os membros do CR que comandavam Regiões Militares a optarem por um dos cargos, o que motivou a saída do então brigadeiro Pires Veloso que preferiu ficar a comandar a Região Militar do Norte, sendo substituído pelo brigadeiro Garcia dos Santos, enquanto Pezarat Correia e Franco Charais, que comandavam respectivamente a Região Militar Sul e a Região Militar Centro, preferiram ficar no CR.

As alterações na chefia dos Estados-Maiores provocam mais alterações dado que, por inerência de funções eles são membros do Conselho da Revolução. É assim que surgem Lemos Ferreira, Pedro Cardoso, Loureiro dos Santos, Altino de Magalhães e Sousa Leitão. Quase se preparava um Conselho da Revolução sem revolucionários.

Agora fala-se muito na extinção do Conselho da Revolução.

Diz-se com uma intrigante segurança que vai acabar com a revisão constitucional.

A afirmação é pouco rigorosa porque o CR detém funções que não podem pura e simplesmente acabar, antes terão que ser transferidos para o órgão que lhe suceder e com o qual terá de ter determinadas afinidades.

Por outro lado a própria substituição do CR exige a maioria de dois terços dos votos na Assembleia da República como qualquer outra matéria de revisão constitucional. Não se pode por isso afirmar desde já que esta revisão se faz e que faz da maneira mais radical, extinguindo pura e simplesmente o CR.

Pode até acontecer que sejam apenas alteradas algumas das suas atribuições e em parte a sua composição. Mas o essencial, quer do conceito de origem quer das suas funções, é muito provável que se mantenha, a menos que no xadrez político nacional venham a ocorrer alterações radicais.

No entanto tudo o que possa dizer-se, num ou noutro sentido, não passa de matéria especulativa, na medida em que depende exclusivamente do que decidirem os representantes do povo português eleitos para a próxima assembleia legislativa, que terá alguns poderes de revisão constitucional.

Qualquer previsão sobre resultados é pois demasiado prematura e não ultrapassará os desejos ou a vontade das forças políticas que as formulem.

Augusto Vilela

António Reis ao "DL"

"As forças do trabalho e da cultura foram as mais beneficiadas com o 25 de Abril"

António Reis, membro do Secretariado do PS, que ocupou já o cargo governamental de secretário de Estado da Cultura e, como offcial miliciano, colaborou activamente na madrugada libertadora do 25 de Abril, nomeadamente na ocupação da RTP, é peremptório em afirmar que, mau grado todas as contradições e acidentes de percurso, o 25 de Abril não é de modo algum uma revolução falhada. Na sua óptica foram as forças do trabalho e da cultura as mais beneficiadas com a Revolução de Abril. Quanto ao papel desempenhado pelo seu partido, reflecte sobre as «contradições e a heterogeneidade», as «tensões e os desvios a uma linha coerentemente socialista» e não deixa de reconhecer a «muita ingenuidade e alguma inexperiência» do PS durante todo o processo que conduziu a este «interregno reaccionário» consubstanciado no Governo da AD e na proposta de um homem do 24 de Abril para a Presidência da República.

DIÁRIO DE LISBOA – Seis anos depois, numa reflexão de cidadão e dirigente do PS, até onde pensa que o 25 de Abril chegou e até onde (pensa) poderia ter chegado?

ANTÓNIO REIS – Sempre que reflito sobre essa questão, experimento uma sensação paradoxal: penso que o regime democrático que o 25 de Abril fez nascer, está simultaneamente aquém e além do que seria previsível nessa data. Com efeito, para um país que sofrera 48 anos de ditadura e arrastava há catorze anos uma guerra colonial, democratizar e descolonizar não eram tarefas fáceis, de mais a mais num período em que até nós o tremendo impacte da grande crise económica internacional. Ter conseguido nestas circunstâncias obter tão rapidamente a paz e fazer nascer novos Estados independentes, por um lado, e aprovar uma Constituição profundamente democrática, por outro lado, mau grado as procelas que duma banda e doutra do espectro político se levantaram, é um feito que mereceu a admiração de todo o mundo e constitui motivo de legítimo orgulho para todos os que se identificam com o 25 de Abril. Se tivermos em conta além disso, as profundas transformações económicas, sociais e culturais entretanto operadas, o saldo torna-se ainda mais largamente positivo.

Todavia, sob certos aspectos ficámos aquém do que seria desejável e previsível para um regime democrático. As condições em que se desenvolveu o processo de democratização impediram o estabelecimento dum largo consenso nacional sobre os fundamentos do regime. E por isso, hoje, a questão do Estado – questão central de qualquer revolução – não é ainda uma questão pacífica. A Constituição é hoje uma conquista ameaçada por aqueles que a pretendem subverter pelo recurso a métodos anticonstitucionais de revisão. Nestas circunstâncias, a instituição militar continua a ser objecto de tentativas de instrumentalização. Só quando as espadas tiverem sido definitivamente embainhadas e aceite uma revisão da Constituição no respeito integral das disposições que a regem, se poderá dizer que o 25 de Abril atingiu em plenitude o seu objectivo primordial: democratizar.

D.L. – Quais são para António Reis os sectores fundamentais da ruptura que se deu com o 25 de Abril?

A.R. – O 25 de Abril foi na sua origem uma ruptura exclusivamente com a política da guerra colonial e a classe dirigente por ela responsável. Nem menos nem mais. Foi essa, aliás, a única fase comum que uniu os oficiais que participaram nas operações militares dessa data. A partir desta dupla negação – da guerra e da classe dirigente que a conduzia – várias alternativas, tanto no plano da descolonização, como no plano da democratização, eram possíveis. Há, pois, que distinguir, entre a ruptura do 25 de Abril e as rupturas posteriores ocorridas em consequência das opções entretanto realizadas sobre essas diferentes alternativas. Assim, à ruptura com a colonização, sucedeu uma segunda ruptura com formas mais ou menos sofisticadas de neocolonização, do mesmo modo que à ruptura com a classe dirigente do 24 de Abril sucedeu uma segunda ruptura com a tentativa de simplesmente remodelar essa classe dirigente, deixando intactos os interesses económicos dos sectores sociais por ela representados. Hoje, precisamente, assiste-se a um processo de restauração dessa tentativa então falhada, com vista a obter uma terceira ruptura, de sentido regressivo, desta feita.

Não foi uma revolução falhada

D.L. – Pensa que o 25 de Abril foi uma Revolução falhada? Porquê ou porque não?

A.R. – Entendamo-nos sobre o tipo de revolução configurada pelo 25 de Abril. Como revolução simplesmente democrática, sem representar, por isso, qualquer alternativa ideológico-programática pré-definida em termos de modelo socio-económico, claro que o 25 de Abril não foi uma revolução falhada. Só o seria se entretanto tivesse conduzido o país para uma nova situação totalitária, o que felizmente não chegou a suceder, graças, aliás, ao papel decisivo entretanto desempenhado pelo Partido Socialista em conjugação de esforços com o sector democrático do M.F.A.

Como revolução democrática, o 25 de Abril veio entretanto abrir os caminhos, nem sempre fáceis de percorrer, do aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural. E por aí as revoluções não se falham: fazem-se todos os dias, nas lutas que se travam nas várias frentes por uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

D.L. – Segundo o António Reis quais os sectores da sociedade portuguesa em que as transformações do 25 de Abril são mais visíveis?

A.R. – Julgo que as classes trabalhadoras, dum modo geral, e as forças da cultura foram as mais beneficiadas com o 25 de Abril, tanto no plano das condições materiais de vida como no plano dos direitos e liberdades que adquiriram. E quando falo em classes trabalhadoras, estou também a referir-me aos camponeses e agricultores deste país que melhoraram consideravelmente a sua situação. Abandonados e sacrificados pela ditadura, que baseou o crescimento industrial na marginalização da agricultura, adquiriram uma nova dignidade com o 25 de Abril. Por outro lado, a descentralização administrativa em curso e um novo poder local de raiz democrática vieram permitir responder em poucos anos a considerável número de necessidades físicas das populações – infra-estruturas de saneamento básico, abastecimento de água, electrificação; habitações sociais, vias de comunicações – que décadas de ditadura haviam ignorado.

O progressivo alastramento de actividades culturais por todo o país é o outro traço visível do 25 de Abril que me permito sublinhar. Onde quer que um acto cultural esteja a ser praticado, é decerto o futuro da democracia que está a ser garantido. Essa revolução cultural porque tantos ansiámos, está, no fundo, a ser feita dia a dia por múltiplos agentes culturais nas aldeias, vilas e cidades deste país, as mais das vezes discretamente mas quase sempre com eficácia.

D.L. – Se, num «golpe de asa» pudesse regressar ao dia 26 de Abril de 1974, que críticas teria a fazer à política desenvolvida pelo seu partido até hoje?

A.R. – O Partido Socialista era um velho-jovem Partido à data da Revolução. Surgiu à luz do dia com algumas escassas centenas de militantes, unidos pelos laços da clandestinidade, e com muitos milhares de simples simpatizantes. Espécie de mosaico vivo de quase toda a esquerda não comunista e da própria tradição republicana liberal; o P.S. haveria de reflectir após algum tempo as contradições inerentes a tal heterogenidade interna. Se a luta contra a tentação totalitária permitiu unir dentro de si correntes de opinião bem diversas, já a fase da construção da sua alternativa própria necessariamente iria dar origem a tensões e desvios em relação a uma linha coerentemente socialista democrática. Foi, aliás, precisa a experiência de dois anos de governação, com os seus erros e as suas virtudes, para que progressivamente fossemos separando o trigo do joio e definindo melhor o nosso projecto autónomo, que a «Proposta PS para os Anos 80», aprovada no último Congresso viria a traduzir exemplarmente.

Muita ingenuidade e alguma inexperiência impediram-nos de levar a bom termo as opções fundamentais da nossa política e da nossa estratégia, em si mesmas correctas. Estou certo, porém, de que o actual interregno reaccionário em breve terminará, e de que o P.S., integrado na Frente eleitoral em constituição, não dixará passar a próxima oportunidade de aplicar séria e eficazmente o seu projecto autónomo de socialismo democrático.

D.L. – Que futuro prevê para o «25 de Abril» e qual o empenhamento e a prática política que defende deverá ter o PS para a sua concretização?

A.R. – O P.S. será obviamente a força política decisiva para que as esperanças do 25 de Abril não venham a ser defraudadas. Pelo lugar que ocupa no nosso espectro plítico, pela larga e diversificada fase social do seu eleitorado, pelo projecto de sociedade que defende, dele dependem em grande parte os avanços e recuos do 25 de Abril, entendido como a via de aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural. Na medida em que formos capazes de recuperar a confiança de largas camadas da pequena burguesia urbana frustradas pela crise e a cujos anseios a AD não está a conseguir responder, e na medida em que prosseguirmos a nossa lenta mas segura conquista de todo um eleitorado rural, assim asseguraremos um futuro digno do 25 de Abril.

D.L. – Nesta ordem de ideias, e sendo mais específico, que reflexão lhe merecem a criação de uma «Frente do Progresso» (ainda que com outro nome) e a candidatura às Presidenciais de um civil (Mário Soares? Henrique de Barros?) ou, em alternativa, a candidatura de um militar, no caso vertente o general Ramalho Eanes?

A.R. – A Frente democrática e socialista em constituição representa um importante passo para a derrota da AD nas próximas eleições e a consequente formação de um governo que dê garantias de cumprir os desígnios constitucionais. As negociações têm decorrido em bom ritmo e de forma a não defraudar as expectativas entretanto criadas.

A candidatura que o P.S. – ou a Frente – vier a apoiar nas presidenciais terá sobretudo de nos dar garantias de fidelidade ao 25 de Abril e à Constituição, e em consequência, aos termos constitucionais da revisão constitucional, face ao candidato da AD que é o candidato do 24 de Abril e da revisão inconstitucional da Constituição ou seja, duma outra Constituição. Militar ou civil pouco importa, desde que nos dê estas garantias e que seja, obviamente, um candidato com um perfil antecipado de potencial vencedor e não de derrotado. Até, porque, se assim acontecer, como estou convencido, ele será já um precioso trunfo para a vitória nas próprias legislativas.

Entrevista de Rogério Rodrigues.

A festa começou ontem a

Seis anos depois da arrancada gloriosa dos capitães, o espírito dominam o país. De Norte a Sul, o povo vem para a rua bailar nos larg linguagem de esperança e de certezas no futuro.

No sexto aniversário da Revolução de Abril, o povo não ouve os ata melífluas, as insinuações maléovolas. O povo só se ouve a si mesmo irreversível em que assenta a salvação da nossa Pátria.

A Festa começou a noite passada, e foi rija. Vivemos a primeira o em meio século, e o povo empenhou-se em demonstrar que, na sua direita será apenas um acidente.

Festa popular até de madrugada no Rossio e na Praça da Figueira

Festa rija e entusiástica, que durou até meio da madrugada, foi a nota dominante da saudação e evocação do 25 de Abril feita por muitos milhares de lisboetas no Rossio e na Praça da Figueira.

Cantares alentejanos, leitura de poemas, canções populares e exibição de um filme (proibido pela RTP) no amplo «écran» montado na segunda daquelas praças alusivo à recente conferência da Reforma Agrária, em Évora, e incluindo numerosos depoimentos de trabalhadores de diferentes sectores àcerca da política do actual Governo – constituíram o programa até cerca da meia-noite.

Jà com os ponteiros dos relógicos a marcar a data da queda do fascismo, milhares dos presentes deslocaram-se até ao Terreiro do Paço para assistir ao imponente fogo de artifício, iniciado pouco depois das 24 horas.

Findo o fogo, boa parte da multidão volta até ao Rossio e Praça da Figueira e... bom, foi dança e alegria bem populares pela madrugada fora. Perecia, para muitos, o regresso ao primeiro 25 de Abril!

No quartel da Pontinha

Nota curiosa da evocação de Abril aconteceu na Pontinha, onde nas entradas do respectivo quartel (onde esteve montado há seis anos o Posto de Comando do MFA) um palco ajudado a instalar pelos militares da própria unidade, houve também festa e canções com participação acentuada de jovens.

No Clube Militar Naval

Como já é tradicional na noite de 24 para 25 de Abril, o Clube Militar Naval abriu as suas portas a muitos convidados, figuras dos meios políticos, intelectuais e artísticos, que disputaram o ambiente caloroso de confraternização dos oficiais da Marinha. Além de um programa artístico, a confraternização teve duas notas significativas: o comandante Almeida Costa, conselheiro da Revolução, pronunciou palavras de saudação ao 25 de Abril e definidoras da sua actualidade e à meia-noite foram transmitidos o «Adeus» de Paulo Carvalho, a «Grândola, Vila Morena» na voz de José Afonso, o primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas e a marcha militar que foi repetida ao longo da noite e da madrugada do «Dia da Liberdade».

No Terreiro do Paço

Horace Silver ocupou ontem o Terreiro do Paço. Sem grande espavento. Entrou no palco enorme montado mesmo por trás da estátua, disse meia dúzia de palavras, sentou-se ao piano, e o quinteto atacou.

Eram dez da noite. De imediato, os milhares de jovens que ocupavam o centro do Terreiro, fizeram silêncio. Muitos fechavam os olhos. Em quase todos, os corpos balançavam ao ritmo terno e quente saído do «sax», do trompete, do contrabaixo, da bateria e do piano daquele fabuloso quinteto.

Durante quarente e cinco minutos – tanto quanto durou a primeira parte – o som de Horace Silver apenas foi interrompido pelos aplausos agradecidos da pequena multidão, que engrossava continuamente. Uma multidão com muitos cravos vermelhos ao peito, dizendo que Abril também se pode comemorar ouvindo, com amor, jazz.

E foi isso o que acontecu na noite fraterna de ontem: aquele mar de jovens, com muitos pares abraçados, não se lembraria certamente que seis anos antes, numa noite que ficará na história do nosso povo, aquele local tinha sido palco para outro som. Mas todos sabiam que se ali podiam estar, assim, livres e de corpo inteiro, era porque Abril tinha acontecido.

Veio o intervalo: muitos foram beber e comer nas infindáveis bancas nascidas ao fim da tarde debaixo das arcadas que circundam a maior praça de Lisboa. Os que tinham levado consigo os filhos – não há idades para festejar Abril – compravam balões de mil cores que mulheres do povo ofereciam em troca de aluns escudos. E lá ao fundo, mesmo junto ao rio, pertinho do cais das colunas, milhares de foguetes para o fogo-de-artifício, estavam de há muito alinhados, guardados por polícias atentos, esperando apenas o momento de subir no céu e iluminar a madrugada da cidade que não dormiu.

E como estava previsto, depois de Horace Silver voltar a atacar, o Terreiro do Paço já repleto de uma multidão de velhos e jovens que gritavam vivas ao MFA, à liberdade, e ao 25 de Abril, assistiu, com entusiasmo e alegria, ao fogo da nossa liberdade.

Pulido Valente abandona sessão

Vasco Pulido Valente abandonou ontem uma sessão comemorativa do 25 de Abril organizada pelos trabalhadores da RTP nas instalações da empresa. O secretário de Estado da Cultura que representava na sessão o PSD (tinham sido convidados representantes dos partidos com assento na Assembleia) considerou que eram demasiado insultuosos os termos em que os elementos do PS, do PCP e do MDP se referiram ao seu Governo, nas suas intervenções.

Milhares de pessoas ontem à noite na Pr

n a noite e só termina na madrugada de amanhã

pírito e o corpo do 25 de Abril
s largos e terreiros, falar a sua

s ataques soezes, as reservas
esmo, como força imparável e

ira oportunidade democrática
sua caminhada irreversível, a

No Rossio, na Praça da Figueira, no Terreiro do Paço, em S. Pedro de Alcântara, no Quartel da Pontinha, na Ribeira das Naus, um pouco por toda a parte, foram muitos milhares de lisboetas a rejeitar a pedagogia da matraca e a gritar a plenos pulmões: «O 25 de Abril está vivo!».

Hoje a Festa prossegue, distinguindo-se entre os inúmeros episódios que irão assinalá-la na capital, a Parada Militar desta manhã (11 horas) na Praça do Império, com a presença do Presidente da República, a sessão comemorativa do Parlamento, (às 15), com intervenção de Ramalho Eanes, o comício da APU no Parque Eduardo VII (16.30), o desfile, do Rato ao Carmo, do PS (17.30) e a concentração da FUP (às 15) em S. Pedro de Alcântara.

Eanes esta manhã: Liberdade é outro nome da democracia

«A liberdade, politicamente considerada, é uma relação interpessoal. Constrói-se no diálogo, na tolerância e no espírito convivente. Dela se pode dizer que é o outro nome da democracia» – afirmou, esta tarde o Presidente da República na cerimónia de condecoração de alguns cidadãos portugueses condecorados «pelo seu amor à liberdade e pela sua devoção à causa dos direitos humanos e da justiça social, nomeadamente na defesa dos ideais republicanos e democráticos».

Trinta e três cidadãos portugueses receberam, hoje, no Palácio de Belém, a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. A título póstumo, foram condecorados: António Sérgio, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, padre Joaquim Alves Correia, coronel Júlio César de Lima e Almeida, Raul Proença, Bento Gonçalves, Mário Castelhano, João Pedro dos Santos e Luciano Aresta Branco, general Humberto Delgado, dr. Bernardino Machado, dr. Afonso Costa e general Norton de Matos, Cal Brandão e general Sousa Dias.

São também condecorados, o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, prof. Rodrigues Lapa, dr. Raul Rego, Maria Lamas, coronel Carlos Vilhena, coronel Manuel António Correia e comendador João Altino. Para além destes, receberam ainda a Ordem da Liberdade, o prof. Henrique de Barros, os drs. Vasco da Gama Fernandes, José Magalhães Godinho, comendadores Nuno Rodrigues dos Santos, Artur Cunha Leal, Armando Adão e Silva, Emídio Guerreiro, Artur dos Santos Silva e Francisco Miguel Duarte.

O general Ramalho Eanes citou dois dos condecorados: António Sérgio e o bispo do Porto. Recordando a mensagem de António Sérgio, o Presidente da República afirmou: «Os portugueses, por isso mesmo que não são numerosos, não podem dever a autonomia à simples grandeza do seu País; hão-de ser livres tão–só, pela vontade enérgica de serem livres. O amor da liberdade, sendoa garantia do respeito pela liberdade dos outros, é a primeira obrigação da cidadania.» E referindo-se aos condecorados sublinhou que não sacrificaram «as suas convicções à prepotência dos dadores de benesses e fizeram da sua luta política um percurso de efeito libertador, vivificante para a sociedade no seu todo».

A concluir, o Presidente da República utilizou parte de um discurso do bispo do Porto, uma aposta no futuro: «A educação da democracia é difícil e longa. Sabemos bem que o nosso povo tem de crescer: crescer na consciência dos seus direitos, na convicção das suas capacidades, na noção das suas responsabilidades, na promoção da sua solidariedade, na ampliação da sua cultura e na aplicação da sua inteligência e aptidão técnicas». E, como afirmaria o general Ramalho Eanes, dirigindo-se aos condecorados: «Importa-nos menos exaltar a liberdade como princípio do que sublinhar o esforço de quantos fizeram ou fazem da sua existência um permanente combate pela libertação do Homem.»

«O 25 de Abril está a cumprir-se»

«Respondo que o 25 de Abril se está a cumprir» – declarou esta manhã, o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, no desfile militar, realizado na Praça do Império, em Belém.»

Ramalho Eanes «respondia» à interrogação inicial com que ele próprio principiou a sua mensagem às Forças Armadas, «se a soberania restituída ao povo em 25 de Abril não tinha sido defendida e respeitada ao longo destes seis anos».

O «25 de Abril está a cumprir-se» – considerou o Presidente da República e comandante-chefe das Forças Armadas, porque os «cidadãos militares possibilitaram a instauração de um regime que pratica o pluralismo e a democracia; porque as Forças Armadas permitiram a estabilidade».

O apartidarismo das Forças Armadas foi também apontado por Ramalho Eanes, o qual acentuou o «respeito pelo seu integral e rigoroso apartidarismo, tem o dever imperativo de não se servir das armas em benefício de qualquer solução política particular, tem a obrigação institucional de se manterem coesas, disciplinadas e hierarquicamente comandadas, para cumprir as missões que a Nação soberana lhes confie».

Mário Soares e Lurdes Pintasilgo, no Coliseu, onde decorreu um espectáculo promovido pelo PS

O "Despertar Abril" do PS foi no Coliseu dos Recreios

Um Coliseu praticamente cheio serviu de palco ao 25 de Abril do Partido Socialista onde, sem dúvida, a grande estrela da noite foi Herbert Pagani, um compositor-intérprete da moderna canção francesa, que veio colaborar no «Despertar Abril» dos socialistas. Mas nem só Pagani foi surpresa, pois Maria Lurdes Pintasilgo, ladeada por Mário Soares e António Macedo, esteve presente até ao fim do espectáculo, chegando mesmo a soletrar, discretamente, algumas canções. No final, Vasco Lourenço e Pezarat Correia apareceram, também, a trazer um pouco de MFA às velhas paredes.

Abril despertou no Coliseu com José Manuel Nunes e Estrela Serrano, em contraponto: O primeiro a contar em poucas palavras a história da madrugada de há seis anos e a segunda a pontuar com textos apropriados, extraídos de obras de Amílcar Cabral, Avelino Rodrigues, Cesário Borga, José Cardoso Pires, José Gomes Ferreira, Mário Soares, Simone de Beauvoir (um belo texto sobre Portugal durante o fascismo). A voz fresca e escorrida de Lara Li; Custódia Maria com canções de Carlos Mendes e Joaquim Pessoa; o conjunto «Bric à Brac» e o Trio de Harmónica Mendes atraíram a atenção da assistência antes de Fátima Murta dizer dois poemas, um de angústia e outro de revolução, e Manuel Alegre e Maria Barroso declamarem poemas de Camões, de Jaime Cortesão e do próprio Alegre. «Não te percas buscando o que perdeste, procura Portugal em Portugal», lembrava o programa citando Alegre, de quem Maria Barroso declamou um longo poema, em que se falava do «cheiro do pão nas velhas aldeias junto à fronteira», em contraponto com vários demónios da sociedade de consumo.

No entanto, foi na segunda parte do espectáculo que o público do Coliseu deu de si, galvanizado pela voz clara e firme de Pagani a cantar em francês e italiano e a «puxar», com apartes latinos apropriados. Tinha sido apresentado como um cantor que «até é político quando fala do amor» e demonstrou-o em cada momento. A sua voz deu corpo a problemas ecológicos, ao mundo do trabalho, criticou a sociedade de consumo, falou de liberdade e fez mesmo Maria de Lourdes Pintasilgo acompanhar discretamente com a cabeça, quando cantou o belo poema de Violeta Parra, «Gracias a la vida».

Na assistência além dos PS's mais conhecidos: Soares, Macedo, Henrique Barros, Zenha, Constâncio, Magalhães Godinho, etc., encontravam-se também militantes da UEDS e da ASDI, talvez respondendo, discretamente, ao apelo dos socialistas há tempos.

Melo Antunes ataca o Governo

MADRID, 25 (Do nosso correspondente Fernando Jauregui) – O tenente-coronel Melo Antunes ataca com dureza a política externa perfilhada e posta em prática pelo Governo português, num artigo que assina e o matutino madrileno «Diário 16» hoje publica. No artigo em questão, no qual fundamentalmente recorda a data do 25 de Abril, Melo Antunes afirma que as esperanças que nasceram com a Revolução de Abril encontram-se hoje seriamente ameaçadas. «A oligarquia – sublinha – aguarda o momento próprio para recuperar os privilégios perdidos, a antiga classe dirigente aparece à conquista do espaço cultural e político...»

No tocante às relações externas de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, Melo Antunes salienta que Portugal perdeu «em poucos meses a credibilidade». Há, acrescenta, «todo um discurso de intolerância sob a capa de firmeza, de confronto, de retorno à 'guerra fria' caracterizam agora as nossas relações externas». Quase no mesmo passo, o presidente da Comissão Constitucional sublinha que, actualmente, os meios da Comunicação Social estão «quase totalmente controlados pelos centros de poder restauracionista e desfiguram, minuto a minuto, a realidade social e política saída do 25 de Abril».

Aquele matutino madrileno, numa página toda inteira dedicada ao 25 de Abril português, insere ainda uma entrevista com o major Vasco Lourenço, na qual este conselheiro considera o perigo de poder verificar-se uma involução parcial no processo democrático

Sessão solene esta tarde na Assembleia da República

Referências preocupadas à situação económica portuguesa poderão não ser a única surpresa do discurso que o Presidente da República profere depois das 17 horas de hoje, durante a sessão solene na Assembleia da República comemorativa do 25 de Abril. Ramalho Eanes poderá ter decidido referir-se explicitamente aos perigos de ruptura cambial decorrentes do uso que o Governo está a fazer das reservas de divisas. O seu discurso, que coroa as suas comunicações desta manhã, é esperado com muita expectativa porque é a primeira oportunidade em que Eanes usa da palavra, numa data de grande significado nacional, depois do anúncio da candidatura do general Soares Carneiro, pela AD, à Presidência, e dos primeiros movimentos de Pires Veloso, que chegou a ser tido como «o candidato de Sá Carneiro», vindo depois a perder o apoio partidário, no sentido de também confirmar a sua candidatura a Belém.

À sessão solene assistem o Governo, o corpo diplomático, todos os deputados, os membros do Conselho da Revolução, os presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, Administrativo, Militar, de Contas e dos Tribunais das Relações; o provedor de Justiça, os membros da Comissão Constitucional, os ministros da República e os presidentes das Assembleias e dos Governos das regiões autónomas e outras individualidades.

Antes do Presidente da República, usam da palavra representantes de cada grupo parlamentar e o presidente da Assembleia, Teófilo Carvalho dos Santos, do PSD.

e na Praça da Figueira nas comemorações promovidas pela APU

Otelo com a FUP seis anos depois

"O 25 de Abril não morreu"

Presença predominante de juventude e algum aparato policial a envolvê-la – eis as notas dominantes da jornada comemorativa do sexto aniversário do «25 de Abril» que a Força de Unidade Popular, FUP, promoveu ontem em Lisboa.

Os monumentos mais altos desta jornada, depois duma sessão de ligeirezas várias num palco montado no Jardim de S. Pedro de Alcântara, terão sido a intervenção de Otelo Saraiva de Carvalho no Largo de S. Pedro de Alcântara, onde a concentração começou, e o descerramento simulado duma lápide no edifício da extinta Pide. A lápide, que não pôde ser afixada por motivos óbvios (carácter particular da iniciativa e não autorização oficial para a sua afixação) homenageava os mortos pela polícia política no seu estertor acossado pela ira popular, há seis anos, quando da tomada da casa da António Maria Cardoso pelas forças militares sublevadas contra o antigo regime e os seus bastiões.

Em S. Pedro de Alcântara, Otelo defendeu uma «alternativa popular» como solução para a actual crise política, recordou o «25 de Novembro» («muitos oficiais que tinham feito o 25 de Abril travaram então o processo revolucionário» – afirmou), e apontou para que «o fascismo ameaça de novo Portugal». Nesta sequência, Otelo defenderia a necessidade da FUP. E asseverou que «o 25 de Abril não morreu: a esperança da revolução continua viva em todos nós».

Muito aplaudido, com palavras de ordem apontando para a sua candidatura às Presidenciais deste ano, Otelo seria a principal figura do desfile que desceu depois a Rua da Misericórdia para percorrer o acesso à António Maria Cardoso, e veio depois concentrar-se de novo no Largo de Camões. Ao lado de Otelo, proponentes da FUP.

Durante o desfile, os manifestantes, na sua maioria jovens, invectivaram o actual Executivo e a sua política de direita, designadamente no âmbito social, e nomeadamente no campo da Reforma Agrária. Noutras palavras de ordem lançava-se a FUP e Otelo como cabeça ou cartaz da sua estratégia eleitoral.

«O 25 de Abril está vivo», era o «slogan» que circulava mais: «Com a FUP...», pormenorizava uma faixa.

Nota interessante: todas as bandeiras que se viam eram vermelhas e não tinham quaisquer palavras ou imagens.

De madrugada estas bandeiras ainda andavam pelas ruas de Lisboa.

Rosa Coutinho na Cova da Piedade

"Era o País inteiro um Tarrafal"

«Já no tempo do fascismo a Cova da Piedade e Almada tiveram uma acção fundamental no movimento democrático». Estava dado o toque para a sessão comemorativa do 25 de Abril que decorreu ontem à noite na União Piedense, num pavilhão completamente repleto, com Rosa Coutinho, Martins Guerreiro e resistentes – sobreviventes do Tarrafal (Manuel Alpedrinha, Oliver Bártolo, Joaquim Amaro e Miguel Russel) calorosamente saudados. A iniciativa das comemorações pertenceu, aliás, à URAP.

Os resistentes do Tarrafal historiaram todo o processo de uma luta de 50 anos, o ódio à inteligência pelo fascismo, o somatório de sofrimentos dos da primeira linha mas também de todos aqueles que no silêncio do anonimato foram solidários e companheiros de resistência. «Fomos nós os vencedores no Tarrafal. Não os guardas», gritou emocionado, de punhos erguidos, o velho resistente Oliver Bártolo. «Foi pela unidade que vencemos» – alertou o fundador da ORA.

O «interregno reaccionário» da AD, a sua política externa, a sua mordaça à Comunicação Social povoaram as vozes e os aplausos de um povo que festeja resistindo.

Entre o humor e um sabor de experiência feito, todo ele tocado pela certeza de que o sofrimento valeu a pena, Oliver Bártolo («mesmo quando assentei praça não esqueci a classe de onde vinha»), a poucos minutos do sexto 25 de Abril («era o País inteiro que era um Tarrafal»), com a esperança sem idade e com força, com os olhos no passado apontando para o futuro, lançou – marinheiro da luta – o seu aviso à navegação: «É necessário que ninguém nos torne a envergonhar como o fascismo nos envergonhou. Nós temos um orgulho que nos deu o 25 de Abril».

Rosa Coutinho, almirante no activo ainda que desactivado, não pode por imposição militar falar da situação política. Para o efeito usa a linguagem evangélica, a linguagem da boa nova». «Era uma vez uma terra...», assim começou a parábola do sofrimento de um povo durante 50 anos. Trata-se de um conde que tinha como governanta uma pobre prima, a Matilda, que não ganhava dinheiro, vivia mal, tinha um oratório com o Menino Jesus, D. Miguel e não era terceiro-mundista.

E a história por desvios chega aos caseiros que têm um filho esperto a quem o conde apadrinha e paga os estudos. Mas o conde vai-se adaptando através dos tempos. É latifundiário, torna-se também empresário ou empreendedor como hoje se diz. E as lutas rebentam na fábrica.

E o sindicalista é preso e sujeito ao desemprego. E a luta prossegue. Até que... Até que... E o bom entendedor fica com as últimas palavras do almirante: «Foi para que todo o povo português pudesse declarar livremente que a dignidade não tem preço que se fez o 25 de Abril».

Fora do pavilhão preparava-se a festa: e os cravos eram uma mancha vermelha de vozes. E se eram jovens que na noite quente se preparavam para a festa, enquanto no pavilhão mais idosos recordavam a luta, então é porque uma ponte invisível mas sólida, unia o Passado ao Futuro, a luta à esperança, a esperança realizada à luta prosseguida.

Feira Popular abriu esta tarde

A Feira Popular esta tarde inaugurada estará todos os dias úteis aberta das 19 à 1 hora (até às 2 para a saída do público) e aos domingos e feriados das 15 à 1 e 30 (fecha meia hora mais tarde para os mais retardatários). Marca um período no ano da vida alfacinha, atrai os forasteiros e, este ano, associou-se com sensível particularidade ao 25 de Abril desta forma bem simples que foi a sua abertura.

À procura de uma nova dignidade, com mais entretenimentos (entretenimentos esses que chegarão ainda até fim do mês, porque houve feirantes e comerciantes apanhados de surpresa), tão heterogénea quanto possível, estará aberta até 5 de Outubro. Isto é: foi inaugurada num dia histórico como o de hoje e fechará num dia igualmente histórico. Uma coincidência importante: duas datas que marcam a procura da liberdade e da democracia.

Melhorar a feira é o grande objectivo da comissão encarregada da sua exploração, cuja receita reverte para a Colónia Balnear de «O Século» de S. Pedro do Estoril. A entrada é de 15 escudos – mais cinco que o ano findo.

A palavra do leitor

As crianças e o 25 de Abril

Aos Trabalhadores da Renascença Gráfica e do «Diário de Lisboa»:

Tendo achado do maior interesse o vosso apelo à participaão na «festa impressa» do 25 de Abril e não me sentindo capaz de escrever sobre essa data, resolvi enviar-vos um trabalho feito por crianças (dos 11 aos 14 anos) que constituíram a turma 2.°, 13 da Escola Preparatória da Cova da Piedade, no ano lectivo de 1977/78.

Em Abril de 78, respondendo a uma proposta do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, os alunos desta turma aceitaram «pensar» sobre o tema «DESPERTAR EM ABRIL». Então, nas aulas de Português, raparigas e rapazes escreveram o que sentiam ao lembrar o 25 de Abril. Em todos esses trabalhos individuais foram escolhidas democraticamente as [illegible] que mais diziam à maioria. Para «capa» do trabalho todos aprovaram a [illegible] Cesaltina, que tinha então 11 anos e morava na Quinta do Chegadinho... [illegible] surgiu o folheto colectivo com que cada, um ficou. Com o texto e recortes trazidos de jornais e revistas que encontraram em casa os alunos fizeram ainda um cartaz.

Como compreenderão, apesar de me lembrar bem destes meninos, dos seus nomes próprios, destas aulas, é-me impossível dizer o nome completo e a idade de todos eles. Eram 25, discutiram, [illegible] e aprovaram a sua vontade de vencer com Abril.

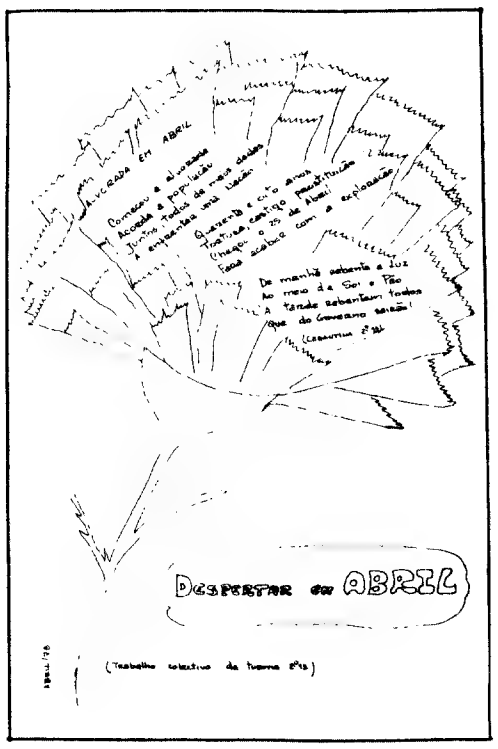
Penso que [illegible] poderá alertar muitos pais e professores para a urgência e importância [illegible] mais do que há dois anos – dizer àqueles que em 74 tinham 5, 6 ou 7 anos [illegible] vorada de Abril.

Com os [illegible] tos

Maria Fernanda Andrade (9/4/80)

PS – Destes [illegible] lembro-me apenas do nome pelo qual eram tratados:

a Célia, a [illegible] a Dalila, o Domingos, o Jaime, o Luís Carlos, a Neia, a Quina, a Anabela, o Chico, o [illegible]ando, o Vítor, a Isabel Sebastião, a Isabel, o Arlindo, o Amílcar, o Filipe, duas [illegible], o Carlos, a Paula, o Paulo Jorge, a Rosário e o Paulo Fortes.



Despertar em Abril

Era uma vez uma madrugada que todo o Povo aguardava...

Ela surgiu em Abril de 1974. Nas telefonias corriam canções, canções que há muito não se ouviam, canções que alguns queriam que se esquecessem.

Foi no dia 25, às 3 horas da manhã, que nasceu a Liberdade. Começou um mundo novo! Já era tempo de as coisas mudarem...

O povo acorda e prepara-se para conquistar a sua Liberdade. Foi o dia dos cravos vermelhos! Cravos vermelhos surgiram de todas as mãos significando a Paz.

O Povo vê pela frente um Portugal novo. A população sai à rua, de mãos dadas, a dizer que tinha acabado o fascismo, a pobreza, a guerra. Acaba a PIDE, os presos são soltos. Muitos choram de alegria.

Muitos lutaram para que o 25 de Abril pudesse acontecer. E os capitães fizeram esse golpe de Estado. O povo grita: «Viva a Liberdade! Viva Portugal! Vivam as Forças Armadas que arriscaram a vida pelo Povo!»

Agora o voto é livre, tão livre como o Povo. Pode-se fazer greve.

A partir do dia 25 de Abril de 1974 não há mais PIDE. Os «pides» só estavam bem a fazer mal, a torturar. Não se importavam que as pessoas tivessem uma casa de filhos para criar... Iam buscá-las de madrugada e levavam-nas para Caxias ou Peniche.

Hoje, o Povo pode dizer que vive mal, que passa fome, que não tem emprego, mas já não há a PIDE para prender e torturar porque um amanhecer de Abril trouxe alegria ao Povo. Hoje podemos falar, podemos votar em quem quisermos.

O DIA 25 DE ABRIL FOI O DIA DA LIBERTAÇÃO DO POVO!

Mas o 25 de Abril ainda não melhorou tudo. Ainda continua a haver ricos e pobres Ainda existem bairros da lata. Ainda não vivemos todos em igualdade...

O 25 de Abril não foi tão bom como previam... Há pessoas descontentes com o 25 de Abril porque a miséria é abundante pélo País fora, porque as coisas aumentam todos os dias, porque as pessoas da terceira idade continuam a viver sem condições na Mitra (como se fossem suínos), porque ainda há muita gente a viver em barracas, porque a prostituição ainda existe, porque ainda há falta de creches, escolas, hospitais... MAS NÃO É O 25 DE ABRIL QUE TEM A CULPA DISTO!

A culpa é, por um lado, do Governo que governa o País e, por outro lado, do Povo. E SE O POVO QUISER, ISTO ACABA! Tudo será diferente quando o Povo estiver unido e, sem medo, enfrentar os senhores capitalistas.

E se dizemos:
25 de Abril,
Vieste com boa intenção

Foi para nos dares Paz, Pão e Educação...
também sabemos que é preciso lutarmos para construir um Portugal novo. Ao lado dos soldados e marinheiros, lutaremos para que não haja mais pobreza!

Os Portugueses nunca esquecerão o 25 de Abril, esse dia muito importante, esse dia muito bonito em que havia cravos, muitos cravos, esse dia em que conquistámos a Liberdade.

(Trabalho colectivo elaborado pela turma 2.°, 13 da Escola Preparatória da Cova da Piedade, em Abril de 1978).

INSTITUIÇÃO JOSÉ RELVAS

CASA DOS PATUDOS

CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

A MAIOR COLECÇÃO PARTICULAR DE SILVA PORTO

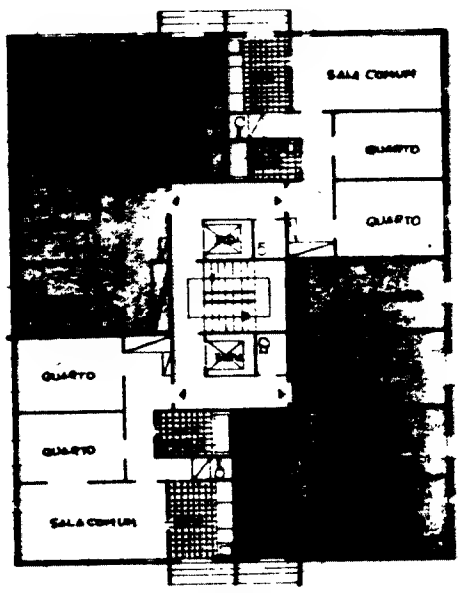
PINTURA, ESCULTURA, CERÂMICA, GRAVURA, ARTE SACRA.
PRIMITIVOS PORTUGUESES

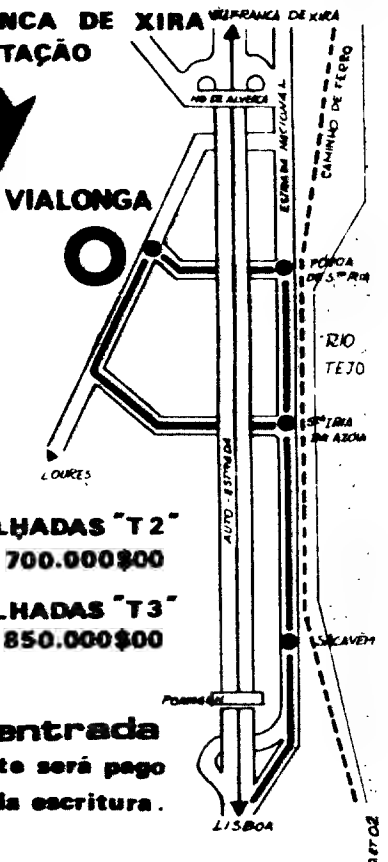
ABERTO AO PÚBLICO SÁBADOS E DOMINGOS
DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 18 HORAS

VIALONGA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
SERVIÇO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

VENDA DE ANDARES





3 ASSOALHADAS "T2"
700.000$00

4 ASSOALHADAS "T3"
850.000$00

5% de entrada
o restante será pago no acto da escritura.

até 30 de Abril

INFORMAÇÕES:
SERVIÇO MUNICIPAL DE HABITACÃO — R. Manuel Afonso Carvalho, 27 · 1.º
Telef. 24231 · VILA FRANCA DE XIRA

C.N.A./BTOZ

A palavra do leitor

Tropos galhopos, portuguêsmente

Portuguesmente, na casa nossa, assim na das outras gentes: à espanhola, à francesa e por aí fora. Que a bola da Terra gira e cada noite-dia vai trazendo face diferente às coisas.

Tal o intérmino modificar da Natura e dos humanos, suave, paulatino, elaborado – a flor e o fruto, o trabalho comunitário e a inteligência dadivosa. E de permeio, vai senão quando, salta, dá pulos, comporta-se aos tropeções, aos arrancos, aos tropos-galhopos. Seja sismo, seja revolução.

Vindo do século 16.º o lúcido constatar de Camões, para vergonha de lusos chefões cavernícolas que se esfalfam passados quatrocentos anos, hon em travar as descobertas da população, em apagar as luzes do entendimento universal, em erguer fronteiras por toda a banda, em fomentar mentiras, ódios e vinganças, em estripar, enfim, quanto cheire a cooperação, a fraternidade, a esforços colectivos para tirarmos o pé-da-lama neste jardim à beira-mar plantado. Ensina-lhes, ó poeta:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades/ Muda-se o ser, muda-se a confiança; / Todo o Mundo é composto de mudança, / Tomando sempre novas qualidades. / (...) / E, afora este mudar-se cada dia. Outra mudança faz de mor espanto: / Que não muda já como soía.

E tu, Gedeão, nosso coevo, atazana-os: Eles não sabem, nem sonham... que o Mundo pula e avança...

Croniqueiro de circunstância aponto uns quantos tropos avulso, nas voltas, no giro convulsivo das duas Repúblicas: entre o andar p'rá frente e tanto, tanto às arrecuas. Em oito décadas, muitas mais as verdes que as maduras, onde a tónica é a da actuação militar. O tropel da tropa, tomado como fautor decisivo na vivência social e política; começo, meio e fim do que aconteceu por cá e acontece ainda.

● 1910 – O 5 de Outubro despedaça de vez a monarquia, agonizante desde a revolta falhada do Porto – o 31 de Janeiro de 1891. A República enceta, mais na esperança que de facto, a senda de caminhos novos para os portugueses.

● 1911 – A Assembleia Constituinte aprova e decreta a Constituição da República Portuguesa, na sessão plenária de 20 de Maio.

● 1921 – Decorrida uma década assistira-se a um rol de perturbações políticas, sociais e de força militar. Ataques armados dos monárquicos, logo a partir de 1912, em Monsanto (Lisboa), as incursões vindas da Galiza, a instauração da «Monarquia do Norte»; lutas políticas insanáveis e governos sucessivos; períodos ditatoriais, com chefes militar-monárquicos feitos guardiões do Estado republicano (Sidónio, o presidente-rei...); intervenção de Portugal na Grande Guerra; completa incapacidade dos poderes públicos frente às reivindicações das classes populares – que nunca eram tomadas como o autêntico aliado da República desde a primeira hora; greves e protestos num diálogo de surdos; intromissão e directriz do capitalismo imperialista estrangeiro, manobrando os gestores dos grupos de pressão de fala portuguesa. Crimes da reacção monárquico-clerical como o 19 de Outubro. Nalgum tempo do dealbar do regime tarjetas apareciam coladas nas instalações ministeriais: «Se és bom republicano, nada peças à República!».

Símbolo do idealismo sem par, alimento exclusivo das grandes figuras da República, honestas e apaixonadas, cujo poder quando eleitos governantes (a política pela política...) descurava na prática os esteios frutuosos das camadas trabalhadoras e classes médias republicanas e espezinhadas. Dessas tíricas teorias de democracia só pela via evolutiva de muita educação cívica... resultou que só monárquicos e outros homens de mão contra-revolucionários passaram a servidores do Estado, do ministro ao porteiro. Pois se eles não eram «bons republicanos» podiam muito bem arranchar-se num tacho à mesa do orçamento do regime...

● 1926 – Roído até à medula o corpo nacional – e como era previsto sobreveio golpe de morte: o passeio militar de Braga a Lisboa, em 28 de Maio. A ditadura instalase.

● 1927 – De 3 a 7 de Fevereiro (no Porto e, atrasadamente, em Lisboa) ocorre a sangrenta revolução para re-

Continua na pág. 21

PUB
GTH
GRUPO TEATRO HOJE
TEATRO DA GRAÇA.
Tv. S. Vicente, 11
Tel. 87 56 26
HOJE ÀS 21.45
ENTRADA GRATUITA
Curta série de espectáculos
«MISS JULIE»
de August Strindberg
com: ELISA LISBOA
FERNANDA BARRETO
WLADIMIR FRANKLIN
De 4.ª a 2.ª feira às 21.45
Matinées aos sábados às 16 h.
Domingos só às 17 h.
Folga às 3.as feiras
Interdito a M/13 anos
Entrada gratuita sócios Voz Operário
SUBSÍDIO DA S. E. C.

TEATRO ABERTO
Preço de Espanha (Metro Palhavã) Telef. 77 09 69
grupo 4
Andorra
MAXIRICH
«UM TEATRO EXTRAORDINÁRIO (...) UM ESPECTÁCULO INDISPENSÁVEL QUE É URGENTE VER E APLUDIR.»
MARIA HELENA SERÔDIO
(«O DIÁRIO»)
2.º MÊS
com a participação de
IVONE SILVA
TODAS AS NOITES ÀS 21,45 H. SÁB. E DOM. TAMBÉM ÀS 16 HORAS
DESCANSO 2.as FEIRAS
Espectáculo não aconselhável a menores de 13 anos
Subsídio da S.E.C.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde de Valmor, n.º 34 — 1093 LISBOA CODEX TEL. 770066-763276

VIVA O 25 DE ABRIL

A Direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa saúda calorosamente todos os trabalhadores e em especial os rodoviários, todos os democratas e antifascistas e de uma maneira geral todo o povo português, neste momento em que jubilosamente comemoramos a passagem do 6º aniversário do 25 de Abril.

Temos perfeita noção da complexidade do momento presente, marcado pela presença retrógrada e destruidora das forças de outrora no Governo. A dupla Carneiro/Amaral constitui uma séria ameaça para as conquistas alcançadas após o 25 de Abril e para o próprio futuro do regime democrático em Portugal.

Mas também temos perfeita consciência de que, um governo que não corresponde à vontade da maioria do povo português; que viola diária e abertamente as leis em vigor e a Constituição; que fez do seu programa uma descarada promoção dos interesses dos grandes capitalistas e agrários contra os legítimos direitos dos trabalhadores e da grande maioria da população; um tal governo, absolutamente contrário à dinâmica do processo iniciado em 25 de Abril, ruirá frente à determinação e combatividade daqueles que nas ruas, ontem como hoje, manifestam a sua disposição de prosseguir os ideais da liberdade e da justiça social, de prosseguir Abril.

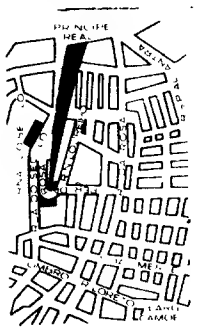
A Direcção deste Sindicato exorta todos os trabalhadores a manterem-se firmes e unidos na defesa da Constituição, das Nacionalizações, da Reforma Agrária, das liberdades fundamentais e sindicais, do regime democrático.

NÃO AO GOVERNO DO 24 DE ABRIL!
VIVA O 25 DE ABRIL!
VIVA O PORTUGAL DE ABRIL!

Lisboa, 25 de Abril de 1980

A DIRECÇÃO

Pub
AMIGO!!
VAMOS A UM COPO À SAÚDE DA NOSSA DEMOCRACIA
Vem ao:
STOP
DOS IRMÃOS VESTIA
ELES TRAZEM-TE O ALENTEJO A LISBOA
ESPECIALIDADES ALENTAJANAS
PAELHA À VALENCIANA
MARISCOS, LEITÃO E FRANGOS
SALA PARA BANQUETES E CASAMENTOS
REFEIÇÃO ANTI-INFLAÇÃO:
1 PÃO
1 SOPA
1/4 VINHO
1 P. PEIXE OU CARNE
CAFÉ E BAGACEIRA
130$00
LARGO DO RIO SECO, 2-A — LISBOA
Tel. 64 27 48

O RESTAURANTE QUE FALTAVA EM LISBOA
COZINHA BRASILEIRA PORTUGUESA E OUTRAS

EXCELENTE LOCAL PARA COMEMORAÇÕES FESTAS SOCIAIS E FAMILIARES, ENCONTROS, ETC.
RUA JOÃO PEREIRA DA ROSA, 7
Antiga Calçada dos Caetanos, em frente do jornal «O Século»
Tel.: 32 85 42

"PRIMEIRO DE MAIO"

III TORNEIO INTERNACIONAL
DE ATLETISMO 1.º DE MAIO/80

ORGANIZADO COM A COLABORAÇÃO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ATLETISMO

DOMINGO 27 DE ABRIL

pelas 16 horas

NO ESTÁDIO NACIONAL

PARTICIPAM NESTE TORNEIO, ATLETAS DE ALTO NÍVEL DOS SEGUINTES PAÍSES:

ANGOLA
BÉLGICA
BULGÁRIA
CHECOSLOVÁQUIA
ESPANHA
HOLANDA
HUNGRIA
MOÇAMBIQUE
POLÓNIA
PORTUGAL
R.D.A.
U.R.S.S.

JOVENS ATÉ AOS 14 ANOS TÊM ENTRADA GRÁTIS QUANDO ACOMPANHADOS

●

BILHETES À VENDA NOS SINDICATOS E ESTÁDIO NACIONAL

ESTE TORMEIO ESTÁ INTEGRADO NO CALENDÁRIO EUROPEU DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL E DA ASSOCIAÇAO EUROPEIA DE ATLETISMO. NO PROGRAMA SERÃO INTEGRADAS PROVAS NACIONAIS

GITUS

TURISMO SOCIAL

EXCURSÕES FÉRIAS E VIAGENS

NO PAÍS

SETENAVE (Setúbal)
10 e 24/5 – 480 esc.

REFORMA AGRÁRIA
17 e 31/5 – 560 esc.

ALGARVE Fins-de-semana ou uma semana, em apartamentos a partir de 1250 esc.

NO ESTRANGEIRO

Duas semanas, com tudo incluído, a preços excepcionais.

JOGOS OLÍMPICOS
45.000 esc.
HUNGRIA
28.500 esc.
CUBA
39.000 esc.
JUGOSLÁVIA
30.500 ec.
ROMÉNIA
27.000 esc.
BULGÁRIA
33.200 esc.

PARA OUTROS DESTINOS E MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE:

GITUS

GRUPO INTERSINDICAL DE TURISMO SOCIAL
Av. da Liberdade, 73-3.º Dt.º – Lisboa
Tels. – 320556-320638-364303

OU NAS UNIÕES SINDICAIS DISTRITAIS

25 DE ABRIL, UMA VIDA NOVA! ABRIL, A CAMINHO DUM FUTURO MELHOR!

25 DE ABRIL, UMA VIDA NOVA/ ABRIL, A CAMINHO DUM FUTURO MELHOR!

Na passagem e comemoração de mais um aniversário da Revolução de Abril, INTERPRETANDO E EXPRESSANDO O APEGO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO aos ideais da democracia, às grandes transformações económicas e sociais conquistadas e à Constituição da República que expressamente as consagra, SAUDAMOS CALOROSA, FRATERNAL E COMBATIVAMENTE AS FORÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS, OS TRABALHADORES, OS DEMOCRATAS E OS PATRIOTAS, QUE CONTRIBUÍRAM PARA O DERRUBE DA DITADURA FASCISTA, QUE SE BATEM NESTE MOMENTO CONTRA OS QUE – no Governo «AD» e sua escassa maioria na Assembleia da República querem fazer regressar os trabalhadores, o País, ao 24 de Abril, mas que estão inevitavelmente condenados à derrota!

VIVA O 25 DE ABRIL!

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do Distrito de Setúbal

Você que trabalha, sabe a importância do tempo e do dinheiro.

Para si criámos o sistema GIBEL que nos permite ser mais rápidos e mais económicos.

Além disso, abolimos a gratificação.

- Mexidas
- Pedicures
- Depilação por cera

GIBEL

CABELEIREIRO DE SENHORAS
Calçada do Sacramento, 38 – Lisboa

POPULARES LIVRARIAS CDL

Livro é cultura!
Nas Populares Livrarias CDL com o mesmo dinheiro compra mais livros.

ANGRA DO HEROÍSMO
LIVRARIA POPULAR DE ANGRA

BEJA
LIVRARIA POPULAR DE BEJA

COIMBRA
INTERLIVRO

EVORA
LIVRARIA SERTÓRIO

FARO
LIVRARIA ALGARVE EXPRESSO

LISBOA
INTERLIVRO

MARINHA GRANDE
LIVRARIA ALMEIDA

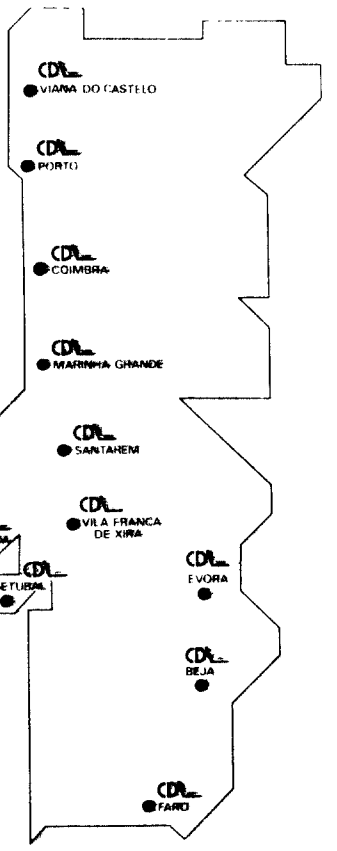
PORTO
LIVRARIA LEITÃO

SANTARÉM
LIVRARIA AMINENSE

SETÚBAL
LIVRARIA MANUEL

VIANA DO CASTELO
LIVRARIA POPULAR DE VIANA

VILA FRANCA DE XIRA
LIVRARIA SERGIO PEREIRA GOMES



Peça em qualquer das Populares Livrarias CDL o seu cartão de amigo. Na compra de 12 livros escolha um livro que lhe é oferecido.

POPULARES LIVRARIAS CDL
compre 12 leve 13

CARTÃO DE AMIGO

A palavra do leitor

Tropos galhopos, portuguêsmente

Continuação da pág 19

cuperar as instituições democráticas. Pesada a derrota.

● 1928 – Em Abril é chamado o «salvador da Nação». Toma conta da pasta das Finanças e implanta longa, longamente, o regime fascista imitado e adaptado do mussolínico, em Itália desde 1922.

● 1931 – Revolução contra o salazarismo em 26 de Agosto. Derrotada.

● 1932 – Revolução sem êxito na Madeira.

● 1933 – Em Janeiro o nazismo toma o poder na Alemanha. Cá, aprofunda-se a noite fascista.

● 1936-39 – Ajudada pelo salazarismo, a guerra civil espanhola.

● 1939-45 – A 2.ª Guerra Mundial. Derrota do nazi-fascismo, europeu e nipónico. Feita a Paz, a 9 de Maio de 45, os ditadores na Ibéria vão continuar por muitos anos mais...

● 1946-49 – Mascaradas eleitorais salazaristas.

● 1958 – Na mascarada das eleições presidenciais, o general candidato da oposição antifascista vence, apesar das chapeladas salazarentas, e é assassinado pela pide anos mais tarde. O ditador nomeia para presidente o almirante da marinha mercante...

● 1961 – Em Dezembro a Índia faz desaparecer o colonialismo em Goa.

● 1961-74 – Em Angola, Guiné, Moçambique, estalam e expandem-se as guerras coloniais até à independência dos povos africanos.

● 1973 – Em resultado da crescente consciencialização patriótica no seio dos quadros permanentes e milicianos, a partir de reivindicações profissionais e perante a crescente deterioração da guerra ultramarina, reunem-se clandestinamente, em 9 de Setembro, muitas dezenas de jovens capitães. A caminho do Movimento das Forças Armadas.

● 1974 – A 16 de Março estala a função – e a contradição intermilitares. Isso não impede que chegue **o 25 DE ABRIL.** Obra do MFA, tomada e consolidada pelo **POVO** inteiro desde o minuto inicial da **LIBERTAÇÃO.** Finalmente!

Da Revolução do MFA emerge, a 2 de Abril de 1976, a Constituição da (Segunda) República Portuguesa.

Durante os 16 anos de sobrevivência das instituições advindas do 5 de Outubro e na vigência do período fascista (1926-74), espantosamente imenso no quatro das transformações gerais contemporâneas, houve uma constante: a força militar imperativa. Houve sempre a ameaça dos generais que eram e são retrógrados, monárquicos, reaccionários aos ideais republicano-progressistas. Servidores acéfalos da reacção ultramontana quanto bastasse ou baste. Eles, mais a hierarquia da Igreja Católica e uma multidão de curas de aldeia mantenedores do obscurantismo tradicionalista e caceteiro. Párocos amigos de peito dos poderosos das vilas e dos campos, de quantos caciques rapaces sejam representantes da Capital do Império e do capitalismo multinacional. A união da cruz e da espada, a prolongar a força bruta. O Zé-Povinho, que Bordalo Pinheiro fez nascer em 1876, sempre de albarda a preceito...

Os militares, porém, tal e qual os padres, são da mesmíssima massa das outras criaturas humanas. Honestos ou desonestos, são patrioteiros ou democratas sinceros, estão com a maioria do povo ou contra essa maioria. E desta sorte existem oficiais da tropa e clérigos primários fautores de tiranos e tiranetes, eles próprios opressores das populações manietadas. Do outro lado do processo histórico: capitães e sargentos de Terra, Mar e Ar, sacerdotes e bispos – clarividentes, progressistas, defensores da Paz, lutadores reconhecidos contra a exploração do homem pelo homem. Com diferenças ideológicas, só que optam pela parcela dignificante das duas que compõem a globalidade sociopolítica da luta de classes: a dos que apostam no futuro e na justiça, no direito à vida para todos ou, ao invés, a parcela menor daqueles que sequiosos dos privilégios perdidos tentam travar a marcha da História – sem operar em si-mesmos uma revolução civilizacional, cultural.

●

Este ano de 80 desabrocha com a maior clivagem entre o Povo e o poder contra-revolucionário. Tempo de macacos à solta espinoteando em armazém de louças. Cheios de pressa e arrogância.

Todo o Mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades.

Assumam-se as novas qualidades e façam, ó dirigentes políticos, partidos e organizações que se reclamam de Abril, o que o Povo espera poder realizar: a Democracia constitucional em transição para o Socialismo, a derrota das macacadas deste 80 AD (leia-se Anno Domini).

(...)

Mal-refeita de tantos tropos-galhopos a maioria dos portugueses vencerá o encurdo reaccionário e passará a vau para retomar a estrada larga de Abril interrompida – original, porque à portuguesa.

Firmino Rosado
PAREDE

O 25 de Abril, agora

Hoje lavei a cara, lavei os dentes e fui para a cama. Ajoelhei-me e fiz as minhas orações:

- Pedi a conversão dos comunistas.
- A boa conservação da AD.
- As melhoras da tia Micas.
- As entregas aos latifundiários.
- O amor eterno da mamã.
- «Os livros do ponto em toda a parte».
- O amor do primo Kikas.
- A desnacionalização da banca.
- Melhor apetite para a Xaninha.
- A desnacionalização dos transportes.
- A revisão da Constituição.
- A passagem do ano com boas notas.
- A revisão da lei eleitoral para a AD ganhar as próximas eleições.
- Que a tia Ana abandone o socialismo (a família tem tanto desgosto!)
- A retirada dos russos do Afeganistão.
- Que a Isabelinha tenha um menino.
- O boicote dos Jogos Olímpicos.
- Que as comemorações do 25 DE ABRIL sejam tão patrióticas, tão bonitas, tão ordeiras e tão bem organizadas como eram antigamente as do dia 10 de Junho.
- Que Deus, a AD e as forças da ordem colaborem para que os meus pedidos sejam satisfeitos.

Artur Pedro Franco dos Anjos Teixeira, Lisboa

Liberdade

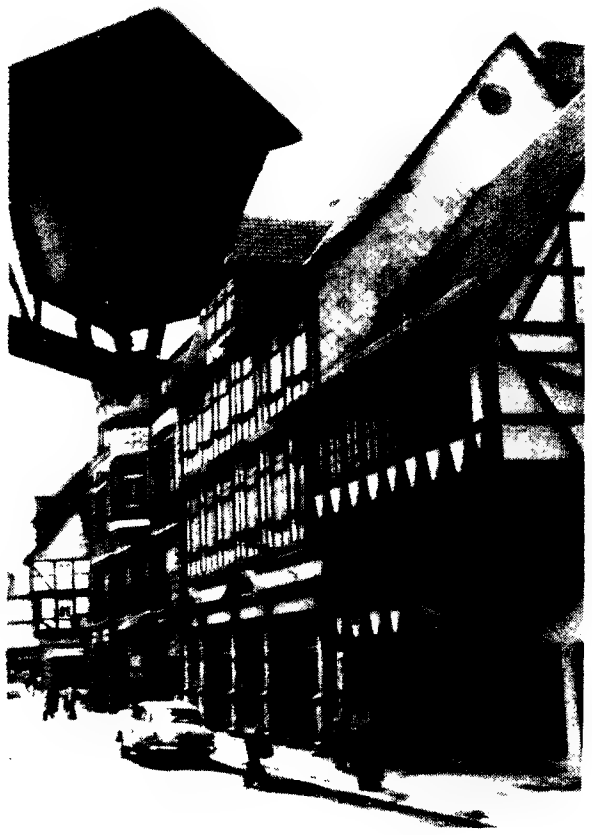
Foi naquele dia,
a Primavera nasceu em cada rosto
as janelas se abriram
e deixaram passar o grito:
Liberdade

Rostos torturados, poesia
saíram de cada grade
que se abriu e cantaram
de olhar fito:
Liberdade

A criança sorria
No ar o perfume e gosto
dos que nos libertaram
e deixou passar o dito:
Liberdade

A manhã melhor se abria
Com grande magestada
A esperança todos tiveram
e ficou no sol sempre escrito
Liberdade

Cristina Sá



VIAGENS À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ
INSCREVA-SE JÁ!

Nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro
Excursões de 9 dias — 26 900$00
Excursões de 14 dias — 30 200$00
Nos melhores hotéis e com tudo incluído
Facilidades de pagamento

Dirija-se à

ASSOCIAÇÃO PORTUGAL-RDA
Praça José Fontana, 17-4.º
1000 Lisboa Telefones 539821/2

EM COLABORAÇÃO COM A AGÊNCIA abreu

AGORA COMPLETAMENE REMODELADA
COM AS NOVAS COLECÇÕES
PARA
PRIMAVERA-VERÃO

SEDE: R. MIGUEL BOMBARDA, 41 — FILIAL: R. EÇA DE QUEIROZ, 20

TELEFONE: 2073123 — BARREIRO

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
– 15º Juizo Cível –
ANÚNCIO
2.ª Publicação

Execução SUMÁRIA Nº 4392-2 **Secção**

Exequente MORAIS & CARVALHO, LDª Rua Prof. Reinaldo dos Santos, Lote 8-B, Lisboa

Executado VICTOR MANUEL ABRANTES ESTEVES, residente na Rua Duarte Pacheco Pereira, n. 9 Esq.º – Damaia.

Por este Tribunal correm editos de vinte dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do respectivo anúncio, citando os credores desconhecidos daquele executado para no prazo de dez dias posterior ao dos editos, virem à execução deduzir os seus direitos. Para constar se passou o presente edital que vai ser devidamente fixado. Lisboa 14, Março, 1980

O JUIZ DE DIREITO
a) (**Herlander Antunes Martins**)
Pel' O ESCRIVÃO DE DIREITO
a) (**Carlos Manuel Baptista**)

Para uma nova ordem económica internacional

Mohammed Bedjaoui

Uma obra que é, a um tempo, estudo e projecto.

Estudo do conceito actual de ordem económica internacional, cuja problemática criticamente considera.

Projecto de uma nova ordem, em que o direito internacional, tendo como sujeito a humanidade, se torne um instrumento eficaz de progresso.

Uma contribuição fundamental para o debate das relações económicas internacionais.

EDITORIAL PRESENÇA
RUA AUGUSTO GIL 35 A
TELEFONES 66892 76 3060 LISBOA

A palavra do leitor

Um abraço breve

Terminando um longo exílio em país distante e certamente frio, chegava nesse dia a Lisboa um homem de cableira branca e cintilante. Vestia gabardina de cor clara, modelo antiquado e vinha, declarou-o à televisão, reunir com os seus camaradas.

Nos escritórios da companhia, à Avenida Infante Santo, as coisas decorriam quase normalmente: iamo-nos habituando ao frequente corrupio de notáveis em direcção ao edifício cor-de-rosa da Cova da Moura.

Depois do almoço alguém me convidou a ir ao aeroporto. Achei que não valia a pena: eu não conhecia o personagem que chegava. Ouvira apenas, vagamente, falar dele anos atrás, a propósito de uma fuga misteriosa do forte de Peniche.

Sentado como sempre à secretária, seriam quatro da tarde, pressenti vinda da rua uma agitação indefinível e um tanto desusada. No edifício havia uma varanda a todo o comprimento da fachada para onde abriam as portas das secções. Saí a ver o que se passava.

Na Infante Santo longa fila de blindados do Exército, carregados de civis e militares ostentando cravos brancos e vermelhos, enchia uma das faixas.

Era um cortejo. A abrir vinha um Mercedes preto e reluzente. No outro lado da rua, visão um tanto insólita, a figura esguia do dr. Cerveira, médico de meus filhos, sem gravata e agitando os braços.

Mas, já perto de mim, o Mercedes parou e abriram-se as portas. Pude então ver sair um homem magro, de fato cinzento de corte impecável, gravata escura, o cabelo branco sacudido levemente pela aragem. Tomava a direcção do edifício cor-de-rosa. À sua ilharga meia dúzia de companheiros seguravam uma bandeira de seda vermelha e bordada a ouro, esticando-lha, vertical, por cima da cabeça.

Debruçado no parapeito, estremeci. Nunca tinha visto nada igual. O homem, de um aprumo e dignidade inexcedíveis, dominava toda a avenida. Fiquei a segui-lo com olhos deslumbrados.

De repente ouvi alguém correr no varandim. Olhei. Reconheci a silhueta esbelta da Hermínia precipitando-se para a escada, os sapatos elegantes batendo nos ladrilhos, a cabeleira de oiro solta ao vento...

A Maria Hermínia... uma mocinha que eu estimava mais desde que a PIDE lhe prendera o marido. Nessa hora terrível, no próprio dia da prisão, via-a na nossa tesouraria a levantar dinheiro: estava firme, inteira, em frente do «guichet» sem dizer uma palavra...

Foi quase à entrada do edifício cor-de-rosa que ambos se encontraram. Arredaram-se, instintivamente, as pessoas. Ela correu mais. Abraçou-o então. Pareceu-me que soluçava devagar. Um momento, a simbiose das duas cabeleiras, a branca e a loira, foi magnífica e total. Por cima de ambas, faiscando ao sol luminoso desse fim de Abril, a bandeira rubra, oiro e seda...

Separaram-se em seguida. Chegava mais gente. Desenrolavam-se outras bandeiras. Já se gritavam vivas. A Hermínia voltou para o escritório.

E estas imagens que ninguém filmou, tenho-as eu, indeléveis na memória, tais como as vivi, a cinco metros de distância, a um tempo deslumbrado, temeroso e comovido, os pés imóveis fincados nos ladrilhos do varandim da companhia.

João Pequito
Oeiras

Seis anos: parabéns, puto

E vão 6. Os dedos todos de uma mão + 1.

6 anos. 6 anos dá para saber coisas, nomes, B+/B=BA, lavar os dentes (com MPB Fluor), ver o «Dancig' Days» e ficar numa de mamãi, papai, titia, grilado...

Cantar o popey, ir ao walt disney aos sábados de manhã e achar natural o tio Patinhas.

6 anos dá para sorrir, fazer careta, amuar, dentes que crescem, sensações + ou − freudianas, bater nos putos mais pequenos, dizer «okay», «ciao», «oui», e algumas palavras portuguesas menos prosaicas.

6 anos dá para entender algumas coisas, descobrir, maravilhado, outras. Dá para ficar até mais tarde acordado, muito para além do «sabe onde estão os seus filhos?» e eles, os filhos, de seis anos, aprendem o sonho, respiram, soletram palavras novas, neste espanto de brinquedos a inventar e destruir.

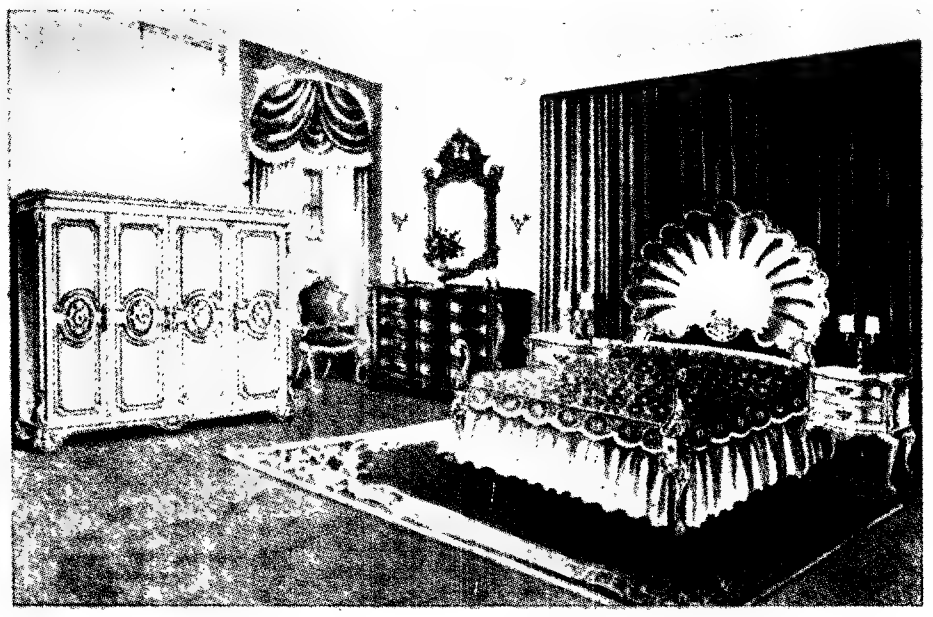
6 anos deste ritual que se renova e cresce.

6 anos têm os dedos gordinhos do menino que segura uma G3 onde um cravo vermelho explode. Um cravo de peaz. Um cravo brinquedo de menino de 6 anos. Com futuro.

Domingos Lobo
Almada

Foto de Jorge da Conceição Jacinto

ARMAZÉNS DE MÓVEIS
BEIRA RIO
DE
ANTÓNIO CARLOTO



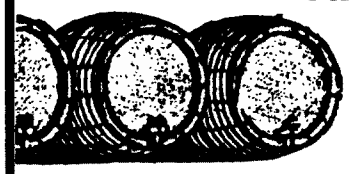
MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS

PARA VOSSO INTERESSE
CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

VENDAS | Rua Miguel Bombarda, n.ºs 222 e 222-A
Rua Serpa Pinto, 43 e 45
Telef. 207 24 48
BARREIRO

COOPERATIVA
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
QUINTA DE S. JOÃO

PRODUÇÃO:



VINHO
MELÃO
ARROZ
AZEITE

PECUÁRIA:

BOVINO
SUINO

Quinta S. João — ALPIARÇA — TEL. 54 492

Os Tribunais e a Revolução

Ao menos que se denunciem as mazelas

Quando vimos pides e bombistas serem libertados a esmo, seja qual for o seu grau de culpa, quando nos apercebemos, nas nossas muitas andanças por tribunais, que volta a prevalecer a «lei do mais forte», isto é, que quase sempre (valem as excepções) se julgam acusado e acusador consoante a sua **posição de classe,** quando nos damos conta de que há juízes que fazem dos códigos uma arma activa contra tudo o que seja esperança e provir, instrumentalizados num ódio cego aos «inimigos» dos seus interesses de grupo e às suas ideias conformistas, torna-se fácil concluir da profunda crise que mina os alicerces das instituições que administram Justiça no nosso País.

Claro que há logo quem afirme que tal crise se deve ao 25 de Abril. E, no entanto, todos sabemos que isto não é verdade. O 25 de Abril veio, isso sim, permitir que se descortinassem em toda a sua plenitude as razões dessa crise, colocando em evidência as ancilosidades e inibições de um sistema avelhentado, enfermo e corrompido, e isso não agradou aos abencerragens da nossa praça. Os 50 anos de fascismo, por exemplo, agravaram de maneira notória os «vícios» e as mazelas desse sistema, admitindo, através do silêncio imposto e do medo, uma impunidade distorcida dos mais elementares princípios da jurisprudência e da aplicação real da Lei.

Basta recordar, sem ir muito longe, o que eram os Tribunais Militares Especiais (vigentes desde 3 até 1945) e, a partir de 1946, os chamados Tribunais Plenários, ambos forjados para o julgamento dos «crimes políticos e contra a segurança do Estado». Foram longos anos de uma farsa forense que teria de marcar indelevelmente a jurisprudência portuguesa. A grande maioria dos nossos juízes acabaria por cultivar, com sumo menosprezo pela justiça, a defesa de «um certo poder tradicional» consubstanciada em sentenças que se derimiam muito mais à base de concepções mitómanas dos «valores» de uma dada civilização do que ao apelo da aplicação da Justiça sobre uma interpretação isenta da Lei em vigor. Como já dissémos, houve excepções. Mas o panorama geral quase as fazia esquecer.

O 25 de Abril veio, como é óbvio, «mexer» nessas concepções e trouxe uma vasta esperança de liquidação da lateralidade evidente nos nossos tribunais. O Programa do Movimento das Forças Armandas apontava declaradamente para esse fim. E no dia 11 de Maio de 1974 (dezasseis dias depois da eclosão vitoriosa do Movimento dos Capitães), numa sessão plenária da Ordem dos Advogados, com cerca de sete centenas de presenças, foi aprovada uma moção em que eram vincados oito pontos, onde se dizia: «(...) Exige o castigo dos culpados pela prática de crimes, nomeadamente violências e arbitrariedades sobre os presos, abusos de autoridade, infidelidade dos funcionários, dissipação de dinheiros públicos, corrupção, violação de correspondência e outros já denunciados, promovendo para os seus autores um julgamento justo».

Propõe-se então a formação de uma comissão de advogados para colaborar com o Movimento das Forças Armadas e com a Junta de Salvação Nacional, a quem também propõe, entre outras, as seguintes medidas: incriminação imediata e julgamento de todos os ministros do Interior, da Justiça e do Ultramar do regime fascista; inquérito às actividades de todos os membros do Governo cuja responsabilidade seja evidente; inquérito com prévio congelamento de bens às fortunas acumuladas pelos altos dignitários do regime fascista-corporativo; inquérito a todos os funcionários superiores do Estado; detenção e julgamento dos elementos ligados à PIDE-DGS e à Legião; demissão, incriminação e julgamento, como criminosos de direito comum, «de todos os juízes que foram dóceis serventuários da PIDE, que sancionaram a tortura e os crimes daquela organização e violaram os mais elementares direitos de defesa dos cidadãos presos e lhes aplicaram severas penas de prisão; idem para os delegados do Ministério Público junto dos Tribunais Plenários».

Naturalmente que se tratava de um vasto programa de reconstituição da legitimidade e da dignidade dos Tribunais portugueses que iria sofrer a contestação imediata até de muitos dos que naquela assembleia da OA com ele tinham concordado. Uma máquina judiciária tão profundamente inquinada só poderia aspirar a um saneamento real se, ao mesmo tempo, se modificassem todas as estruturas do aparelho de Estado. E nós sabemos que, apesar das muitas conquistas alcançadas pós-25 de Abril, tal modificação não se produziu, pelo menos a um nível que permitisse a mudança que uma boa parte do povo português desejaria ver operada.

Com a subida ao poder dos partidos conservadores, o «escândalo» quanto à aplicação das leis na barra dos tribunais tornou-se mais evidente. Hoje, por exemplo, já não se julgam pides: faz-se uma «espécie de registo» da sua passagem pelos tribunais, contam-se umas anedotas e mandam-se para casa, em paz e soberbos, torcionários, bombistas em cujo libelo figuram crimes de morte personagens bem sinistras do antigo regime. E, contrapartida, sempre que há que julgar alguém que se sonhe com conotações ao 25 de Abril ou à esquerda do mapa político nacional, condena-se sem dó nem piedade, exagerando tanto quanto se pode (e pode-se muito) o peso da própria Lei. Não raras vezes, atropelando até a legislação em vigor e o espírito da própria Constituição. Individualmente e por informações que obtivemos, está-se a procurar acabar com os Tribunais de Instrução Criminal (TICs), apenas por uma razão: que em alguns casos o volume de dados investigados em torno da corrupção de certas figuras da «elite conservadora» e de negociatas escuras são de tal ordem que se chegassem a ser julgados trariam consequências bem tristes para determinadas «alas» da política portuguesa. E como sempre, a lei da rolha é preferida à verticalidade da nossa Justiça. Traindo, naturalmente, o espírito do 25 de Abril, que, no entanto e apesar de tudo continua vivo, pulsante, como o demonstra o processo de denúncia que se vai fazendo em torno dos nossos tribunais.

Josué da Silva

GITUS

TURISMO SOCIAL

EXCURSÕES
FÉRIAS E VIAGENS

NO PAÍS

SETENAVE (Setúbal) 10 e 24-5 — 480 esc.
REFORMA AGRÁRIA 17 e 31-5 — 560 esc.
ALGARVE Fins de semana ou uma semana, em apartamentos, a partir de 1250 esc.

NO ESTRANGEIRO

Duas semanas, com tudo incluído, **a preços excepcionais.**

JOGOS OLÍMPICOS — 45 000 esc.
HUNGRIA — 28 500 esc.
CUBA — 39 000 e 51 000 esc.
JUGOSLÁVIA — 30 500 esc.
ROMÉNIA — 27 000 esc.
BULGÁRIA — 33 200 esc.

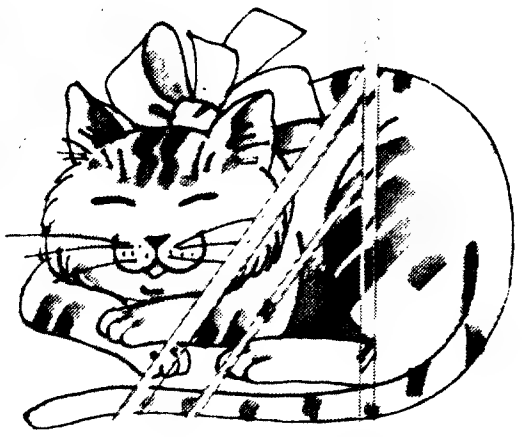
PARA OUTROS DESTINOS E MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE

GITUS

OU AS UNIÕES SINDICAIS DISTRITAIS

NOME .....
MORADA .....
.....COD. POSTAL ..... LOCALIDADE .....
..... TEL.: .....
DL

**O vidro é um material maravilhoso.
Proteje-nos da natureza
e a ela nos liga.
Aliado da luz,
amigo do céu, das nuvens,
das casas, das cidades,
do homem.
O Homem fabrica o vidro.
Mas nesse fabrico há tal comunhão
entre o trabalho humano, natureza,
processos, que dir-se-ia
o vidro ser um produto natural.**



Vidro é Covina

COVINA

COVINA - COMPANHIA VIDREIRA NACIONAL SARL

EXPIRA EM 01-4412-80

Golpe de mão no Irão: humilhação e mortos para os EUA

Terminou num humilhante e ridículo fiasco uma tentativa americana de libertação dos reféns de Teerão que se saldou em oito mortos e diversos feridos pertencentes às forças americanas.

A notícia da operação foi divulgada esta madrugada através de um comunicado da Casa Branca onde dizia que o Presidente Carter assumia integralmente a responsabilidade da acção e tinha ordenado a sua interrupção na sequência da qual ocorreu um grave acidente num deserto do interior do Irão. O comunicado não adiante muitos pormenores sobre o número de homens envolvidos e sobre a data da operação, mas tudo leva a crer que ela se tenha desenrolado ontem mesmo. Na versão da Casa Branca, dois aviões colidiram no solo num aeroporto (provavelmente improvisado) numa região desértica do Irão. A colisão verificou-se durante a retirada das forças empenhadas na operação cuja interrupção tinha sido decidida em virtude de «deficiências no equipamento».

Os homens e o material apostavam-se a regressar à base (desconhecida) de onde teriam partido, quando dois dos aparelhos envolvidos colidiram violentamente causando a morte de oito pessoas e ferimentos pelo menos em duas. A Casa Branca precisou que todos os mortos e feridos eram americanos e tinham sido evacuados, já se encontrando fora do Irão. A intervenção não provocou qualquer reencontro com forças iranianas, dado que a retirada se processou logo que foram detectadas dificuldades técnicas. O porta-voz da Casa Branca, Jody Powell, declarou que o objectivo da missão fracassada era a «defesa dos interesses nacionais dos Estados Unidos e o desanuviamento da tensão internacional» e que tinha sido ditada por razões humanitárias. Depois de prestar homenagem aos homens que participaram na operação, Powell declarou que os EUA continuavam firmemente decididos a conseguir a libertação dos reféns o mais rapidamente possível.

O cenário em que parece ter decorrido a intervenção americana corresponde exactamente às informações divulgadas a semana passada por ex-agentes da CIA que diziam saber da preparação de uma acção deste tipo. Numerosos observadores notavam já esta manhã a semelhança que haveria entre a iniciativa de Carter e a operação israelita realizada há vários anos em Entébbe, salientando no entanto que a única semelhança se encontra na intenção dado que os americanos não conseguiram mais que ridicularizar-se internacionalmente.

Entretanto, esperam-se os pormenores que serão tornados públicos numa declaração que Carter fará na Rádio e na TV cerca do meio-dia (hora de Lisboa).

Desde há alguns dias que havia alguma preocupação em círculos ligados à Casa Branca e mesmo nos meios políticos ocidentais face aos projectos de Carter de ordenar uma intervenção militar para libertar os reféns. Ainda há poucos dias o chanceler Alemão federal Helmut Schmidt havia declarado que «não estava disposto a participar em acções irracionais» do tipo da ontem realizada. A Casa Branca confirmou esta manhã que diversos conselheiros presidenciais tinham manifestado ultimamente a sua preocupação relativa às possíveis atitudes de Carter face ao Irão.

Reacções no Irão

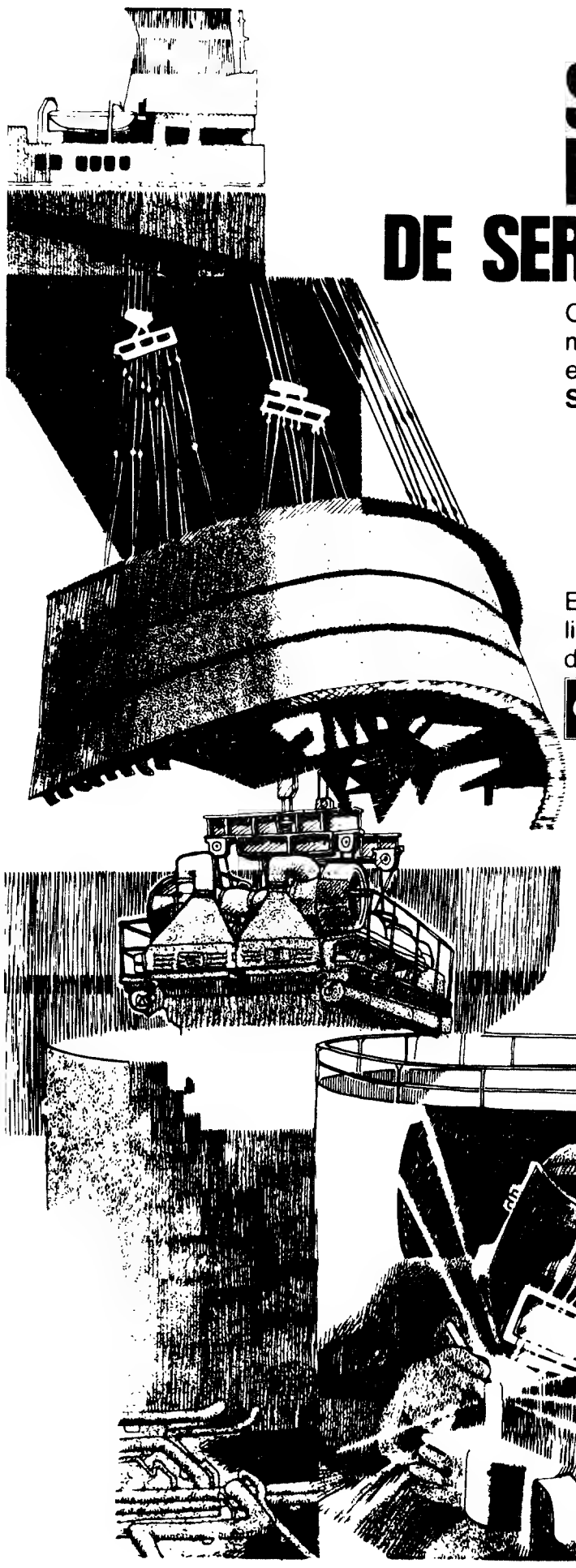
O comunicado da Casa Branca, esta manhã, afirmava que a intervenção não tinha sido motivada por qualquer «hostilidade contra o Irão ou contra o povo iraniano». Não será no entanto esta afirmação que convencerá os iranianos, e um representante dos estudantes que ocupam a Embaixada anunciou para hoje a publicação de um comunicado precisando qual a sua resposta à acção americana. Recorde-se que os estudantes têm afirmado repetidamente que matarão os reféns caso seja feita uma qualquer tentativa para os libertar pela força.

Ao princípio da manhã soube-se em Teerão que fora ordenado um inquérito imediato aos acontecimentos, apesar de o Comandante Chefe do Exército, general Hadi Schademehr, ter declarado que não possuia nenhuma informação sobre o lugar exacto em que se teria verificado a colisão entre os aviões americanos e que estavam a ser efectuado controlos em todas as pistas de aviação do país. Entretanto, a agência iraniana PARS informou que tinham sido localizados destroços de um avião perto de Tabas, na província de Corassão, no Leste do país. As autoridades militares iranianas anunciaram para o princípio da tarde a divulgação de um comunicado oficial.

Em Moscovo a TASS considerou a acção americana como uma provocação, enquanto que em Bruxelas diversos embaixadores de países membros da NATO manifestaram a sua simpatia pela fracassada acção americana.

Fontes diplomáticas notam desde já que esta monumental «gaffe» de Carter lhe poderá ser fatal na sua corrida para um novo mandato como Presidente dos EUA.

Aguarda-se igualmente com interesse a reacção dos países da CEE ao aventureirismo falhado de Carter.



SETENAVE
ESTALEIROS
DE SERVIÇO COMPLETO

Os armadores dispõem na Europa de um dos maiores estaleiros navais. Onde se constroem e reparam navios até 700 000 tdw.
SETENAVE:

Óptima localização
Ultra moderna tecnologia
Máximo rendimento de trabalho
Capacidade de resposta rápida a quaisquer exigências

E mais. Possui, uma modernissima estação de limpeza e desgasificação e também uma frota de rebocadores

setenave
Estaleiros Navais de Setúbal
Tel 06520101 06520151 Telex 13143
P O Box 145 2902 SETUBAL CODEX PORTUGAL

HS1 HIPER

COMPANHIA PORTUGUESA DE TRANSPORTES MARITIMOS, E.P.

NAVIOS	DATAS	DESTINOS
SÓ CONTENTORES		
Gorgulho	2/5	Funchal
P.S. Lourenço	9/5	Funchal
SÓ CONTENTORES		
Hirma	6/5	Funchal
Hirma	13/5	Funchal
RESERVA DE PRAÇA — Telefones 36 06 48 / 36 06 61		
Anko	30/4	Lajes do Pico e Praia Graciosa
Lima	30/4	Angra do Heroísmo
João da Nova	8/5	Horta e Velas de S. Jorge
Açores	9/5	Ponta Delgada
Monte Brasil	9/5	Vila Porto, Cais do Pico, Santa Cruz, Flores e Corvo
Lima	15/5	Angra do Heroísmo
SÓ CONTENTORES		
Sunny Christina	7/5	Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta
Sunny Christina	21/5	Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta
LINHA DA AMERICA DO NORTE		
M. Oliveira	2/5	Nova Iorque e Baltimore
R. Cabrilho	14/5	Nova Iorque e Baltimore
LINHA DA AMERICA DO SUL		
Congo	3/5	Recife (se nec.), Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá (se nec.), Buenos Aires e Montevideu
LINHA N.EUROPA/AFR. SUL/MOÇAMBIQUE		
Porto	9/5	Capetown, P. Elisabeth, Durban, Maputo e Beira
FRAMAPORT LINE		
Cedros	2/5	Casablanca
Cedros	16/5	Casablanca

SERVIÇO DE PASSAGEM

Para reserva de passagens e documentação consulte os nossos serviços na Rua Augusta n.º 152 — Telefs 36 02 82 e 60 21 51

UTILIZE NAVIOS PORTUGUESES

LISBOA — Rua S. Julião, 83 — GERAL E TRANSPORTES INTERNACIONAIS — Tel 869621/9-369631/5 Ext. 212/213
PORTO — Rua Inf. D. Henrique, 8-9 — T. 315690/313324

Cultura e espectáculos

25 de Abril-Ano VII

O Teatro

César Príncipe transcreveu no seu livro «Os Segredos da Censura» um telegrama telefonado da Comissão de Exame Prévio do Porto que rezava assim:

«2-10-70 – 23, 25 – Assembleia Geral do Círculo de Cultura Teatral – mandar. Lisboa quer muito cuidado com as coisas do teatro. Coronel Saraiva.»

Não sei se será dos meus ouvidos – parece-me que começo a ouvir sons parecidos com estes: se o **carinho** manifestado pelo Poder em relação ao teatro é história que vem de longe (vem provavelmente do princípio do próprio teatro) torna-se mais pressionante quando o Poder começa a inventar fantasmas.

E então temos: o caso dos subsídios. Adiada pelo secretário de Estado da Cultura a resolução deste problema, os grupos esperam pacientemente enquanto, claro, o teatro fica adiado; o caso dos teatros nacionais: um – real – o do São Luís – eliminado; outro virtual – o do Carlos Alberto do Porto – eliminado; eliminada também a companhia prevista para Coimbra.

E temos os outros problemas: lei de teatro – não há.

Planificação de uma política de descentralização teatral, feita de acordo com as respectivas autarquias – não há.

Reestruturação da actual Escola de Teatro e lançamento de outras – não há.

Apoio ao teatro de amadores – não há.

Protecção ao dramaturgo nacional – não há.

Recuperação e aproveitamento de espaços teatrais – não há.

Apoio especial ao teatro infantil e juvenil – não há.

Organização de formas de dinamização do público – não há.

E, no entanto, o teatro foi, pelo menos nos cinco primeiros 25 de Abril a mais interessante e a mais viva manifestação de Portugal livre no campo da criatividade. Através do movimento dos grupos independentes, e dos grupos de amadores, o teatro português serviu de ponta de lança na reinvenção de um espaço de criatividade e poder interventivo. O aspecto mais importante desse movimento terá, talvez, consistido na diversidade das propostas que o marcou: entre o Teatro da Cornucópia e A Comuna – para citar dois modelos extremos e meramente exemplificativos – não há, ou se há são insignificantes, degraus diferentes de qualidade – há projectos estéticos e formas de relacionamento com o público autónomos e diferenciados, cada um deles colocando-se a um nível que parece ser justo não discutir.

O teatro português foi, desse modo, uma aventura digna de um Povo que conquistava palmo a palmo não só a liberdade como a sua própria identidade. Percorrendo, com o Centro Cultural de Évora, os campos do Alentejo; participando nas campanhas de dinamização; ampliando para espaços desprovidos de instrumentos de criação o seu pequeno palco (Évora, Setúbal, Viseu, Viana do Castelo); multiplicando os encontros e os festivais, os cursos e as digressões, em especial através dos grupos de amadores, apoiados pelas suas estruturas organizativas: APTA e associações regionais; criando um festival já prestigiado (o FITEI-PORTO) – o teatro português, no que tem de mais autêntico e de mais coerente com o 25 de Abril, tem sabido vencer as dificuldades que têm surgido no seu caminho, por razões aceitáveis e por vontade de quem pensa ainda, ou volta a pensar, que é preciso cuidado com essa coisa do teatro.

Um obstáculo importante e que pode ser decisivo não só para o seu avanço como até, talvez, para a sua sobrevivência, ainda não conseguiu vencer: a que decorre, em parte da sua própria «maneira de ser» e se chama desunião.

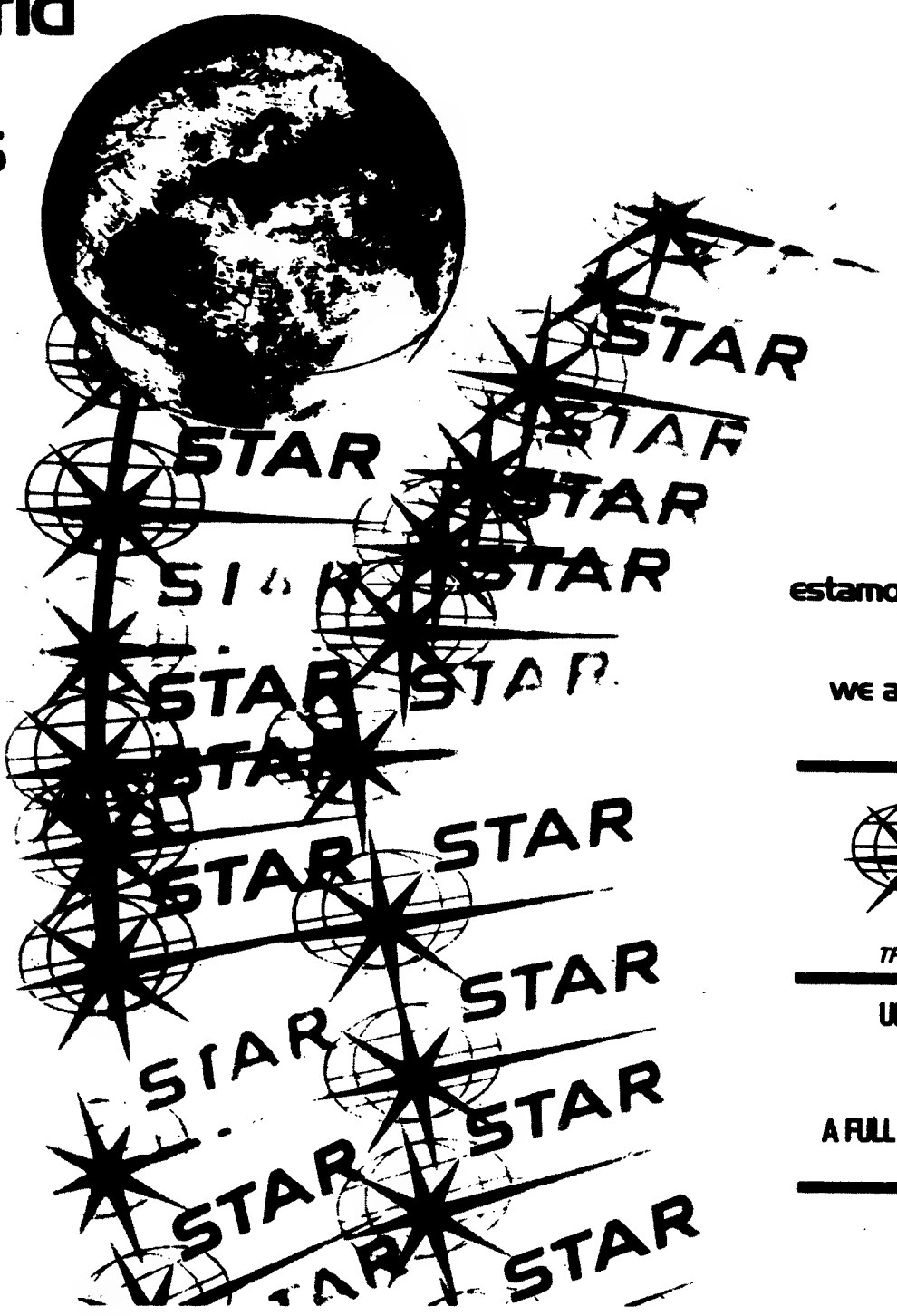
Criar uma frente unitária em que participem grupos independentes, grupos da descentralização, companhias nacionais, grupos de amadores, e também dramaturgos e outros trabalhadores ligados à produção teatral, e até espectadores – será dar um passo decisivo para manter o teatro no rumo do 25 de Abril e para manter o 25 de Abril no teatro.

Carlos Porto

«O Círculo de Giz Caucasiano», de Brecht, pelo Grupo 4 (1976)

in a moving world we move passengers and cargo

no mundo em movimento movimentamos passageiros e carga



estamos nos locais certos esperamos por si

we are in the right place waiting for you

STAR
TURISMO · VIAGENS
TRANSITÁRIOS
TRAVEL AND FREIGHT SERVICE

UMA AGÊNCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO AO SEU SERVIÇO

A FULL SERVICE TRAVEL AGENCY AT YOUR SERVICE

SEDE:
Avenida Sidónio Pais, 4-A – Telef. 53 98 71 – LISBOA

ESCRITÓRIOS:
LISBOA – Praça dos Restauradores, 14 – Telef. 36 25 01
ESTORIL – Avenida de Nice, 4 – Telef. 268 08 39
PORTO – Avenida dos Aliados, 202 – Telef. 2 36 37
GUIMARÃES – Av. D. Afonso Henriques, 656 – Telef. 4 07 50
FARO – Rua Conselheiro Bivar, 36 – Telef. 2 51 25
FUNCHAL – Avenida Arriaga, 23 – Telef. 3 20 01

DEPARTAMENTOS DE RECEPÇÃO DE CARGA:
LISBOA – Rua do Alecrim, 10 – Telef. 36 95 03
PORTO – R. da Alfândega Velha, 7-11 – Telef. 2 04 70
FUNCHAL – Rua da Sé, 1-3 – Telef. 3 20 01

Cultura e espectáculos

Cinema

A liberdade que ganhamos em Abril

The Warriors **de Walter Hill: exibido em Portugal, continua interdito em França**

Impensável de exibir (por razões «políticas» e «morais») antes da Revolução: W. R. Os Mistérios do Organismo **de Dusan Makavejev**

Há, talvez, uma palavra que pode exprimir bem o que Abril trouxe ao cinema em Portugal: liberdade. Claro que não a liberdade mítica, mirífica que brilha como o um sol no firmamento mistificador da burguesia. Claro que uma liberdade que, no campo da produção nacional, foi sempre enquadrada pelo poder político e que, no campo da distribuição/exibição, pelo poder económico. O certo, porém, é que a supressão total da Censura, a obrigatoriedade legal da exibição dos filmes em versão integral, a inexistência de quaisquer barreiras políticas que obstem à apresentação seja de que filme for, tudo são factos que fazem com que Portugal seja, neste campo, um dos países mais livres do mundo.

É claro que sempre haverá almas timoratas e piedosas que se sintam no direito de pastorear os portugueses. Mesmo depois de Abril houve, no cinema, tentativas esporádicas de suprimir pontualmente essa enorme conquista de Abril. Foi o caso de **Saló ou os 120 dias de Sodoma** que o então ministro Almeida Santos queria impedir de estrear; foi o caso de **As Horas de Maria** que uma intensa campanha da direita e do clero tentaram proibir.

Muitos pensavam que com a liberalização do cinema hordas de tarados, inspirados na pornografia, iriam violar as filhas e as mulheres dos honrados cidadãos; muitos acreditavam que a violência iria irromper nas ruas sob o auspício do que se via nos **écrans** (ficou célebre a acusação de Otelo à **Laranja Mecânica** de ter originado um caso de agressão violenta – provou-se depois que os autores do crime nem sabiam que filme era esse...). Mas a verdade é que, seis anos depois de Abril, nada de ruim trouxe a liberdade cinematográfica.

Filmes outrora proibidos puderam chegar (**O Mal-Amado, O Couraçado Potemkine...**); filmes impensáveis de exibir vieram desde **O Último Tango em Paris** a **1900** passando pelas obras de Sanjines e Littin); filmes impossíveis de fazer, fizeram-se (de **Deus, Pátria, Autoridade** a **Veredas**); e não veio nenhum mal ao mundo por se ter exibido pornografia **soft** e **hard core** (hoje o circuito lisboeta de tais filmes reduz-se a três salas especializadas).

O fim da censura, a assumpção de maturidade pelo público, a liberdade enfim, é algo de importante mas não é tudo. Não foi possível incrementar oficialmente o cinema comercialmente inviável mas culturalmente interessante. As regras do comércio continuaram a pautar o lote de filmes exibidos e as alternativas não puderam contar com qualquer apoio. Ainda se não levou, a largas massas da população, o contacto com o cinema. Muito resta, por isso, por fazer.

Mas neste dia 25 de Abril de 1980, será mau não ver o imenso passo em frente que se deu. Será mau escamotear a decisiva importância da liberdade no progresso de uma sociedade. Será perigoso minimizar essa conquista de Abril. Nada do que existe nos deve ser estranho. Nada do que se passa deve ser exclusivo de guardiões hipócritas de uma Lei qualquer.

J. L. R.

Literatura

Apreensões, muitas

A actividade literária em Portugal depois do 25 de Abril? – Uma síntese muito precária, assente em duas impressões alguma coisa contraditórias. Por um lado fizeram-se (ou publicaram-se, pelo menos) algumas obras parece que de excepcional qualidade e umas quantas mais de qualidade pelo menos apreciável. Por outro, é evidente que os escritores continuam numa situação extremamente difícil. Aliás, as suas condições de vida (e principalmente de trabalho) tendem a agravar-se. O que deve considerar-se motivo de apreço maior ainda pelo trabalho que eles fazem. Todos, sem excepção.

Antes de prosseguir. Pode dizer-se que os mais dos melhores textos que nestes últimos anos se publicaram não tratam assumidamente do 25 de Abril, e pôr-se a questão de saber porque é que a experiência destes anos ainda não gerou literatura para além de alguns casos menores e esporádicos. A resposta talvez esteja aqui: um escritor precisa de **distanciar-se** dos acontecimentos, ganhar a perspectiva do real que a realidade demasiado imediata lhe oculta, para tratar disso coerentemente com as exigências da sua opção profissional. É uma hipótese, haverá outras.

O que não se pode é dizer, como já se tem dito, é que os escritores portugueses não têm a coragem (?) de enfrentar as situações que se lhes deparam. A questão é diferente.

Outro ponto. Na aparência, o 25 de Abril (processo global) deveria ter criado melhores condições de vida e de trabalho para os escritores. Não criou. Mas o 25 de Abril conheceu a evolução que se sabe e é possível encontrar aí alguma explicação para isso, embora parcial.

Um juízo sobre a actividade literária em Portugal nestes últimos seis anos não deve ignorar as inflexões que o processo teve globalmente. Como não se trata aqui de lembrar o passado, o que há a dizer é que a actual administração política do Poder (predominantemente atenta ao factor económico) não tem interesse (e resta saber se teria capacidade) pela cultura, nomeadamente pela actividade literária. Não se interessa pelas condições em que se processa a actividade literária, a começar pelas condições de vida e de trabalho dos escritores.

As consequências da política dos últimos executivos estão à vista: editoras em risco de encerrarem a actividade; escritores no desamparo, socialmente isolados, num gueto, impossibilitados (salvo as excepções de que o sistema precisa) de se «profissionalizarem», quer dizer, de fazerem o seu trabalho a sério, com a detenção, a permanência, a atenção, o cuidado que deveriam impor-se. E os leitores à mercê de tudo isto, podendo ler apenas aquilo que o sistema consente que se leia. Porque já houve, p. ex., a solução da edição de autor, mas está caindo em desuso: os custos de produção sobem vertiginosamente.

Desapareceram os suplementos literários e os jornais, que poderiam, p. ex., chamar os escritores às suas páginas, nem sequer lhes noticiam os livros de que recebem os dois exemplares da ordem. Para as grandes editoras, o que conta são os nomes garantidos e a margem de risco para desconhecidos é praticamente inexistente, salvo em casos de compadrio protector. As pequenas editoras fazem o que podem e não é grande coisa, por melhores que sejam as intenções. Revistas, há uma, de dois em dois meses, especializada. Jornais – há quem tenha saudades de um semanário que se publicava aqui há vinte anos. Às vezes há quem lance um título, crie um espaço, um lugar onde se possa conviver, publicar coisas miúdas: uns versos, umas prosas, um estudo. A breve trecho as dificuldades tornam-se insolúveis. A Televisão, de vez em quando, mostra um escritor a três milhões de portugueses: o alcance disto ainda está por avaliar. Na Rádio haverá um pouco mais de atenção por estas coisas, mas não chega para alimentar ilusões. Há os prémios, mas são sempre aleatórios. De qualquer modo, um incentivo, principalmente para os mais novos que já não têm hoje os suplementos «juvenis» onde começaram a publicar.

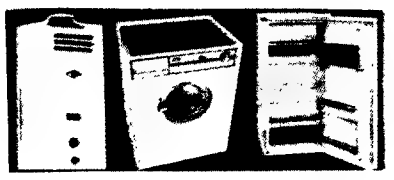
A propósito de novos. Com a integração euroeconómica de Portugal, as perspectivas serão ainda mais sombrias. Qualquer dia nem a «stencil» e policopiador se pode publicar. Entretanto e por menos que se pense nisto com profundeza, extensão, e principalmente consequência, um país precisa de escritores. Novos, designadamente. De um país sem escritores novos bem se pode dizer que é um país sem futuro.

Luís de Miranda Rocha

SENSACIONAIS DESCONTOS

Agora também com abastecimento de gás até às 21h do próprio dia

Na nossa gama de electrodomésticos, facilitamos o pagamento até 18 meses. Pagamento até 3 meses sem encargos.



Shell butagaz

"CLAVE"

COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DE ALHOS VEDROS, LDA.

AGENTES: BUTAGAZ • PROPAGAZ • CAMPING-GAZ

PRAÇETA DA BELA ROSA, 6 • AV. DA BELA ROSA, 10

TELEFONE 204 02 22 • 2860 ALHOS VEDROS

Cultura e espectáculos

As artes plásticas e o 25 de Abril

José-Augusto França

As artes plásticas desde o 25 de Abril dizem mais do que elas próprias, como sempre. Dizem do resto da cultura e do resto do País que as tem ou merece (e como), e que lhes dá razões, delas recebendo também (e ainda antes) uma maior razão de ser. Falo do país moral e falo igualmente do país legal (ou oficial ou político) porque ambos constituem o real, quando o há, ou pode haver, numa história sempre difícil de viver.

A melhor maneira de saber se uma lei é certa é apreciar o seu resultado estético, dizia o Almada, cheio de razão – mas não tendo provavelmente conhecido qualquer legislador... Depois do 25 de Abril não mudaram as coisas neste aspecto, e convém estarmos atentos às artes para entender o que nos outros domínios sucede ou não sucede – também (embora não só) por causa das artes.

Seis anos é pouco tempo na vida duma cultura mas, tendo esses anos partido em convulsão, o processo e o respectivo ritmo sofreram óbvio acelera-

mento, de tal maneira que será já possível apreciar significativamente feitos e resultados.

... Deixemo-nos disso, porém, com nomes e datas, e perguntemos apenas, nestas 50 linhas encomendadas, porque é que, em liberdade, não se desenvolveu a vida artística desejada antes, e tão esprançada?

Ao nível individual, uma melhor consciência do estar em Portugal, sem a condicionante obrigação de se opor a um governo policial desaparecido – que deu? Ou não deu?

Ao nível colectivo, que iniciativas antes impedidas foram tomadas? Ou, afinal, não foram?

Ao nível oficial, de administração ou de legislação, que nova atenção foi prestada às artes, à sua inserção social, à criação, enfim? Ou não foi, afinal?

Porque é assim? Herança do passado recente e não recente, em gerações sucessivas de ignorância e desprezo? Regeneração impossível dum frágil tecido doente? Conjuntura ultrapassável (como uma vez ou outra acontece) ou estrutura fatal? Pessoalização de agentes ocasionais e substituíveis, ou, na medida de tantas ingerências já verificadas, situação genérica de difícil cura?

Pergunte-se também a razão que assiste a estas perguntas e à sua inquietação, para além da experiência do perguntador. Serão elas (ao menos) úteis? Haverá quem lhes saiba responder, para além de ociosas polémicas – ou de más consciências políticas?

Porque a razão inicial é, sem espécie de dúvida, a insconsciente ou propositada falta de uma política artística (num quadro cultural mais vasto, de que aqui não quero falar), que, desde o princípio, e ao meio, e ao fim, destes seis anos passados, entenda esta simples e imparcial coisa de facilitar e fornecer ao povo português que os paga, os instrumentos adequados de educação e de criação.

... E eu não quero ter de pensar que, neste ano camoniano, «Os Lusíadas de prata fina» que agora mesmo se anunciam sejam conclusão necessária e suficiente de seis anos de vida artístico-democrática

Quando um "grande amor" tem limites...

Todas as actividades artísticas que implicassem um trabalho colectivo (como, por exemplo, o teatro, o cinema, a canção) acusaram a partir do 25 de Abril uma **presença** notável.

Porque mais viável, porque mais dentro da economia que nos era possível, a canção, sobretudo, a música ligeira, enfim, surgiu nos microfones da Rádio, no «écran» da TV, no acetado dos discos com uma quantidade e qualidade que, nos ouvintes, criou o chamado «embaraço da escolha»...

Pois bem: depois de tantas canções que disseram da nova realidade, que deram o nosso povo do Norte ao Sul do País, com vinhas, espigas, searas, crianças a brincar, cooperativas a funcionar, liberdades conquistadas, jornadas de luta, greves por tabelas salariais justas, prisioneiros políticos libertados, etc., etc. – eis que, este ano, forças de guerra-fria e da desestabilização interna, enviam ao Festival da Eurovisão, depois de tocados os mecanismos necessários, uma canção em tudo contrária ao espírito do 25 de Abril. Não só ignorava a nova terra que somos todos, como também menosprezava os esforços tendentes ao desanuviamento mundial.

«Desta vez é que vamos ficar em primeiro lugar...» – diziam, convictos, os que pensam (se é que pensam...) que os insultos para consumo interno têm cabimento no exterior.

«Olhem que não – volvidos outros mais avisados. – Nas democracias devidamente consolidadas, por muitas divergências que existam, determinadas atitudes não pegam...»

«Veremos!»

«Veremos, pois...»

E viu-se: exigindo Cid para o seu «grande, grande amor» a total ausência de fronteiras, a eliminação de todos os obstáculos, a demolição inclusive do «muro de Berlim» (aqui, como é óbvio, apostava o cançonetista na «simpatia» de certos países...), aconteceu que a Áustria, com fronteiras com a República Federal Alemã, lhe deu... zero votos; a própria RFA, ficou-se por um voto; a Grã-Bretanha (com Margareth Tatcher no poder), não ultrapassou também um voto; etc. Até Marrocos, fora da Europa, se coibiu de votar.

Em sétimo lugar, Cid teve mesmo de se conformar com a realidade de uma Europa que, embora com divergências, conserva, no entanto, o respeito pelas regras mínimas de convivência, de urbanismo, de «politesse». Uma lição, pois, a tirar para estas aventuras do Eurofestival: o amor, por muito grande que seja, tem de respeitar os outros povos. E isso só se consegue com instrução, cultura – e diálogo.

25 DE ABRIL SEMPRE

Neste 25 de Abril, seis anos depois da grande revolução libertadora, num momento em que as forças do passado representadas pelo Governo 'AD' e pelas forças reaccionárias que o apoiam pretendem a todo o preço restaurar o poder dos monopólios e destruir as instituições democráticas consagradas na Constituição da República, o SECRETARIADO DA UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA saúda os gloriosos militares de Abril que na madrugada de 25 arrancaram com o povo para a vitoriosa revolução dos cravos.

Saúda igualmente todos os trabalhadores — jovens, mulheres e reformados, todos aqueles que amam a Paz, a liberdade e a democracia exortando-os a permanecerem vigilantes e unidos, cada vez mais unidos, na defesa dos ideais de Abril, pela construção de uma Pátria nova, mais justa e mais fraterna.

Ao participarem massiva e activamente nas manifestações festivas com que as forças do progresso e da paz comemoram esta data histórica, os trabalhadores e a população do distrito demonstram de forma exemplar a sua vontade de prosseguir Abril.

FASCISMO NUNCA MAIS

1º MAIO jornada de unidade e luta

No 1.º de Maio os trabalhadores e as massas populares manifestarão o seu repúdio pela política do Governo Carneiro/Amaral e demonstrarão a sua vontade de prosseguir Abril.

Para que isto aconteça seremos muitos milhares, num caudal vigoroso que transbordará de leito, a manifestarmos a nossa força, a nossa firmeza, a nossa vontade de vencer e UNIDOS VENCEREMOS.

JUNTOS FAREMOS COM QUE ESTE MAIO DOS TRABALHADORES, seja O MAIOR DOS MAIOS.

— PARA QUE EM MAIO FLORESÇAM OS CRAVOS DA LIBERDADE!
— TODOS À CONCENTRAÇÃO NO MARTIM MONIZ ÀS 14.30 HORAS COM DESFILE PARA A ALAMEDA D. AFONSO HENRIQUES

— PELA DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO!
— PELA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E DAS NACIONALIZAÇÕES!
— CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!
— CONTRA A REPRESSÃO, A VIOLÊNCIA E OS DESPEDIMENTOS!
— PELA DEFESA DA LIBERDADE DE INFORMAÇÃO!
— PELA DEFESA DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA!
— GOVERNO SÁ CARNEIRO PARA A RUA!

UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA

Hoje

Claude Nougaro apresenta esta noite na RTP-1 um programa de variedades

RTP-1

10.55 **Transmissão directa da Praça do Império** em Lisboa das cerimónias comemorativas do 6.º aniversário do 25 de Abril
15.00 **Início da programação** com a transmissão directa da Assembleia da República da sessão plenária comemorativa do 6.º aniversário do 25 de Abril
17.30 **Arte e Manhas** – o tio João
18.00 **Atletismo** – transmissão directa do Estádio José Alvalade, das provas de atletismo entre o Benfica e o Sporting
19.30 **País, País.**
20.00 **Telejornal – (C)**
20.50 **Dancin'Days – (C)** – apresentação do episódio n.º 137 da telenovela brasileira, realizada pela Central Globo de Produção
21.35 **O Tempo** – informação meteorológica
21.40 **O Homem verde – (C)** – 3.º episódio desta série. David Bellamy apresenta-nos mais alguns aspectos característicos da natureza.
22.10 **40 – 60 – (C)** – um programa de informação.
22.55 **Claude Nougaro – (C)** – programa de variedades com este conhecido artista francês e que conta ainda com a participação de: Robert Charlebois, Michel Jonasz, Georges Brassens, Marie-Paule Belle, Gilbert Lafaille, David Mac Neel e Lavelle.
23.55 **24 Horas – (C)**

RTP-2

20.30 **História do cinema alemão «filmes culturais e de curtametragem. Desde o animatógrafo ao moderno «Drive-in»**
21.30 **Informação/2 – (C)**
22.00 **Fotografia histórica** – Intérpretes Principais: Jean Claude Carrière, Vania Viters, Bernard Lecok, Daniele Ayme e Ginette Matthieu. Realizador: Edmond Sechan.

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!
DESTAQUES
RTP-1
Claude Nougaro
(22.55)
RTP-2
Cinema «Fotografia histórica»
(22.00)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA telef. 2112071

Amanhã

RTP-1

12.00: Ensino básico; 12.30: Roteiro dos teatros; 13.00: 1.ª Série Internacional de concertos; 14.00: Sumário; 14.05: Vivamos; 14.30: Tropicália; 15.00: O Povo e a música; 15.30: Lúculus e Brocolos (C); 16.00: Uma casa na Pradaria (C); 17.00: O Corpo Humano (C); 17.30: Animação (C); 18.00: Quadrados e quadradinhos; 19.00: Bancada de Topo (C); 20.00: Telejornal (C); 20.35: From Space (C); 21.30: Futebol Sporting- Rio Ave em directo; 23.15: Discórdia, filme de grande metragem.

RTP-2

14.00: Ano Propedêutico; 20.22: Futebol mundial; 21.30: Tal e qual; N. B. – Os programas que têm a indicação (C) são emitidos a cor

GRUPO DE CAMPOLIDE • ACADEMIA ALMADENSE
HOJE
ESPECTÁCULO MUSICAL
«25 DE ABRIL»

O arquivo das palavras

Mário Castrim

Maio de 74: a alegria

«Não sei se está lembrado de um colóquio que realizou, há tempos, numa colectividade em Alhos Vedros. Dado que leio desde o primeiro dia as suas críticas, e embora morando longe, não quis perder a oportunidade de o conhecer. E lá estive. É natural que não se lembre de mim, mas fui eu aquela mulher que lhe disse que jamais um televisor entraria em minha casa, pois o considerava uma arma perigosa de deseducação, e você respondeu-me que não achava bem, pois os meus filhos iriam ver a televisão a casa da vizinha, portanto longe da minha vigilância, o que era mais negativo. Embora eu e o meu marido concordássemos, mesmo assim a nossa repugnância era tanta que nunca cedemos.»

«Pois bem, esta carta é apenas para lhe dizer que compramos ontem o nosso televisor, ou seja, só ontem é que o recebemos, pois eles têm estado esgotados. Disseram-me que nunca venderam tantos aparelhos como nestes últimos dias.»

«Ultimamente tenho vivido, eu e a minha família, presos ao televisor... da minha vizinha. Não me envergonho de dizer que muitas vezes tenho chorado de emoção, ao ver imagens e ouvir palavras que já não esperava que fossem para a minha vida, embora tivesse a certeza que fossem para a vida dos meus queridos filhos. Mas como somos muitos a chorar de alegria, não me importo de o confessar.»

«Você tinha razão quando disse naquele colóquio que a televisão quando pertencesse ao povo havia de ser a coisa mais bela do mundo. É verdade. Ainda tem muitas deficiências, mas a gente nem repara. A vida entrou na televisão...»

Maria Adélia Ferreirinha (Almada, 19 de Maio de 1974)

Abril de 80: o nojo

«Estou agoniado. Acabo de assistir a mais um «folhetim do gás», com aquelas reportagens tendenciosas e com a presença mais uma vez do ministro, a desbobinar palavriado e rancor contra os trabalhadores. Até disseram, veja lá, que o salário médio de um trabalhador da Petrogal é de 33 contos mensais, o que é redondamente falso, isto é enganar as pessoas, para as pôr contra os trabalhadores.

«Uma vergonha. Primeiro, foi o folhetim do Afeganistão, sem nunca dizerem a verdade. Depois foi o folhetim dos Jogos Olímpicos, mostrando sempre as coisas pelo lado dos americanos. Agora é o folhetim do gás, sem nunca entrevistarem os trabalhadores, dão sempre o ponto de vista do Governo. Então isto é que é informação? Então foi para isto que se fez o 25 de Abril? A gente vê mais vezes na televisão o presidente dos americanos do que o dos portugueses.

O telejornal deixa-me sempre numa pilha de nervos. Tenho um amigo que sofre do coração e a quem o médico já proibiu de ver o telejornal.

«Você não tem culpa nenhuma, mas diga-me lá se é para isto que uma pessoa compra um televisor, com tantos sacrifícios, e paga uma taxa tão elevada. Quer dizer, depois do 25 de Abril uma pessoa paga a taxa para manter uma televisão que está contra o 25 de Abril.. Às vezes dão-me ganas de partir o aparelho. Mas depois acho que o melhor é partirmos o Governo AD...»

Carlos Alberto de J. Mendes (Olivais, 20 de Abril de 1980).

TV SUL
DE LOURENÇO SOEIRO
REPARAÇÕES AO DOMICÍLIO DE TODAS AS MARCAS ATÉ ÀS 24 HORAS NAS CIDADES DE:
ALMADA E SETÚBAL
E NOS CONCELHOS DO:
BARREIRO. SETÚBAL. PALMELA
SESIMBRA. ALCOCHETE. MOITA.
MONTIJO
AV. MARGINAL SILVA GOMES, 8 — AMORA
2215893, 2211142, 2215334

CUBA
VIAGENS DE TURISMO COM VISITAS SOCIAIS
partidas a 05/6 e 26/12
(Comemorações do 22º Aniv. da Revolução Cubana)
HAVANA, GUAMÁ e CIENFUEGOS
tudo incluido
Informações e inscrições das 13 às 19h na
ASSOC. AMIZADE PORTUGAL - CUBA
R. Rodrigo Fonseca, 107 r/c Lx - Telef. 657385
ORGANIZAÇÃO DA

FOTOCÓPIAS
DESDE $60
Encadernações, plastificações e trabalhos em offset
Discoteca Filinto
Av. 5 de Outubro, 53-A
Telefone 535040

TEMAS ACTUAIS

UM NOVO SUPLEMENTO DO JORNAL «VOZ DO POVO»

NO 1º NÚMERO

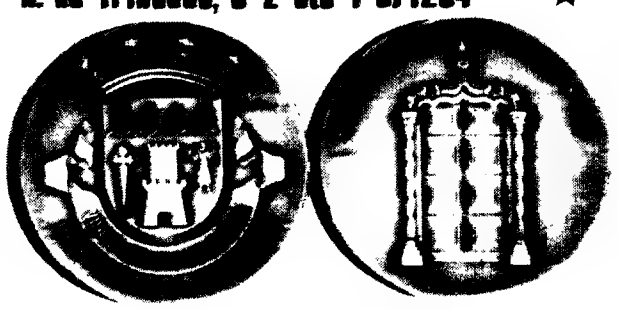
Entrevista exclusiva com Samir Amin

O marxismo em mesa redonda

Augusto Mateus, Ramiro da Costa, Saldanha Sanches e Salgado Matos debatem problemas centrais do pensamento revolucionário

À VENDA A PARTIR DE 5ª FEIRA — 24 DE ABRIL

atelier BELO MARQUES
R. da Trindade, 5-2º dto T-371254 ★ 1200 LISBOA



MEDALHAS DE CÂMARAS MUNICIPAIS

LUSOMUNDO

NOS SEUS TEMPOS LIVRES ESCOLHA O MELHOR!

JON VOIGHT
FAYE DUNAWAY
RICKY SCHRODER
GLOBO DE OURO 1980

O CAMPEÃO
"THE CHAMP"

UM FILME DE FRANCO ZEFFIRELLI

2000 - Algés MUNDIAL

Dois homens e uma mulher.
Três solitários jogando tudo numa partida em que nenhum pode perder.

RYAN O'NEAL
BRUCE DERN
ISABELLE ADJANI
- DRIVER -

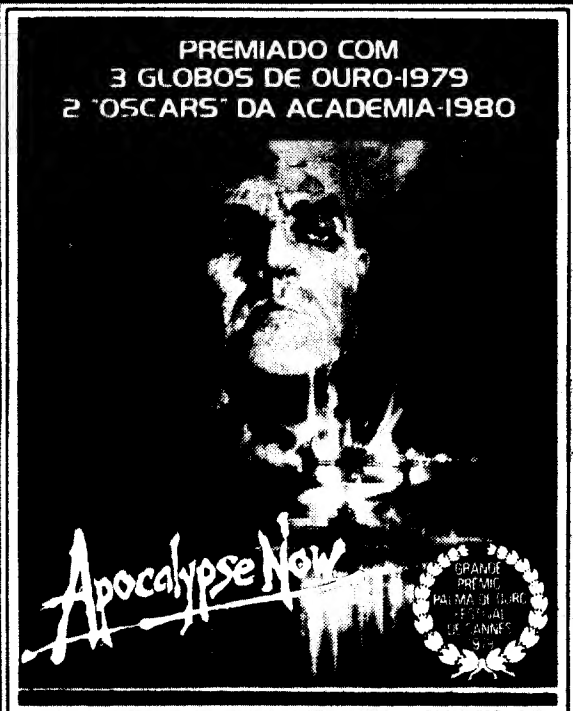
O PROFISSIONAL

um filme de
WALTER HILL
Realizador de "OS SELVAGENS DA NOITE"

Produtor Associado FRANK MARSHALL Produção de LAWRENCE GORDON
Música de MICHAEL SMALL Argumento e Realização de WALTER HILL Technicolor
EMI Films Limited EMI Copyright © 1978

EDEN estúdio 444 TIVOLI

PREMIADO COM
3 GLOBOS DE OURO-1979
2 "OSCARS" DA ACADEMIA-1980

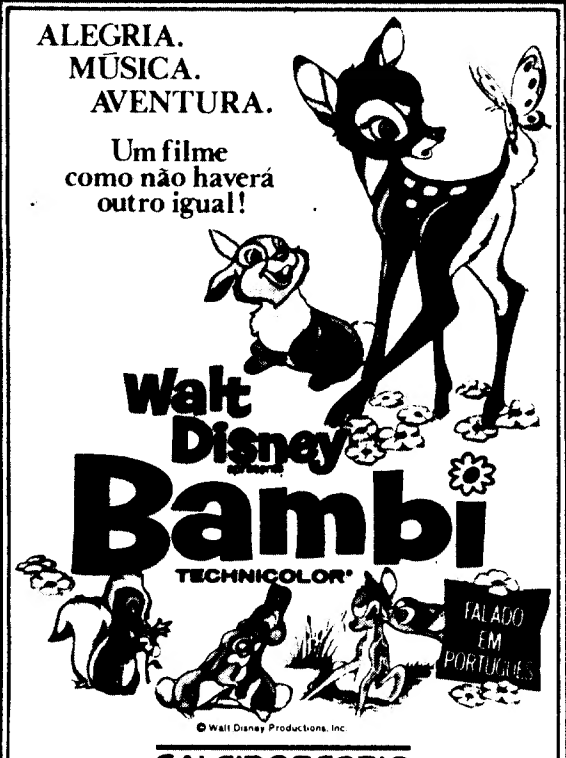


MARLON BRANDO ROBERT DUVALL MARTIN SHEEN em APOCALYPSE NOW
Produção e Realização de FRANCIS COPPOLA

APOLO 70 MONUMENTAL

ALEGRIA.
MÚSICA.
AVENTURA.

Um filme como não haverá outro igual!



CALEIDOSCOPIO

---

com **BUD SPENCER**

todos comem pela medida grande!

O XERIFE QUEBRA OSSOS

...porrada até fartar!

com
RAIMUND HARMSTORF · CARY GUFFEY
um filme de MICHELE LUPO · Colorido

BERNA

O$ BANQUEIRO$

SILVER BEARS

Grana quente...
Cabeça fria...
Ganham os duros!

com
MICHAEL CAINE · CYBILL SHEPHERD
LOUIS JOURDAN · STEPHANE AUDRAN
DAVID WARNER · TOM SMOTHERS
MARTIN BALSAM

Produção de ARLENE SELLERS e ALEX WINITSKY Colorido
Realização de IVAN PASSER
EMI Films Limited

ROMA

Nunca nenhum homem inspirou tanta fé e tanta histeria.

Nunca nenhum homem deixou tamanho rasto de morte e destruição.

— J. C. FEST —

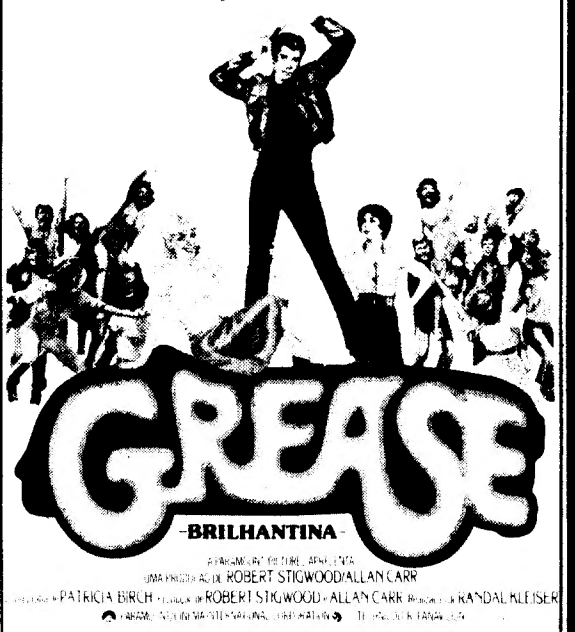
Hitler

UMA CARREIRA

Werner Rieb apresenta **"Hitler - A Career"**
Baseado no best-seller de Joachim C. Fest
um filme de Christian Herrendoerfer

CINEBLOCO

John Travolta / Olivia Newton-John



UMA PRODUÇÃO ROBERT STIGWOOD/ALLAN CARR
PATRICIA BIRCH ROBERT STIGWOOD · ALLAN CARR RANDAL KLEISER

PARIS

Continuação da pág. 3

frase de Raul Proença. Nas malhas da mitologia restauracionista não nos deixemos enlear. Falando de República, alguns pensam o **contrário.** Falando de Democracia, alguns pensam o **contrário.** Falando da Revolução, alguns pensam na «Ordem». Falando da Constituição, alguns pensam na revisão que a mutile e desfigure. E é no **contrário** das liberdades em Abril reconquistadas que pensam já os teorizadores do «Estado forte». E no pensamento de alguns servidores dos interesses restaurados, as Forças Armadas são já a «guarda pretoriana» do «poder de classe» numa ordem democrática que se pretende esvaziar da riqueza, da autenticidade, da força participada que fora criada em 25 de Abril, pelo 25 de Abril.

As comemorações do 25 de Abril, neste ano de 1980, andado que foi um longo caminho, adquirida que foi uma experiência histórica, terão que ter dois pontos de referência: a **acção militar** dos Capitães de Abril e a **Constituição da República**, pacto social progressista, que registou a vontade de avanço sociopolítico do povo português e consagrou, na sua qualidade de Lei Fundamental da República, as liberdades reconquistadas e as liberdades novamente criadas que ao **Estado democrático** incumbe defender.

Comemorar o 25 de Abril, neste ano de 1980, é defender a Constituição. É defender a «carta das liberdades» e o projecto de transformação da sociedade portuguesa. É afirmar que nesta terra libertada não mais haverá lugar para o **fascismo** – esse crime contra a Liberdade, essa violência contra o cidadão, essa afronta à dignidade da **pessoa humana.**

5

O monopólio do Poder servidor do «poder dos monopólios», o «poder de classe» de que o «partido único» era a fachada e a «polícia política» a arma mais poderosa, traduziu-se numa longa opressão, cívica, violenta e terrorista. O regime tirânico de Oliveira Salazar não hesitou perante a prática de crimes. Perseguiu, prendeu, desterrou, deportou, sem processo e sem julgamento, manteve nos cárceres cidadãos após o cumprimento das penas, torturou, assassinou. Civis e militares foram vítimas da PIDE, foram vítimas da tirania, do tirano. Basta recordar a resposta mandada dar pelo presidente do Conselho Marcelo Caetano aos advogados espanhóis, a propósito do crime de morte de que foram vítimas o general Humberto Delgado e a cidadã brasileira Arajaryr Moreira de Campos, para podermos afirmar que o **sucessor** foi, quanto ao crime, um encobridor da verdade, um conivente.

Da repressão fascista, friamente perpetrada, pelo **Chefe** pessoalmente controlada, e que não hesitou em ser brutal e sangrenta, uma palavra, um topónimo, tornou-se o símbolo: TARRAFAL.

Muitos portugueses tombaram no «Campo da Morte Lenta». Os que regressaram vieram marcados pelo sofrimento. No Tarrafal penaram também o crime de serem homens livres, cidadãos de outras nações, europeus, africanos, brancos, negros, mulatos. Todos irmãos no amor à Liberdade. Da tirania fascista o Tarrafal é um símbolo. E louvem-se ao Presidente da República, quando há dias, no decurso de uma visita oficial de Estado à jovem República de Cabo Verde, entendeu ir ao Tarrafal, as palavras que disse: «...**o Tarrafal é o produto de um regime que morreu**. É por essa razão, historicamente, um facto morto; historicamente, um acidente relativamente ao qual é necessário estar atento... que merece profunda reflexão, na medida em que atenta contra tudo aquilo que constitui a matriz cultural do povo português.»

Soube o general Ramalho Eanes, prestigiando o significado da sua visita àquele lugar onde estiveram presos democratas portugueses e nacionalistas africanos, dizer as palavras que correspondem ao discurso antifascista e anticolonialista da Revolução do 25 de Abril. Ali, na terra africana que o regime salazarista, imitando os campos hitlerianos de extermínio, converteu em símbolo da tirania, da perseguição e da afronta à liberdade e à dignidade do Homem, deu início Ramalho Eanes, com o 25 de Abril se identificando, assumindo a sua mensagem libertadora, às comemorações da Revolução de Abril.

O Tarrafal é o símbolo do passado de violência e de opressão a que não queremos regressar.

O 25 de Abril é o ponto de partida para o Portugal da Liberdade e da Democracia, da Paz, da Fraternidade, da Justiça Social.

O sal da terra

Jerónimo Jacinto, ferido a tiro ela GNR, em Agosto passado...

Continuação da pág. 12

Passei 120 dias numa cama e 100 com gesso até à cintura.»

Os vestígios da agressão, a tiro, sofrida por Jerónimo Jacinto, em 8 de Agosto do ano passado ainda hoje se notam. Por muito que viva o jovem não esquece aquela quarta-feira trágica em que as balas «sibilavam e brilhavam» como num campo de guerra.

«Deram-nos cinco minutos para abandonarmos a herdade. Depois agiram à bruta. Estive caído no chão mais de uma hora: com o pé quase na cintura e com dores de enlouquecer. A responsabilidade cabe ao cabo Gomes de Cabrela e aos capitães Faria e Jerónimo Santos, contra quem corre um processo na comarca de Montemor.»

Jerónimo Jacinto ainda hoje anda apoiado numa muleta metálica, tendo vindo a recuperar muito lentamente a normalidade. Foi talvez atingido por acaso. Só que a agressão, à bastonada na cabeça, peito e costas foi intencional, disso não há dúvida. Embora com pouca idade (nasceu a 1 de Janeiro de 1960) a sua história, parte dela vivida com intensidade, a partir do 25 de Abril, está marcada pela repressão cega.

Regava tomate

Quando aconteceu o 25 de Abril, Jerónimo Jacinto, então com 14 anos, regava tomate, por conta de um agrário. Tinha começado a trabalhar aos 13 anos. Estudos? Eram apenas sonhos de criança pobre. Os pais, ambos assalariados agrícolas, não podiam pagar-lhe tal «luxo». A Reforma Agrária, para ele, tinha um significado incompreensível. Mas associou-se à alegria dos mais velhos porque os via contentes, com a mudança.

«Como os homens estavam satisfeitos pensei que a Reforma Agrária fosse a reforma para os velhos, cansados de trabalhar. Lembro-me do Álvaro Cunhal, à sua chegada, ter falado de Reforma Agrária... Mais tarde filiei-me no Sindicato e comecei a perceber tudo. Arranjei trabalho na cooperativa e aqui estou.»

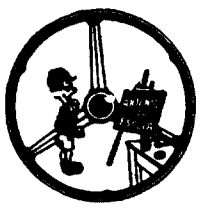
Jerónimo Jacinto, um jovem, critica uma certa juventude que «não reconhece o esforço dos pais e se deixa arrastar pelos filhos dos ricos para posições reaccionárias, para a droga, para o vazio...»

O 25 de Abril trouxe à juventude, aos filhos de trabalhadores, possibilidades de estudo. Alguns, porém, sentem-se atraídos por autocolantes da Coca-cola, do Malboro. Ou pelo espectáculo da AD. Isto, talvez, porque não tivessem regado tomate, aos onze anos.

Jerónimo Jacinto entende a situação. Ele: com vinte anos, casado, pai de um filho, operário agrícola, com uma bala alojada no fémur, numa quarta-feira de Agosto.

E apesar de tudo não desistiu do 25 de Abril.

Lourdes Féria
Fotos de Rui Pacheco



Telefs. 82 28 94 - 82 18 26

ESCOLA DE CONDUÇÃO
ANTÓNIO DA ESCOLA, LDA.
ENSINO DE CONDUÇÃO
AUTOMÓVEIS LIGEIROS, PESADOS E MOTOS AMADOR E PROFISSIONAL
AULAS DIÁRIAS DE MECÂNICA E CÓDIGO
TRATA DE TODOS OS DOCUMENTOS PARA CONDUTORES E VEÍCULOS

Sede: Praça Olegário Mariano, 6 - 2.º
(À RUA PASCOAL DE MELO) 1100 LISBOA

MEMÓRIAS DE CINEMA

Prossegue hoje no Quarteto o ciclo «Memórias do Cinema» com as seguintes sessões duplas, a partir das 23.40.

Sala 1 – A Testemunha Invisível
Real. Bob Clark
Harry o Implacável
Real.: James Fargo

Sala 2 – Girl Friends – Real. Claudia Weiil
A Testemunha Invisível – Real. Bob Clark

Sala 3 – Harry, o Implacável – Real. James Fargo
Laços Eternos – Real. Andre Delvaux

Sala 4 – Segunda Dimensão – Real. Rainer W. Fassbinder.
Girl Friends – Real. Claudia Weill

COMEMORAÇÕES 35.º ANIVERSÁRIO DA VITÓRIA

Teatro Vasco Santana, dia 9 de Maio das 15 às 24 horas.

Das 15 às 18,30 — Passagem de Filmes.

Das 18.30 às 20.30 — Mesa Redonda — subordinada ao tema «Origem e Queda do Fascismo».

21,30-22.30 — A sessão Solene

Das 22.30 às 24 horas — sessão Cultural sobre a Resistência.

Assoc. Portugal -Bulgária
Assoc. Portugal-Cuba
Assoc. Portugal-Checoslováquia
Assoc. Portugal-R.D.A.
Assoc. Portugal-URSS

GALERIA NACIONAL
DE ARTE MODERNA

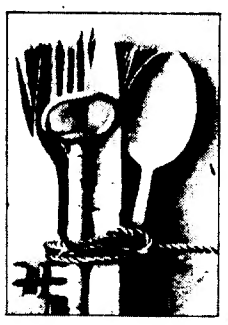
Cinema em Belém

SANGRE FRIO
EM ÁGUA QUENTE

DE
STUART ROSENBERG

NÃO ACONSELHÁVEL MENORES DE 18 ANOS

SÁBADO, 26 E DOMINGO, 27
DE ABRIL
ÀS 15.30 E 18 HORAS
ENTRADA LIVRE
AV. BRASÍLIA — BELÉM
(JUNTO AO MERCADO DO POVO)
DIRECÇÃO-GERAL DA ACÇÃO CULTURAL



Sindicato
dos Trabalhadores
na Hotelaria, Turismo,
Restaurantes
e Similares do Sul

25 DE ABRIL
DIA DA LIBERDADE

Na madrugada do dia 25 DE ABRIL de 1974, o Movimento das Forças Armadas restituía ao Povo Português as Liberdades que lhe foram cerceadas durante 48 anos pela terrível ditadura fascista de Salazar e Caetano.

Passados seis anos sobre esta data, a minoria de Direita que está no Poder — o Governo reaccionário da AD —, pretende retirar as nossas conquistas, tomando medidas que vão no sentido de acabar com as Comemorações do 25 DE ABRIL, e retirar da memória e do sentimento Populares esta data gloriosa de Libertação, para em seguida pôr em prática medidas que visam a liquidação do Regime Democrático.

Por isso, todos os Trabalhadores devem unir-se, organizar-se para a luta na trincheira de ABRIL.

LIBERDADE, PAZ E O PROGRESSO SOCIAL.

A DIRECÇÃO

Carlos Carvalhas ao "DL"

Continuação da pág. 9

trangeiros, Carlos Carvalhas não quis deixar de se pronunciar sobre a política externa do Governo AD.

Afirmou:

«Já afirmámos directamente e de viva voz a Freitas do Amaral, na Comissão, que a política externa deste Governo é uma política reaccionária, provinciana e contrária aos interesses de Portugal. É uma política de miserável vassalagem aos EUA, indigna do Portugal de Abril. As acções que tem tomado, nomeadamente em relação aos novos países africanos e aos países socialistas e, recentemente, em relação ao Irão, nada ficam a dever às do antigamente (ao estilo de Rui Patrício/Franco Nogueira). Estão à medida deste governo e do primeiro-ministro, que já por mais de uma vez disse ser um adversário do desanuviamento (um falcãozito da Península Ibérica...), como ainda agora aconteceu no Conselho da Europa.»

E, a propósito, Carvalhas falou muito rapidamente do papel de Sá Carneiro em Estrasburgo:

«O que é que ele lá foi fazer? Claro: propaganda pessoal e do seu Governo, para uso interno e externo. Não quis ficar atrás de Freitas do Amaral, que já lá foi também prestar provas do seu reaccionarismo...»

O 25 de Abril triunfará

Nesta longa conversa com o deputado comunista falamos ainda de Soares Carneiro, o candidato presidencial da AD, e das divergências que parecem existir na aliança. Carlos Carvalhas, admitindo embora a existência de divergências, é de opinião que aquilo que, no fundo, existe, é um «folhetim», com vista a «tornar conhecido um nome desconhecido do grande público».

«Ao procurar criar «suspense» com as divergências» – comentou ainda – «o que a direita pretende é, através dos órgãos de informação manipulados, iniciar a campanha do seu candidato...»

Por fim, a pergunta sacramental: como sair da situação actual?

Carlos Carvalhas não hesitou. Tem confiança no futuro:

«Não vamos ficar no meio da ponte. Mais cedo ou mais tarde, a situação decidir-se-á e há razões para pensarmos que se decidirá em favor das forças democráticas, das forças do progresso, da paz e do socialismo.

«À ofensiva global deste governo há que contrapor uma luta global e trabalhar para derrotar este governo nas próximas eleições. A luta continuará até se atirar o governo de Sá Carneiro para a rua, até repor a legalidade democrática, os direitos dos trabalhadores, até se constituir um governo democrático.

«E o 25 de Abril triunfará!»

Entrevista de Ribeiro Cardoso

farmácias

Lisboa

HOJE

PERMANENTE

EUSIL – R. Barão Sabrosa, 104 (Tel. 841912); **ROMA** – Av. Roma, 85-B (Tel. 772466); **LABOR** – R. Diário de Notícias, 73-83 (Tel. 323428); **LISBOA** – R. Cláudio Nunes, 73-A (Tel. 703393); **LUPI NOGUEIRA** – R. José Dias Coelho, 4 (Tel. 631635); **SM-PARCIAL** – R. General Taborda, 28-30 (680931); **UNIVERSAL** – R. Actor Taborda, 5-7 (Tel. 44158); **RIBEIRO & CASTRO** – R. Braamcamp, 52-C (Tel. 43409); TAVARES – Rk. da Palma, 194 (Tel. 863350); **HIGIENE** – R. Cidade V. Cabral, Lt. 43 (Tel. 310026); **CABRITA** – Prq. Res. Miraflores, Lote 12 (Tel. 2101486); **MONSERRATE** – R. Guil. Gomes Fernandes, 31-A (Tel. 911139); **LEITÃO RIBEIRO** – R. A do Falcão, 3-A.

AMANHÃ

PERMANENTE

TELES – R. João de Barros, 2, frente (Tel. 536176); **ZIL** – Av. da Igreja, 9-D (Tel. 891780); **CINILDA** – Av. João XXI, 13-A (Tel. 886846); **AZEVEDO JR.** & **VEIGA** – R. Misericórdia, 24 (Tel. 323549); **SIMÕES** – C. Tojal, 102-A (Tel. 748649); **ZEMA** – R. Gen. Justiniano Padrel, 2 (Tel. 832580); **OURIQUE** – R. Freitas Gazul, 32-B (Tel. 674967); **CENTRAL DE CAMPOLIDE** – R. General Taborda, 17 (Tel. 680304); **ZIRA** – P. das Casas Novas, Lt. 86 (Tel. 311216); **ESTEFÂNIA** – R. Pascoal de Melo, 90 (Tel. 44438); **CENTRAL DO LUMIAR** – Alm. Linhas Torres, 254-B (Tel. 790480); **MARLISZ** – C. da Pichelaria, 140-B-C (Tel. 890703); **DIAS & SARAIVA** – R. Major Afonso Pala, 19 (Tel. 2114487); **CORREIA** – Est. Principal, Lote 172 (Tel. 983148); **LEITÃO** – R. Guil. Gomes Fernandes, 62 (Tel. 910051).

Linha de Cascais

CARCAVELOS – **Vilar** – Até às 24 e das 0 às 9 horas; **OEIRAS** – **Godinho** – VR. Cândido dos Reis, 98 (Tel. 2430090). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAREDE** – **Alair** – Av. Gago Coutinho, B.º Caixas de Previdência (Tel. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **CASCAIS** – **Cardeiro** – Av Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Linha de Sintra

AMADORA – **Igreja** – P. da Igreja, 22-A (Tel. 837740). Permanente; **Flama** – R. Elias Garcia, 78-B (Tel. 932485). Até às 22 horas; **DAMAIA** – **Lemos** – R. de Goa, 21-A (Tel. 971121). Até às 22 horas; **QUELUZ** – **Sorra & Pinto** – Av. D. António C. Sá, 50-GE (Tel. 957619); **CAMARATE** – **Nevada Charraca** – R. Cid. Lisboa, 94 (Tel. 2518726); **CACÉM** – **Rodrigues Garcia** – Av. dos Bons Amigos, Lote 5-D; **MEM MARTINS** – **Miranda Garcia** – Est. Mem Martins, 173-B (Tel. 2914103). Até às 24 horas; **AGUALVA** – **CACÉM** – **Mira Sintra** – P. N-Torre, 310. Até às 20.30 horas; **MERCÊS** – **Claro Russo** – Permanente; **RIO DE MOURO** – **Riomouro** – Av. Óscar Mont. Torres, 8 (Tel. 2980194). Até às 23 horas; **SINTRA** – **Marrazes** – **Estefânia** (Tel. 2930058). Permanente; **COLARES** – **Abreja** – (Tel. 299088).

Outra Banda

ALMADA – **Castro Rodrigues** – R. Capitão Leitão, 21-A (Tel. 2750078); **COVA DA PIEDADE** – **Mangado** – R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (Tel. 2767356); **LARGALEIRO** – **Feijó** – R. Borges Rego, 7 (Tel. 2480911); **COSTA DA CAPARICA** – **Carlos** – Av. do Mar, 34-A, Quinta de St.º António (Tel. 2401060); **SEIXEIRA** – **Lopes** – R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028); **BARREIRO** – **Moderna** – R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12 (Tel. 2073443); **AMORA** – **Nobre Guerreiro** – ; **SEIXAL** – **Godinho** – L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580); **MONTIJO** – **Higiénica** – R. José Joaquim Marques, 142 (Tel. 2310370); **MOITA** – **Silva Rocha** – P. da República, 16 (Tel. 239029); **ALHOS VEDROS** – **Portugal** – Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250); **ALCOCHETE** – **Gameiro** – L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234180).

OBRAS COMPLETAS DE ANTÓNIO ALEIXO

Dois volumes encadernados 350$00
Mais 17$50 para portes de correio

FAÇA JÁ O SEU PEDIDO E JUNTE CHEQUE OU VALE POSTAL PARA:

PAPELARIA E LIVRARIA ALEIXO
8100 — LOULÉ

teatros

VARIEDADES – «Isso é que Era Bom», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
TEATRO ABERTO – «Andorra», às 21.45 (13 anos)
MARIA VITÓRIA – «Mais Vale Sá que Mal Acompanhado», às 20.30 e 22.45 (18 anos)
BARRACA – «O Preto no Branco», às 21.30 (13 anos)
LAURA ALVES – «O Gato», às 21.45 (13 anos)
D. MARIA II – «As Três Irmãs», às 21.30 (6 anos),
CANTINA VELHA CIDADE UNIVERSITÁRIA – «Menina Júlia», às 18.00 (13 anos)
TEATRO DA GRAÇA – «Miss Julie», às 21.45 (13 anos)

Outros Espectáculos Lisboa

CAPITÓLIO – «Do que Elas Gostam», às 19.00, 21.00 e 23.00 (18 anos)
CITY CINE – «Justiça para Todos» 21.30 (13 anos)
OLIMPIA – «Os Prazeres Solitários» (18 anos)
CINEARTE – «Amigos Até ao Fim», às 21.30 (14 anos)
PROMOTORA – «O Regresso do Temerário», às 21.30 (18 anos)
ROYAL – «E a Ternura... uma Ova», às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

OEIRAS – **Oeiras-cine** – «Os Guerreiros da Atlântida» 21.15 (13 anos)

outros espectáculos

PAÇO DE ARCOS – **Chaplin** – «Assassinos sobre Rodas» 21.15 (18 anos)
ESTORIL – **Palácio** – «A Rapariga da Zona Quente», às 21.15 (13 anos)
CASCAIS – **Ingala** – «Paraíso de Surpresas», às 21.30 (13 anos)
CASCAIS – **Oxford** – «O Gato e o Canário», às 21.30 (18 anos)
PAREDE – **Royal-cine** – «O Maior Espião da História» 21.15 (14 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – **Cine Plaza** – «O Preço do Pecado», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – **Lido** – «1941, Ano Louco em Hollywood», às 21.30 (13 anos)
AMADORA – **Cinastúdio** – «O Ritmo da Felicidade», às 21.30 (13 anos)
CACÉM – **Estúdio Felores** – «O Campeão» 21.30 (13 anos)
MEM MARTINS – **Cine Chaby** – «O seu primeiro Amor» 21.30 (13 anos)
SINTRA – **Carlos Manuel** – «O Amigo Americano» 21.30 (18 anos)
SACAVÉM – **S. José** – «O Invencível Homem Aranha» 21.30 (13 anos)

Outra Banda

ALMADA – **Incrível** – «O Cartaz Vermelho» 21.15 (13 anos)
ALMADA – **Academia** – «Alien, o 8.º Passageiro», às 21.30 (18 anos)
SETÚBAL – **Jupiter** – «Bambi», às 21.15 (6 anos)

Porto

SÁ DA BANDEIRA – «As Grandes Gozadoras», às 21.30 (18 anos)
ÁGUIA – «Os Banqueiros», às 21.45 (13 anos)
CHAPLIN – «O Sargento Rompiglioni Foi Despromovido», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-A – «10, uma Mulher de Sonho», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE-L – «1941, Ano Louco em Hollywood», às 21.45 (13 anos)
COLISEU – «O Super-Ónico da Morte» às 21.30 (13 anos)
S. JOÃO – «O Kerife Quebra Ossos», às 21.45 (13 anos)
JÚLIO DINIS – «A Inocência e o Crime», às 21.30 (13 anos)
POCO – «Padre Padrone», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «Manhattan», às 21.45 (13 anos)
BATALHA – «O Mistério da Dama Desaparecida», às 21.45 (13 anos)
CHARLOT – «O Casamento de Maria Braun», às 21.30 (18 anos)
ESTÚDIO – «Os 4 da Vida Airada», às 21.30 (13 anos)
VALE FORMOSO – «Oedipus Orca», às 21.30 (18 anos)
PASSOS MANUEL – «Apocalypse Now», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA – «Sou Viciosa», às 21.45 (18 anos)
RIVOLI – «Apache», às 21.30 (13 anos)
BEBÉ – «Noites de Singapura», às 21.45 (18 anos)

centros de cinemas e teatros

abCINE 803055
Centro Comercial de Alvalade
Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.45
SALA A
O HERÓI DO ANO 2000
Não acons. m. 13 anos

SALA B
Às 14.15, 17, 19, 21.30 e 23.45 h
O SENHOR DOS ANÉIS
Não acons. a men. 13 anos

ALVALADE 897480
Av. de Roma
Às 14.30, 18 e 21.30 h Para Todos
A mais bela história de sempre
MÚSICA NO CORAÇÃO
c/ Julie Andrews e Christopher Plummer
4.ª Semana

APOLO 763319
Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 15.15, 18.15, 21.15 e 24
Não acons. men. 18 anos
Marlon Brando, Robert Duvall, Martin Sheen em
APOCALYPSE NOW
5.ª Semana

AVIS 547163
Av. Duque D'Ávila, 45
Às 15.30 e 18.30 21.30 – Int. men. 13 a.
OS CRIMES
c/ Joseph Cotten e Norma Bengell

Venha mais cedo e aprecie «Dancin' Days» a cores no nosso aparelho instalado junto ao bar

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar
Às 14 16.30 19 e 21.30 h
– N. ac. men. 13 a.
O XERIFE QUEBRA OSSOS
c/ Bud Spencer
Um filme de Michele Lupo
3.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Para Todos
BAMBI
Um filme de Walt Disney Productions
11.ª Semana

CASTIL 530194
Rua Castilho
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
1941, ANO LOUCO EM HOLLYWOOD
O filme de Steven Spielberg

Às 24 h – N. acon. men. 13 anos
O CASTELO DOS MALDORATS

CINE 222 Tel. 579460
Av. Praia da Vitória, 37 (Ao Saldanha)
Às 15.15, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
5 Óscars da Academia
KRAMER CONTRA KRAMER
Às 23.45 – Int. men. 13 a.
ADEUS AMIGO
c/ Charles Bronson e Alain Delon

CINEBOLSO 573407
Rua Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– Int. men. 18 a.
Algo de novo no seu género
EXCESSOS
c/ Bob Askoff e Emanuelle Pareze
Pornográfico «hard core»

Às 24 – N. ac. m. 13 anos
FILHOS DE NINGUÉM

CINE BLOCO 556824
Sessão de Av.as 5 de Outubro e Pinheiro Chagas
Dia 25 às 10.30 – Para Todos
NO PAÍS DAS MARAVILHAS

1215, 15.15, 18.15, 21.15 e 24.15
Estreia às 21.15 – N. ac. men. 13 a.
HITLER, UMA CARREIRA

CINE CAMÕES 324194
Rua de Loreto, 15
Às 14.15, 16.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
ESTADO DE EMERGÊNCIA
c/ Sean Connery, Ian McShane e John Quentin
Um filme de Gasper Wrede
Às 14, 16.30, 19 e 21.30 13 anos)
DOIS SERES UMA VIDA

CONDES 322523
Av. da Liberdade, 2
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
O DISCRETO SENTIDO DO PUDOR
c/ Alberto Sordi, Phillippe Noiret Claudia Cardinale e Florinda Bolkan

DOIS MIL 2100055
Av. Bombeiros Voluntários, Lote 113 – Algés
Às 14.15, 16.30, 18.30, 21.30
Não ac. men. 13 anos
O XERIFE QUEBRA OSSOS

D. JOÃO V 971794
Praça Centro Comercial – Damaia
Às 15.30 e 21.30
Não ac. men. 13 anos
A GRANDE CAMPANHA
Às 24 – Não ac. m. 13 anos
CAÇA ZERO, TERROR NO PACÍFICO

EDEN 320768
P. dos Restauradores, 21
14, 16.30 e 19 21.30 N. ac. men. 18 a.
O PROFISSIONAL
c/ Ryan O'Neal, Bruce Dern e Isabelle Adjani
Um filme de Walter Hill

ESTÚDIO 555134
Av. Afonso Henriques, 35
Às 15, 17, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
Prémio Especial Juri Festival Cannes
CRIA CORVOS...
c/ Geraldine Chaplin
Um filme de Carlos Saura
4.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83
Às 15, 17, 19 e 21.30 horas
N. ac. men. 18 a.
Dois homens e uma mulher
O PROFISSIONAL
c/ Ryan O'Neal e Isabelle Adjani

EUROPA 661016
R. Almeida e Sousa, 35
Às 15.15 e 21.30 – Int. men. 13 a.
O TRIÂNGULO DIABÓLICO DAS BERMUDAS
As 18.15 horas
(Para todos)
O MUNDO MALUCO

Às 24 – N. ac. m. 13 anos
A LEGIÃO ESTRANGEIRA

IMPÉRIO 555134 5
Al. Afonso Henriques, 35
Às 15.15 e 18.30 21.30
Acção e comédia romântica em cenários deslumbrantes e ambientes de luxo
TRUNFO NA MANGA
c/ Omar Sharif, Joseph Bottoms e Karen Black

LONDRES 801313
Av. de Roma, 7-A
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
O CASAMENTO DE MARIA BRAUN
c/ Hanna Schygulla, Klaus Lowitsch e Ivan Desny
5.ª Semana

MONUMENTAL 555131
P. Duque de Saldanha
Às 15, 18.15 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
APOCALYPSE NOW
Com Marlon Brando, Robert Duvall e Martin Sheen
5.ª Semana

MONTECARLO Tel. 881117
A. Pedro Álvares Cabral, 37
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
TRUNFO NA MANGA
c/ Omar Sharif, Karen Black e Joseph Bottoms

Com parque de estacionamento

MUNDIAL 538743
R. Martens Ferrão, 12-A
Às 14, 16.30, 19.00 e 21.30
– Int. men. 13 a.
O CAMPEÃO
c/ Jon Voight, Faye Dunaway e Ricky Schreder
Um filme de Franco Zeffirelli
11.ª Semana

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B
às 14, 16.15, 18.30
QUADROPHENIA
Às 21.30
Int. men. 13 anos
UMA RAPARIGA FRÁGIL

NOVOCINE 840678
Av. General Roçadas, 7
Às 15.15 e 21.30 – Int. men. 13 a.
Um filme de impacto colossal
GOLPE DE ESTADO
c/ Peter O'Toole e Donald Pleasence
Sábado e domingo às 15.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Um filme indiano sensacional
TINKU

ODEON 326283 4
R. Condes, 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
As aventuras amorosas de um jovem moderno
AMOR LOUCO, LOUCO!

PATHÉ 821933
R. Francisco Sanches, 122
Às 14.15, 16.30 e 18.45 21.30
– Int. men. 16 a.
BRIGADA SUICIDA
c/ Marc Parel, Ray Lovelock e Silvia Dionisio

POLITEAMA 326305
R. Portas de St.º Antão
Às 14.15, 16.30, 18.45, 21.30
– N. ac. men. 18 a.
Uma história verídica
NA SELVA DE CHICAGO
c/ P. Sue Martin e R. Conrad

RESTELO 610375
Av. Torre de Belém
Às 15.30 e 21.30 – Int. men. 13 a.
A AVENTURA COMEÇA EM CABO BLANCO
c/ Charles Bronson, Jason Robards, Dominique Sanda e Fernando Rey

ROMA 887778
Av. de Roma, Lote 268
Às 15.30, 18.30 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Os duros tubarões da alta finança postos em cheque
OS BANQUEIROS
c/ Michale Caine e Louis Jordan
Venha mais cedo e aprecie «Dancin' Days» a cores no nosso aparelho instalado junto ao bar

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
UMA PEQUENA CONTRARIEDADE
c/ Lee Majors, James Stack e Barbara Hershey

SÃO JORGE 579144-579344
Av. da Liberdade, 175
Às 15.15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Três histórias de amor em tempo de guerra
YANKS
c/ Richard Gere e Vanessa Redgrave
Um filme de John Schlesinger
em 2.ª SEMANA

SATÉLITE 562632
Av. Fontes Pereira de Melo, 51
4 sessões:
15.00 17.00 19.00 21.45h
Não acons. men. 18 anos
PROCESSO ARQUIVADO POR ORDEM REAL
Christopher Plummer, James Mason, Donald Sutherland
14.ª Semana

STAR 575210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Às 15, 18 e 21.30 – N. ac. men. 18 a.
Romy Schneider na sua maior criação
A MORTE EM DIRECTO
c/ Romy Schneider, Harvey Keitel e Max Von Sydow
6.ª SEMANA

TERMINAL 376333
Estação do Rossio
Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30 h
Não acons. men. 13 anos
KRAMER CONTRA KRAMER
9 nomeações para os «Oscars» da Academia
Dustin Hoffman, Mery Streap e Justin Henry
5.ª Semana

TIVOLI 570595
Av. da Liberdade, 188
Às 14, 16.30 e 19 21.30
– N. ac. men. 18 a.
O PROFISSIONAL
c/ Ryan O'Neal, Bruce Dern e Isabelle Adjani

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 179
Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
A mais explosiva e espectacular comédia jamais filmada
1941: ANO LOUCO EM HOLLYWOOD
4.ª Semana

QUARTETO **R. Flores do Lima, 16** 771378

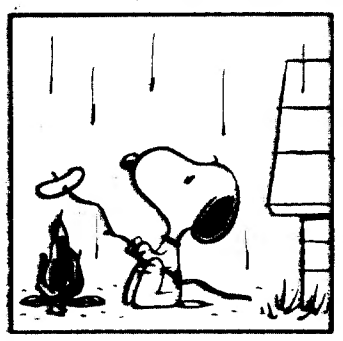
SALA 1 às 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
– Int. men. 13 a.
O HOMEM QUE MATOU O PASSADO
SALA 2 às 15, 17, 19 21.30 e 23.30
Não ac. men. 18 anos
UM NOVO AMANHECER
SALA 3 às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
– N. ac. men. 18 a.
O AMIGO AMERICANO
de Wim Wenders
SALA 4 às 14.30, 16.45, 19, 21.30 e 24
– N. ac. men. 18 a.
MULHER ENTRE CÃO E LOBO
de Andre Delvaux

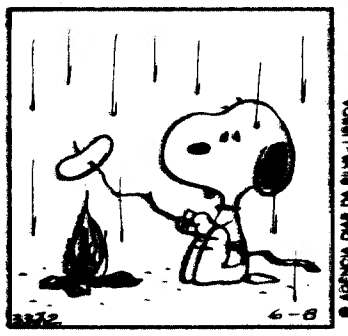
VINHO CAMPINO
PARA QUEM É EXIGENTE

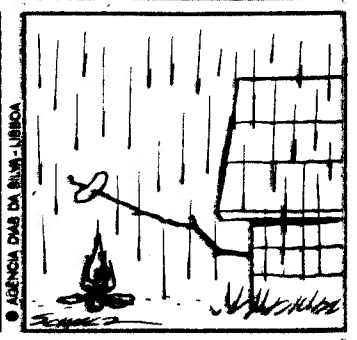
Sociedade dos Vinhos do Sul, Lda

ARMAZENISTAS – EXPORTADORES
– WINE EXPORT –

SEDE AZAMBUJA | ESCRITÓRIO CENTRAL AV. ALMIRANTE REIS 45-4.º Dto. | TELS. LISBOA – 84236 1/2 AZAMBUJA 033 – 42160 TELEX – 12346 SULVIN P







PORTE PAGO

DL

PROPRIEDADE DA:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração: Rua Castilho, 185 - 1.º
Telefones 654531/2/3 - 1100 Lisboa
Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos
Rua Luz Soriano, 44
Telefones 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade 368740
Serviço Norte (Depois das 21)
Porteiro 321154
Mensagens Gravadas 320229
Endereço Telegráfico Diboa
Telex 12363 Lisboa Portugal
Delegação do Porto: Rua do Almada, 30 - 2.º
Telefones 20954/5 - 4000 Porto

CR reunido no Restelo

O Conselho da Revolução está hoje em reunião permanente. Trata-se de uma prática adoptada por este órgão de soberania em todos os aniversários da Revolução de Abril.

Entretanto foi já marcada a próxima reunião do CR que terá lugar no próximo dia 28, pelas 16 horas, com uma agenda de trabalho que engloba, como habitualmente, a análise da situação política e da situação militar.

concurso DL

Por se tratar de uma edição especial o «DL» não publica hoje o cupão relativo ao concurso. Na nossa edição de sábado retomaremos a publicação dos cupões.

(Hoje 32 páginas)

Lurdes Pintasilgo alvo de perseguição política

A entrevista que foi censurada

Maria de Lurdes Pintasilgo, que anteontem concedeu uma entrevista à RDP (Rádio Comercial), extensa e documentada, teve ontem uma «surpresa»: de tudo quanto disse só foi radiodifundido um período que não ultrapassou um minuto e trinta e sete segundos. Das 19 às 19 e 1 minuto e 37 segundos. Um elemento dos «Noticiários», contactado pelo «DL», disse-nos que, já boicotada na RTP, Lurdes Pintasilgo sê-lo-ia também na RDP. «Trata-se de mais um caso de censura» – acentuou. Eis os passos essenciais da entrevista não transmitida pela Radiodifusão Portuguesa, na qual a ex-primeiro-ministro se pronuncia sobre a sua permanência forçada em Lisboa.

P – O que poderá representar para Portugal a proibição de a senhora não estar presente à reunião da Comissão Executiva da UNESCO, independentemente da personalidade da sra. engenheira, mas tendo em conta a representação portuguesa?

L.P. – «Tenho de falar no meu nome na medida em que eu fui directamente eleita em 1976 – e essa função de membro do Conselho Executivo é uma função que me pertence desde essa eleição – por todos os Estados (cerca de 121) por direito próprio. Logo, esta ausência numa reunião que dura cerca de sete semanas, e que é a reunião mais importante dos últimos dois anos, visto que nela se vai definir o programa da UNESCO para o período seguinte, de cerca de três anos, julgo que vai ser interpretada como uma limitação das liberdades fundamentais do nosso país. E julgo nestes termos porque embora um caso destes seja inédito em termos de participação em reuniões do Conselho Executivo, não o é quanto a funcionários do Secretariado. E devo dizer que num caso que tive ocasião de analisar demoradamente, e que foi levado à atenção do Conselho Executivo numa sessão confidencial, nós tivemos que entabular negociações com o Estado membro, uma vez que se trata de um conflito entre o Estado em causa e uma organização internacional por interposta pessoa, através de um membro que goza por esse estatuto de imunidade diplomática internacional.»

P – A nomeação em 1976 da eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo para o cargo foi feita numa altura em que Portugal atravessava uma nova fase, isto é, tinha surgido o 25 de Abril. Esse convite manteve-se até agora. Poder-se-á supor que o convite será esquecido e que a nomeação do novo elemento da Guatemala poderá significar para Portugal que o cargo não lhe será atribuído tão depressa?

L.P. – «Não. Repare que a nomeação do membro da Guatemala, de que fala, diz respeito à presidência das Comissões do Conselho Executivo, que tinha ficado vago no intervalo entre a sessão do Outono e a sessão da Primavera. Estava praticamente aceite entre os meus colegas, por proposta de alguns do grupo ocidental, que seria o meu nome o indicado e que recolheria, segundo constava nos corredores e no próprio Secretariado, o consenso geral. Portanto, o que ficou aqui prejudicado foi a possibilidade de presidirmos a uma Comissão que é muito importante, que tem muito significado, não em termos de prestígio, porque como calcula não daria importância a esse aspecto, mas pela actividade que desenvolve. É nessa Comissão que, durante várias semanas, à porta fechada, representantes de vinte nacionalidades diferentes se debruçam sobre a violação dos Direitos Humanos, nos países de Leste, nos países latino-americanos, mesmo em países da Europa Ocidental, na Ásia, na África, etc. Porque aqui toda a gente tem telhados de vidro nesta matéria – e os casos que chegam à UNESCO são muitas vezes comunicados pelo próprio e, em outros casos, por terceiros ou por grupos socioprofissionais. Isto acontece com frequência no caso de professores ou de artistas ou de jornalistas ou ainda de familiares que, assim, tornam patente a situação de alguém que está a ser perseguido. É ainda o caso de uma Comissão iminentemente humanitária – e a nossa presença, como país pequeno na presidência dessa Comissão tinha sem dúvida uma importância grande porque o que nós podemos dar ao mundo não são com certeza bens materiais, que poucos temos, e sim a nossa cultura e o nosso respeito pelos valores morais e pelos grandes valores da pessoa humana. Foi uma oportunidade perdida. No entanto eu sou membro do Conselho Executivo, no seu plenário, e portanto, nessa qualidade, ainda tenho possibilidade de intervenção. Isto no caso de me poder deslocar a Paris, o que neste momento se não verifica porque me foi comunicado, ontem, à tarde, pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, na segunda-feira, o sr. ministro dos NE e vice-primeiro-ministro reafirmou a sua decisão de não autorizar a minha deslocação a Paris.»

«Aliás eu tenho uma informação talvez mais recente, segundo a provinda de uma fonte governamental, segundo a qual em Copenhague, muito próxima do primeiro-ministro ou do vice, indicou que a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo não voltaria para a UNESCO. Gostaria que para além de comentar este tipo de actuação, futura, nos desse uma indicação de qual a importância para Portugal do cargo da UNESCO para o elemento que representa Portugal.»

«Julgo que a notícia a que se refere deve dizer respeito à minha função enquanto embaixadora junto da UNESCO, que é distinta da minha função enquanto membro do Conselho Executivo. Quanto à minha função como embaixadora, a única coisa que sei, e que me foi transmitido também pelo MNE, num despacho escrito no dia 4 de Janeiro, mas de que só tive conhecimento por escrito ontem à tarde, o senhor ministro dos NE determinou que o embaixador Lurdes Pintasilgo exercendo até àquela data as funções de primeiro-ministro deveria ser demorada em serviço em Lisboa – e essa decisão foi tomada como acabo de dizer a 4 de Janeiro. Como sabe, os embaixadores são neomados e portanto também demitidos pelo sr. Presidente da República. Julgo saber que o sr. Presidente da República, depois de me ter chamado do lugar de embaixadora onde estava, para chefiar um Governo que tinha a cargo levar com isenção e independência as eleições intercalares a bom termo, julgo que não estaria na lógica e na ética que o sr. Presidente da República sempre tem manifestado que me demitisse do cargo que inicialmente exercia.»

P – Eu diria que a mesma fonte governamental afirmou em Copenhague que, caso o Presidente da República recusasse a substituição, o cargo ficaria vazio.

L.P. – «Para voltar ao sentido da sua pergunta, dir-lhe-ia que tenho muita pena. Tenho muita pena em primeiro lugar pelo nosso país. Eu exercia estas funções de representante de Portugal junto da UNESCO a partir de Dezembro de 75, até ser chamada a presidir ao V Governo Constitucional. E se é certo, como há pouco sublinhou, que iniciei as funções ainda naquela fase de lua-de-mel internacional com Portugal, naquela euforia que os países manifestavam face a um país que estava a sofrer uma transformação profunda, se é certo que iniciei nessas condições, não é menos verdade que tive sempre, nesse período, a ajuda de uma excelente equipa, conseguimos dentro da UNESCO ter um lugar que é raro num país da nossa dimensão poder assumir. Um lugar que foi muitas vezes de contributo para reconciliação de pontos de vista opostos, superação de contradições e, ou até de conflitos abertos. Não por especial tacto diplomático mas antes pela ideia de que sempre coloquei na UNESCO: os problemas antes de serem políticos são essencialmente culturais, científicos, de comunicação, etc., sendo necessário, dentro do campo específico de cada um desses sectores, encontrar o fundamento próprio e tentar resolver aos níveis correspondentes a esses problemas.

«O facto de agora durante uns meses termos este lugar vazio ou substituído por um funcionário da carreira diplomática – limitado necessariamente já pela circunstância melindrosa de o titular do cargo estar impedido de o exercer por via administrativa, que não outra – tal situação, sem dúvida vai trazer à imagem do País que eu procurei construir com outros colegas, corresponde à verdade autêntica e cultura do povo que somos. Imagem que vai ficar bastante diluída e empobrecida, afectando ainda o nosso prestígio como nação democrática.»

À pergunta sobre se a decisão do Executivo quanto à sua permanência em Lisboa era «técnica» ou «política», MLP respondeu:

«Bom, é técnica, de facto, na medida em que o regulamento interno do MNE, no seu artigo 157, diz que é perfeitamente possível um qualquer membro do Corpo Diplomático português seja demorado em serviço por decisão ministerial e, nesse sentido, há um aspecto técnico que é claro. Agora julgo que também é suficientemente claro que a decisão de manter em serviço um embaixador junto da UNESCO que acaba de terminar as suas funções como Primeiro-Ministro em Portugal tem necessariamente um significado político. Não podemos ser tão ingénuos ao ponto de fazer circular uma interpretação dessas.

«Não posso esconder-lhe que ao longo destes meses fui contactada por vários dos meus colegas e, sobretudo, pelos dos países ocidentais, como os membros da hierarquia do Secretariado da UNESCO, relativamente ao seu espanto a essa demora em serviço em Lisboa da colega de serviço.

«Vai continuar a ter uma certa preponderância na vida política portuguesa, apesar deste seu afastamento e retenção em Lisboa?

«Bom isso é já entrar no domínio do futuro próximo que ainda está bastante aberto para mim. O que lhe posso dizer é que me sinto responsável, como todos nós pela evolução da vida portuguesa. Para mim a política não é apenas o exercício de cargos estritamente políticos. É toda a tarefa, quotidiana, seja ela qual for e por isso julgo que continuarei a ser – se forem respeitadas em Portugal as liberdades indiduais – continuarei a ser uma pessoa empenhada na vida social, cultural e portanto política do nosso país.

«Queria ainda chamar a atenção para o facto que abordamos no início que mais do que a minha ausência como embaixadora junto da UNESCO nesta sessão do Conselho Executivo, sessão da «Primavera», não pode deixar de dar do nosso país que eu colocaria do lado dos regimes que, por decisões administrativas como esta, são considerados regimes totalitários. Isto transcende-me. Considero muito grave para o nosso país e não escondo, tão-pouco, que acabo de receber um telegrama, há 24 horas, do presidente do C. Executivo manifestando-me o apoio total e de todos os meus colegas (são 44), todos de países diferentes e manifestando ainda a sua esperança em que o Governo português modifique a sua atitude uma vez que a inquietação é muito grande na UNESCO por esta situação.

«Temos de caminhar – concluiu M.L.P. – para um entendimento da nossa vida política pública, em que consigamos sobrepor às antipatias pessoais ou de grupo, o interesse nacional.»

P – Que pensa do facto desta sua entrevista, que estamos a transmitir não ter sido publicada no primeiro canal, como estava previsto?

L.P. – «Bom é natural que tenha havido uma dificuldade técnica... Recuso-me a admitir que haja neste momento uma censura interna dentro dos nossos órgãos de Informação estatizados. Se assim fosse isso significava que não estávamos no caminho das grandes máquinas burocráticas, centralizadoras capazes de censurar e de manipular a opinião pública. Julgo que não foi para isso que fizemos o 25 de Abril, além de que as leis em vigor não permitem uma tal atitude. Penso ser preferível pensar que apenas uma dificuldade de ordem técnica o impediu. Não podemos violentar por decisões políticas e por atitudes menos correctas, do ponto de vista da liberdade de informação, violentar assim a opinião pública e a consciência dos nossos compatriotas.

40º aniversário de "GAIBÉUS" de alves redol

Exposição Itinerante
"GAIBÉUS E O SEU TEMPO"

1ª Exposição

Portalegre	28 Abr.-3 Maio, Liceu de Portalegre
Évora	7-12 Maio, Liceu de Évora
Beja	15-22 Maio, Escola Ind. e Comercial
Faro	26-28 Maio, Liceu João de Deus
Setúbal	30 Maio-4 Jun., Escola Ind. e Comercial

2ª Exposição

Oliveira de Azeméis	21-27 Abril, Assoc. Rec. e Cultural
Lourosa	28 Abr.-4 Maio, Grupo Recreativo e Cultural da Lourocoop
S. Paio Oleiros	5-11 Maio, Biblioteca Pública
Ovar	12-18 Maio, Museu de Ovar
Espinho	19-20 Maio, Esc. Secund. de Espinho
	21-22 Maio, Esc. Secund. Dr. Manuel Laranjeira
	23-25 Maio, Cooperativa Nascente

3ª Exposição

Moita	19 Abr.-2 Maio, Assembleia Municipal
Nazaré	18-25 Maio, Museu Joaquim Manso

4ª Exposição

Vila Viçosa	21-27 Abril, Centro de Cultura Popular Bento de Jesus Caraça
Arraiolos	28 Abr.-4 Maio,
Montemor-o-Novo	5-11 Maio, Teatro Curvo Semedo
Évora	12-18 Maio, Teatro Garcia de Resende
Viana do Alentejo	19-25 Maio

Exposição «Redol e as Crianças»

Escola Preparatória Francisco de Arruda	18-23 Abril
Escola Preparatória de Caxias	23-28 Abril
Escola Preparatória do Seixal	28 Abr.-2 Maio

Atenção às estradas

Três mortos e 27 feridos, 14 dos quais em estado grave, foi o resultado dos trinta e dois acidentes registados nas estradas portuguesas, das 23 horas de ontem às 10 de hoje, de acordo com a Brigada de Trânsito da GNR.

Alejo Carpentier morreu em Paris

O escritor cubano Alejo Carpentier faleceu em Paris pouco depois da meia-noite de ontem – soube-se junto da embaixada cubana na capital francesa. Alejo Carpentier nascera em Havana, em 1904.

Não vamos deixar!

Recordando hoje a emoção profunda que abalou o País no dia 25 de Abril de 1974, recordando hoje os dias históricos que assinalaram a queda do fascismo mais longo da Europa, recordando hoje essa festa inesquecível dos cravos em todas as lapelas e em todas as espingardas, recordando hoje a «revolução portuguesa» que alertou o mundo e assustou o mundo dos patrões do mundo, não podemos deixar também de recordar as lamúrias que começaram a ouvir-se de Norte a Sul de Portugal: «Aqui ainda não chegou o 25 de Abril.»

Essas lamúrias significavam, a maior parte das vezes, que as pessoas não perceberam que o 25 de Abril era delas, era a sua força, a sua arma, a sua oportunidade. As lamúrias significavam que essas pessoas não souberam agarrar o 25 de Abril, empunhá-lo, utilizá-lo a seu favor. E deixaram-no deslizar, lentamente, lamentavelmente, para o chão. Corre-se deste modo o risco de ver o 25 de Abril calcado, espezinhado pelos botifarras dos seus inimigos.

Mas não venham agora com novas lamúrias: «Ai que nos querem roubar o 25 de Abril», «Ai que em vez de cravos vamos ter botas cardadas».

Uma gaita! Não nos vão roubar o 25 de Abril coisa nenhuma por uma simples razão: porque nós não vamos deixar!

E o resto é música!

Manuel de Azevedo